

BRUNO CESAR EDER GIASSON

**INTERFACES DO CONTROLE: PRÁTICAS
TECNOPOLÍTICAS NO PROGRAMA CIDADE INTEGRADA
NA FAVELA DO JACAREZINHO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do de janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Lalita Kraus

Rio de Janeiro, 2025

CIP - Catalogação na Publicação

G435i Giasson, Bruno Cesar Eder
 Interfaces do controle: Práticas tecnopolíticas
 no Programa Cidade Integrada na favela do
 Jacarezinho / Bruno Cesar Eder Giasson. -- Rio de
 Janeiro, 2025.
 145 f.

 Orientador: Lalita Kraus.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
 Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
 Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
 Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2025.

 1. Planejamento Urbano. 2. Arquitetura. 3.
 Tecnologia. 4. Espaço Público. I. Kraus, Lalita ,
 orient. II. Título.

BRUNO CESAR EDER GIASSON

INTERFACES DO CONTROLE: PRÁTICAS TECNOPOLÍTICAS NO PROGRAMA CIDADE INTEGRADA NA FAVELA DO JACAREZINHO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Lalita Kraus

Aprovado em 12 de março de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Lalita Kraus
Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – (IPPUR/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **LALITA KRAUS**
Data: 12/03/2025 13:35:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Tamara Tania Cohen Egler (Banca interna)
Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – (IPPUR/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **TAMARA TANIA COHEN EGLER**
Data: 19/03/2025 16:19:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Vera Regina Tângari (Banca externa)
Programa de pós graduação em arquitetura (PROARQ/FAU/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **VERA REGINA TANGARI**
Data: 12/03/2025 22:35:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação só foi possível graças ao apoio e incentivo de diversas pessoas e instituições, a quem sou profundamente grato.

Primeiramente, agradeço a honrosa orientadora Lalita Kraus por sua orientação, paciência, conhecimento e gentileza ao longo deste percurso. Suas valiosas contribuições e seu olhar crítico foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho e para o desenvolvimento da minha trajetória enquanto pesquisador.

Aos professores e professoras da minha trajetória de pós graduação desde o PROPUR/UFRGS enquanto aluno especial da pós, até o IPPUR/UFRJ enquanto aluno regular, agradeço pela formação sólida e pelo compartilhamento de conhecimento e experiências que ampliaram minhas perspectivas e enriqueceram este estudo.

Também aos colegas de curso e turma de 2022 do mestrado em planejamento urbano e regional no IPPUR/UFRJ com os diálogos e apoio. Agradeço aos amigos e companheiros da minha rede/família criada na cidade do Rio de Janeiro. Também a meus eternos companheiros do meu estado natal que, mesmo distantes, foram imprescindíveis em superar os desafios dessa jornada. Um agradecimento especial aos meus familiares pelo incentivo, ajuda e compreensão.

Às comunidades e aos moradores das favelas do Rio de Janeiro, especialmente do Jacarezinho, cuja realidade me inspirou a explorar as dinâmicas de controle e resistência presentes neste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido, que foi fundamental para a realização desta pesquisa, permitindo o aprofundamento no desenvolvimento acadêmico com maior qualidade e dedicação.

À minha banca examinadora pela construção de conhecimento e pelas trocas, debates e oportunidades.

Minha profunda admiração e meu mais sincero carinho.

“A CIDADE HOJE NÃO É APENAS O HORIZONTE DO OLHAR, MAS SE CARACTERIZA COMO O LUGAR QUE NOS OLHA. COMPREENDIDA COMO UM ESPAÇO DE INTERSECÇÃO ENTRE TERRITÓRIOS INFORMACIONAIS E FÍSICOS, ELA SE TRANSFORMA NA INTERFACE PRIVILEGIADA DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA IMAGEM. NELA SE PROJETAM DAS POTÊNCIAS EM ABERTO PELAS REDES AOS SISTEMAS DE CONTROLE QUE NOS VIGIAM INCESSANTEMENTE” (BEIGUELMAN, G. P. 84, 2021).

RESUMO

Esta dissertação analisa a dimensão tecnopolítica do Programa Cidade Integrada, lançado em 2022 no Rio de Janeiro, com foco na Favela do Jacarezinho. A pesquisa investiga como tecnologias de vigilância, como videomonitoramento e reconhecimento facial, são articuladas às estratégias de segurança pública e controle social, legitimadas por discursos governamentais. Sob uma abordagem tecnopolítica, examina-se como essas tecnologias reconfiguram o espaço urbano, reforçam dinâmicas de poder e impactam relações sociais, especialmente em territórios periféricos. Além disso, analisa-se a resistência ao programa, evidenciada pelo uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) que emergem a partir do território por moradores e ativistas para denunciar abusos, disputar narrativas e reivindicar direitos. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e estudo de postagens na plataforma X. Os resultados indicam que a tecnologia, longe de ser neutra, opera tanto como instrumento de controle estatal quanto como ferramenta de contestação, evidenciando as tensões entre inovação, repressão e resistência no contexto urbano.

Palavras-chave: tecnopolítica; Programa Cidade Integrada; segurança pública; vigilância; reconhecimento facial; resistência; Jacarezinho.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the technopolitical dimension of the *Cidade Integrada* Program, launched in 2022 in Rio de Janeiro, focusing on the Jacarezinho favela. The research investigates how surveillance technologies, such as video monitoring and facial recognition, are integrated into public security and social control strategies, legitimized by governmental discourses. From a technopolitical approach, the study examines how these technologies reshape urban space, reinforce power dynamics, and impact social relations, especially in peripheral territories. Additionally, it analyzes resistance to the program, evidenced by the use of information and communication technologies (ICTs) emerging from the territory by residents and activists to denounce abuses, challenge narratives, and claim rights. The methodology combines bibliographic review, document analysis, and the study of posts on the X platform. The findings indicate that technology, far from being neutral, operates both as an instrument of state control and as a tool of contestation, highlighting the tensions between innovation, repression, and resistance in the urban context.

Keywords: technopolitics; *Cidade Integrada* Program; public security; surveillance; facial recognition; resistance; Jacarezinho;

RESUMEN

Esta disertación analiza la dimensión tecnopolítica del Programa *Cidade Integrada*, lanzado en 2022 en Río de Janeiro, con enfoque en la favela de Jacarezinho. La investigación examina cómo las tecnologías de vigilancia, como el videomonitoréo y el reconocimiento facial, se articulan con estrategias de seguridad pública y control social, legitimadas por discursos gubernamentales. Desde un enfoque tecnopolítico, se analiza cómo estas tecnologías reconfiguran el espacio urbano, refuerzan dinámicas de poder e impactan las relaciones sociales, especialmente en territorios periféricos. Además, se estudia la resistencia al programa, evidenciada por el uso de tecnologías de la información y la comunicación (TICs) que emergen desde el territorio por parte de residentes y activistas para denunciar abusos, disputar narrativas y reivindicar derechos. La metodología combina revisión bibliográfica, análisis documental y estudio de publicaciones en la plataforma X. Los resultados indican que la tecnología, lejos de ser neutral, funciona tanto como un instrumento de control estatal como una herramienta de contestación, evidenciando las tensiones entre innovación, represión y resistencia en el contexto urbano.

Palabras clave: tecnopolítica; Programa *Cidade Integrada*; seguridad pública; vigilancia; reconocimiento facial; resistencia; Jacarezinho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos específicos e percursos de investigação	19
2 EM CONTEXTO DE MILITARIZAÇÃO URBANA	25
2.1 Formação e ocupação da favela do Jacarezinho	25
2.2 Segurança pública e militarização no contexto carioca	38
2.2.1 As Unidades de Polícia Pacificadora	40
2.2.2 A Intervenção Federal de 2018.....	47
3 A TECNOPOLÍTICA DE CONTROLE	55
3.1 A materialidade da vigilância e a securitização urbana	55
3.1.1 Os novos contornos da securitização urbana	61
3.1.2 A arte como resistência à securitização urbana	69
3.2 O programa enquanto tecnopolítica de controle	73
3.2.1 O anúncio do Programa e o discurso governamental	74
3.2.2 Uma política tecnológica integrada.....	90
3.2.2.1 A Face algorítmica da militarização	100
3.2.2.2 Espaço público em risco.....	105
4 A TECNOPOLÍTICA DE RESISTÊNCIA.....	111
4.1 Redes digitais como interface de controle	112
4.2 Ora controle ora democracia	117
4.3 Nas margens do controle, há resistência!	120
5 CONCLUSÃO	138
REFERÊNCIAS.....	140

O Lugar do Pesquisador

Minha relação com a cidade sempre foi permeada por uma inquietação diante de suas contradições, percepção que se aprofundou durante minha formação em Arquitetura e Urbanismo, quando compreendi como a forma urbana expressa dinâmicas de exclusão e controle. Essa visão influenciou tanto meu percurso acadêmico quanto minha prática como arquiteto e artista contemporâneo, onde o fazer-pensar-criar (cidade), especialmente por meio da deriva, tornou-se central. As andanças e os (des)encontros pela cidade não apenas ampliaram meu olhar crítico, mas também revelaram camadas ocultas de controle, exclusão e desumanização que moldam sua forma contemporânea.

Assim o olhar inquieto começou com a questão da desumanização das cidades, especialmente a partir do controle sobre determinados grupos sociais sob a justificativa de segurança. Encontrei na Arquitetura hostil um símbolo evidente desse processo. Práticas através de pedras pontiagudas sob viadutos, bancos com divisórias e gradeamentos de praças mostraram como o espaço público estava sendo transformado em uma extensão do controle privado. Essa lógica, que surgiu no Brasil na década de 1990, foi gradualmente incorporada por políticas públicas, tornando-se uma expressão material de exclusão social, especialmente de populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Trata-se, portanto, de uma expressão arquitetônica que reflete uma hostilidade inerente a certas áreas urbanas através da securitização do espaço e da exclusão daqueles que não se enquadram nos moldes estabelecidos para a cidade.

Eu explorava uma cidade que, embora já consolidada, nunca exibia uma sensação de completude. Era uma urbanidade que se opunha à ideia de espaço democrático, revelando uma estrutura marcada por fronteiras socioespaciais e heranças colonialistas, como apontado por Raquel Rolnik (2019). Essa percepção também orientou minhas propostas artísticas, que buscavam provocar o público sobre a lógica perversa que domina nossos espaços públicos. Por meio de pinturas, instalações e esculturas, procurei dar forma a narrativas urbanas silenciadas e à própria cidade como narradora de si mesma.

Com o tempo, percebi que meu trabalho artístico e intelectual carregava uma dimensão política clara que destacava um dever ético da minha profissão¹: denunciar formas de exclusão social e reivindicar o uso comum dos espaços públicos, agora cada vez mais controlados. Esse entendimento foi aprofundado durante minha

¹ Dignidade e agência para todas as pessoas são fundamentais no planejamento urbano e na arquitetura, não há beleza na exclusão". Dessa forma foi descrito o primeiro princípio levantado pelo Congresso Mundial de Arquitetos da UIA 2023 realizado em Copenhague. O congresso teve como foco o tema "Futuros Sustentáveis - Não Deixar Ninguém para Trás", que deixou um total de dez princípios com o objetivo de transformar radicalmente o ambiente construído em conformidade com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

graduação e me motivou a expandir minha investigação no curso de mestrado no IPPUR no Rio De Janeiro.

Nesse contexto, comecei a explorar a relação cada vez maior entre tecnologia e espaço urbano, observando como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) vinham ganhando um papel significativo na cidade, porém ampliando suas contradições e, sobretudo aquelas voltadas às dinâmicas de controle e securitização do espaço no campo da segurança pública.

A ideia de uma “cidade ampliada” (DUARTE e FIRMINO, 2009; AURIGI e DE CINDIO, 2008) me instigava. As TICs não só expandiam a funcionalidade da cidade além dos limites físicos, mas também criam novas camadas de organização e reprodução do espaço urbano. Essa relação ficou evidente com o surgimento das chamadas “cidades inteligentes”, que apresentam uma narrativa que utiliza tecnologia e dados para solucionar os mais diversos problemas urbanos, ainda que muitas vezes reforçam uma visão determinista e controladora do espaço. Como apontam Firmino e Frey (2014), os espaços agora são dotados de capacidades computacionais e comunicacionais, mas carregam também decisões políticas que moldam o território.

Eu começava a compreender uma cidade também mediada por outras tecnologias e queria entender como isso se relacionava com aquela cidade a qual eu já percorria.

Inspirado inicialmente por autores como Krivý (2016) e Wisnik (2018), compreendi que a tecnologia não é neutra; ela pode reproduzir e amplificar dinâmicas e padrões existentes, sobretudo em contextos periféricos e de desigualdade social. A emergência de novos sistemas de vigilância e controle aliados a tecnologias avançadas, como os observados nas cidades brasileiras, evidencia essa tendência.

Ao aprofundar a relação entre tecnologia, espaço urbano e securitização, o cenário contraditório do Rio de Janeiro emergiu como um terreno fértil para explorar essas questões: as tecnologias influenciam a forma como projetamos e vivenciamos os espaços, ao passo que os espaços fornecem o cenário onde essas tecnologias atuam.

Minha trajetória como arquiteto, artista e pesquisador reflete esse interesse em conectar a crítica ao espaço construído com as transformações tecnológicas que vêm redefinindo o ambiente urbano. Minha motivação é, acima de tudo, política: compreender e questionar como a interação entre espaço e tecnologia deixa marcas no território. Com isso, “interfaces de controle” sintetiza essas inquietações, propondo um olhar crítico sobre as diferentes dimensões da tecnologia, ainda que reconheça a impossibilidade de abarcar toda a complexidade do contexto do Rio de Janeiro dentro dos limites desta dissertação.

1 INTRODUÇÃO

No contexto urbano contemporâneo, a inovação tecnológica tem desempenhado um papel central na reorganização do espaço e na transformação das interações sociais e das dinâmicas de poder em um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2000), moldando de forma difusa, os modos de vida e as relações sociais. Ao mesmo tempo podemos dizer que estamos em direção a uma era tecnopolítica: um modo de operação política dentro do desdobramento de uma sociedade em rede habilitada por meio da autocomunicação em massa (CASTELLS, 2007). Assim as tecnopolíticas emergem como uma ferramenta para compreender os híbridos entre sistemas técnicos e práticas políticas no contexto do século XXI.

Podemos relacionar este contexto urbano contemporâneo ao cenário das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro pós megaeventos. A vinda dos Jogos Pan-Americanos de 2007 promoveram um *rebranding* urbano por parte de atores governamentais que buscavam transformar a imagem do Rio, em uma cidade renovada e segura, apta a sediar grandes eventos globais. Este fato se exemplifica com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em 2008 que visavam pacificar territórios violentos como as favelas. Contudo, as UPPs enfrentaram críticas pela adoção de uma abordagem militarizada com as questões de segurança e bem-estar social, o que frequentemente resultou em abusos de poder e violações dos direitos humanos contra os moradores destes territórios (CANO, I; BORGES, D; RIBEIRO, E, 2012).

Nos mega eventos subsequentes, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, as estratégias de segurança pública da cidade foram renovadas, com a implementação de sistemas de videomonitoramento que passaram a desempenhar um papel central na gestão urbana e segurança pública (CARDOSO, B, 2018). Assim, um novo aspecto se destaca nas políticas de segurança pública, com

a legitimação de projetos urbanos com a criação de infraestruturas tecnológicas de vigilância e controle².

O ano de 2019 marcou um novo capítulo nas práticas de gestão e controle ao reforçar padrões e soluções voltados à incorporação de tecnologias de vigilância cada vez mais avançadas, articuladas à militarização urbana na segurança pública. Nesse contexto, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM), lançou um projeto-piloto de câmeras com tecnologias de reconhecimento facial (TRF), com um orçamento de R\$73 milhões. O teste inicial foi realizado nas ruas de Copacabana durante o Carnaval daquele ano. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2022), a implementação do projeto em Copacabana não resultou em melhorias nos indicadores criminais, pelo contrário, observou-se um aumento em diversos índices de criminalidade após sua implementação. Isso deflagra um cenário de enormes contradições.

Assim o panorama pós-megaeventos evidencia uma abordagem de segurança pública no Rio de Janeiro frequentemente restrita à dimensão da ação policial, mas também fortemente associada à apropriação de tecnologias avançadas de vigilância na exploração das potencialidades oferecidas por um grupo de tecnologias conhecidas como TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação). O Programa Cidade Integrada representa uma continuidade das estratégias de militarização e inovação tecnológica implementadas pelo Estado. Porém ele reflete a expansão de tais padrões de segurança, que combinam a ocupação policial militarizada articulada com o uso de tecnologias de vigilância avançadas, agora aplicadas de maneira específica ao contexto das favelas.

Lançado em janeiro de 2022, durante um ano eleitoral para o governo do estado, o programa foi apresentado pelo governador Cláudio Castro como uma política pública inovadora, com o objetivo de integrar as favelas ao restante da cidade. A proposta objetiva intervenções urbanas e sociais, além de estratégias de segurança

² Um exemplo emblemático dessa infraestrutura de vigilância foi a criação do Centro de Operações do Rio (COR). Inaugurado em 2010 pela prefeitura em parceria com a IBM, o COR tinha como objetivo posicionar o Rio como uma referência global em cidades inteligentes, reforçando a histórica conexão entre controle urbano e eficiência tecnológica. Com o uso de mais de 900 câmeras para monitorar espaços públicos, o COR contribuiu para que, em 2013, o Rio fosse reconhecido como uma das cidades mais "inteligentes" do mundo. (disponível em: <https://exame.com/brasil/rio-vence-premiacao-de-cidade-mais-inteligente-do-mundo/>)

pública, buscando melhorar a qualidade de vida de moradores de favelas (Decreto nº 48.148/2022). A Favela do Jacarezinho, que possui um histórico de violência policial amplamente documentado, foi um dos territórios para a primeira fase de implantação do Programa.

Embora o Programa tenha sido apresentado por seus proponentes governamentais como um avanço positivo, poucos projetos sociais de transformação relevante no território tiveram continuidade. Por outro lado, recorrentes episódios de violência policial e intensificação das ocupações policiais e dos conflitos armados emergiram como um dos principais aspectos do programa. Esse cenário gerou críticas às reais intenções do Estado, uma vez que as ações implementadas aparentavam estar desalinhadas com os objetivos declarados de promover a integração da favela ao restante da cidade. A ausência de participação popular na sua construção, juntamente com a falta de critérios técnicos claros que justificassem sua implementação, são elementos cruciais para compreender as críticas direcionadas ao programa. Esses fatores revelam a construção de uma iniciativa de caráter vertical, imposta "de cima para baixo", além de indicar o uso político-eleitoral do território.

As iniciativas governamentais do Programa no campo da segurança pública especificamente no Jacarezinho não se limitaram às tradicionais ocupações policiais. Novas estratégias foram mobilizadas pelo poder público a fim de lidar com o fenômeno da “desordem urbana” e criminalidade, através da inclusão de outras formas de controle e vigilância, que, segundo a narrativa governamental, contribuiriam para uma eficiência ainda maior do trabalho policial” (SEPM, 2022). Assim a resposta do governo para a série de confrontos violentos entre policiais e traficantes de drogas se deu com a iniciativa de instalação de 22 câmeras de videomonitoramento em locais do espaço público da favela equipadas com tecnologias de reconhecimento facial (TRF) demonstrando um significativo investimento em tecnologias avançadas de vigilância associadas a ocupação policial. O anúncio foi feito também sem consulta prévia à comunidade local, que tomou conhecimento do projeto apenas após sua divulgação pela mídia.

Tal inovação tecnológica promovida como forma de aumentar a eficiência e a eficácia de modelos securitários já estabelecidos, pode ser problematizada na mesma medida. Primeiramente, pois evidenciou um descompasso entre as prioridades

governamentais e as demandas da população local. De acordo com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec, 2022), os recursos públicos destinados a essa infraestrutura tecnológica — quase meio milhão de reais apenas para o Jacarezinho — poderiam ter sido utilizados para financiar a educação de 103 alunos do ensino médio por um ano ou para pagar o Auxílio Brasil a 102 famílias da favela.

Em segundo lugar tal abordagem reflete uma visão tecnocrática e determinista que atribui à técnica a solução para problemas urbanos, como a segurança pública. O discurso tecnocrático é apropriado por atores governamentais em parte, pela interpretação dada à tecnologia que nega qualquer possibilidade de questionamento e controle social, em que os grupos e interesses envolvidos, assim como os impactos e custos sociais, são ocultados sob a máscara da técnica (KRAUS, 2022).

Nesse sentido, o programa combina práticas de policiamento militarizado em conjunto com a iniciativa do uso de câmeras distribuídas pela favela com TRF. Embora frequentemente promovidas como soluções positivas por atores governamentais na redução da criminalidade por meio do suporte ao trabalho policial, suas particularidades locais exigem uma investigação aprofundada, especialmente quando o foco dessas políticas não se restringe apenas às minorias étnicas, mas à maioria da população em territórios marginalizados (GRAHAM, 2017).

Tecnologias de reconhecimento facial (TRF) por exemplo têm apresentado algumas consequências, tanto pela forma imposta, sem consulta pública e regulamentação como são realizadas, como também pelos seus vieses discriminatórios em espaços públicos (sobretudo raciais e de violações de direitos) ao serem usadas para monitorar, controlar e desumanizar pessoas negras (BROWNE, 2015). Isso toma uma forma ainda mais complexa quando se trata de considerar o contexto tão desigual da cidade do Rio de Janeiro e a favela do Jacarezinho, onde a maioria da população é composta por jovens pretos e racializados.

Essas estratégias do programa configuram o que venho chamando de tecnopolítica de controle. O controle, nesse contexto, é caracterizado pela ausência de participação popular e por decisões políticas que resultam em desdobramentos sócio políticos significativos, especialmente nos territórios periféricos. Sob o pretexto de segurança, essas novas formas de vigilância e controle parecem agravar as

condições de marginalização vivenciadas pelas populações das favelas. Esse contexto levanta preocupações sobre as chamadas "soluções" tecnológicas nas políticas de segurança pública, evidenciando como tais ferramentas extrapolam escolhas técnicas e se tornam instrumentos de poder.

A tecnopolítica de controle vai de encontro a narrativa hegemônica e governamental. Dessa forma, os sistemas tecnológicos infiltrados no tecido urbano não apenas refletem escolhas técnicas onde a tecnologia é apropriada e imposta por atores governamentais, mas também refletem decisões políticas que moldam o espaço urbano e as relações sociais no território. Assim, o uso destes exemplos de TICs no programa evidenciam características autoritárias ao sofisticar o aparato policial, especialmente considerando a funcionalidade e o uso de tecnologias na cidade contemporânea.

O decorrer da pesquisa revelou que no escopo do Cidade Integrada, a instalação de câmeras nas vias públicas do Jacarezinho não foi efetivamente executada em função de pressões políticas exercidas por moradores e ativistas que denunciaram os riscos associados ao uso dessa tecnologia. Embora a instalação das câmeras no Jacarezinho não tenha sido efetivamente executada, isso não impede que sua previsão no escopo do Programa Cidade Integrada seja compreendida como uma expressão tecnopolítica de controle. A trajetória da vigilância na cidade do Rio de Janeiro, especialmente após os megaeventos, demonstra como tecnologias de reconhecimento facial e monitoramento foram progressivamente incorporadas às políticas de segurança pública, consolidando uma infraestrutura de controle urbano. Além disso, uma análise tecnopolítica não se restringe apenas à implementação material dessas tecnologias, mas também considera os discursos e narrativas que legitimam sua adoção.

A tecnopolítica de controle vigora nos discursos institucionais e na forma como atores governamentais se apropriam dessas tecnologias de informação e comunicação (TIC) como instrumentos de controle territorial e disciplinamento urbano, reforçando a vigilância como elemento central da política de segurança pública.

Os aspectos contraditórios do programa direcionaram a pesquisa para uma rede de atores contra-hegemônicos que se posicionam ativamente contra as

estratégias do programa, incluindo as relacionadas à iniciativa de implementação de TRF. Isso fez com que buscássemos pesquisar essas resistências emergentes e como elas podem também ser compreendidas sob a ótica da tecnopolítica.

Assim, nas margens do controle imposto, emergem, simultaneamente, resistências por moradores e ativistas, que também se utilizam das TICs para contestar as práticas do programa. Nesse sentido, esse movimento revela uma segunda vertente em torno do mesmo objeto empírico, na qual as TICs são utilizadas como ferramentas de articulação e resistência por outro grupo de atores. Tais resistências emergem não apenas como reação às práticas do programa, mas também como formas de apropriação das TICs para denunciar e ressignificar as práticas governamentais. Assim, as TICs passam a se configurar como instrumentos de apropriação tecnológica por essa outra rede de atores, possibilitando agora a emergência de um ativismo digital.

Dessa forma, esses atores configuram o que chamo de tecnopolítica de resistência ao transformar um espaço digital em um campo de contestação e denúncia que expõe as contradições do programa como um todo. Essas resistências foram observadas principalmente nas redes sociais, como a plataforma X (antigo Twitter), que se tornou um espaço central para amplificar vozes comunitárias, denunciar abusos e construir contra-narrativas que desafiam o discurso oficial. Na tecnopolítica de resistência as narrativas surgem de baixo para cima, em um uso mais transformador das TICs para supostas novas formas de fazer política.

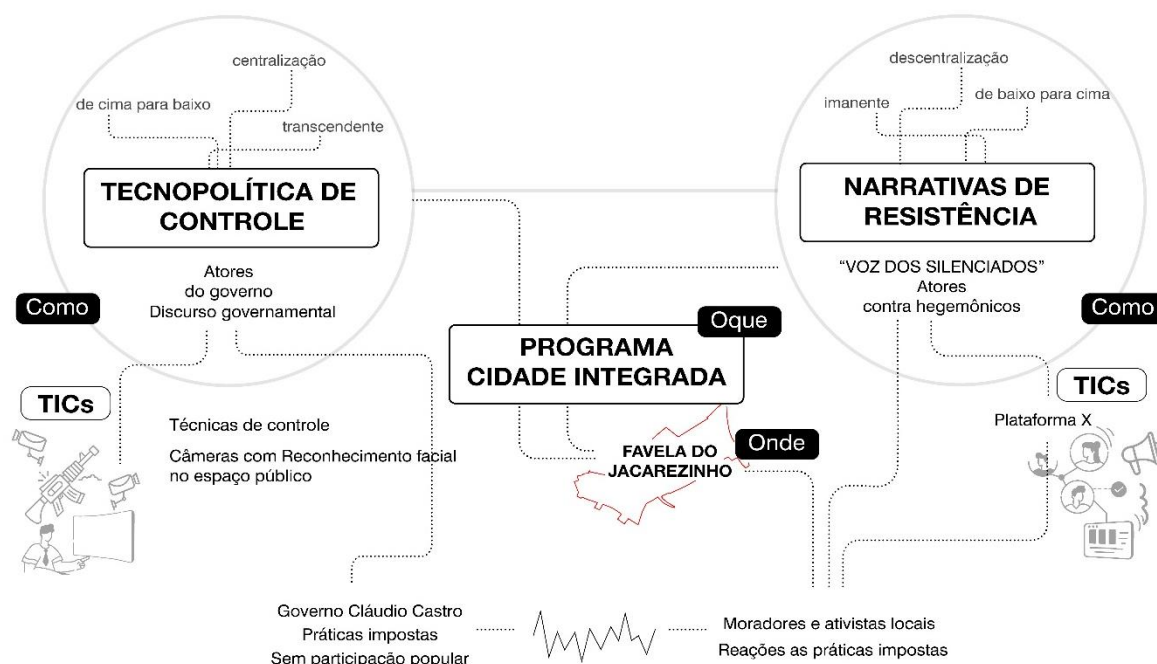
Entendemos tecnopolítica enquanto um “campo que associa inovação técnica e transformação do espaço social” (EGLER, 2024). Uma análise tecnopolítica olha para os atores sociais envolvidos e seus discursos ao abordar práticas políticas mediadas por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em uma interação entre artefatos técnicos e práticas sociais que moldam relações de poder e agência (Edwards e Hecht (2010). Assim, essa interação envolve atores sociais — como indivíduos, grupos e instituições — e o uso de tecnologias - como dispositivos, infra estruturas e artefatos técnicos - para alcançar objetivos específicos. Quando essas forças e atores heterogêneos direcionam suas ações para influenciar a política urbana e implementar projetos espaciais na cidade, podem ser caracterizadas como redes tecnopolíticas (SALMENTON, 2023).

A análise do programa sob as lentes da tecnopolítica revela um duplo movimento: de um lado, o Estado intensifica práticas de vigilância e controle militarizado por meio de TICs; de outro, moradores e ativistas se apropriam de outras tecnologias para resistir e denunciar as políticas oficiais. Nesse contexto, as TICs desempenham um papel central, tanto como ferramentas de controle quanto como meios de resistência descentralizada. Essa dualidade reflete a definição de tecnopolítica como um campo de práticas em que interações e conflitos podem tanto reforçar formas de dominação quanto fomentar novos modos de organização e existência (BRUNO et al., 2018).

Essa tensão entre controle e resistência destaca como sistemas tecnológicos são apropriados de maneiras distintas por diferentes atores sociais. A tecnopolítica, assim, torna-se uma abordagem analítica crucial para questionar o programa enquanto projeto político. Ela expõe como as práticas de vigilância e controle, sustentadas pelo uso de tecnologias, coexistem e interagem com manifestações de resistência que também se articulam tecnologicamente. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar o programa Cidade Integrada, tendo como lócus a favela do Jacarezinho, como prática tecnopolítica de controle e de resistência.

Compreendemos as tecnologias não apenas como instrumentos e técnicas isoladas, mas como partes integrantes de uma totalidade de relações sociais que emergem de seu desenvolvimento e uso (SANTOS, 2000). A depender do uso, as tecnologias apresentam capacidades de moldar o espaço urbano e transformar o território de forma contraditória, ora ao reforçar estruturas de poder centralizado, ora abrindo caminhos para formas descentralizadas de resistência e emancipação (GAGLIARDONE, 2014). Assim, considera-se fundamental analisar criticamente o uso destas tecnologias na atualidade reconhecendo-as como práticas políticas que transformam o território e as disputas que nele acontecem.

Diagrama conceitual da pesquisa



Fonte: Autor, 2024

1.1 Objetivos específicos e percursos de investigação

Os objetivos específicos foram organizados em alinhamento com os capítulos da dissertação, de modo a facilitar a compreensão de como cada etapa da pesquisa contribui para o alcance do objetivo geral. Cada objetivo específico é detalhado com a metodologia correspondente, incluindo a formulação de ações que orientam a coleta e análise de dados.

CAPÍTULO 2

Objetivo específico: Contextualizar o panorama de políticas de segurança no Rio de Janeiro, com foco na violência armada e militarização urbana, situando a Favela do Jacarezinho nesse contexto e destacando sua história urbana, formação territorial e dados relevantes

Para isso adotou-se uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e dados estatísticos, com o objetivo de identificar os padrões históricos das políticas de segurança no Rio de Janeiro e no Jacarezinho, suas justificativas e impactos. A historicidade do Jacarezinho foi investigada por meio de estudos sobre urbanização de favelas através de (PAULINO, 2017; BRUM, 2018;

VALLADARES, 2000). Com foco sobre o cenário de segurança pública no Rio e em contexto de favelas alguns autores nos ajudam (RAMOS, Silvia et al., 2022/RAMOS, 2022; MENEZES, 2015).

Dados do Grupo de Estudos de Novos Illegalismos (GENI/UFF), do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), do Instituto Fogo Cruzado de 2024 e do EMOP/RJ fundamentam a análise. Foram utilizadas ainda notícias de mídias digitais e publicações de boletins do Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento da Universidade Federal de São Paulo (Lasintec/EPPEN/UNIFESP).

Este capítulo serve como base contextual para compreender as dinâmicas de controle e vigilância analisadas no Programa Cidade Integrada, que será abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

Objetivo específico: Analisar o Programa Cidade Integrada como uma expressão da Tecnopolítica de controle considerando o discurso dos atores governamentais sobre as práticas de policiamento, articuladas à apropriação tecnológica, em especial no contexto do anúncio de implementação de tecnologias de reconhecimento facial (TRF) em vias públicas da favela.

Para tanto foi necessária uma abordagem teórica inicial que trata do controle e a securitização do espaço urbano e sua manifestação nas políticas de segurança, com ênfase na articulação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em projetos tecnológicos voltados à gestão e vigilância de espaços públicos. Para isso, adotou-se uma abordagem interdisciplinar, que combina revisão bibliográfica, análise teórica e alguns estudos de caso empíricos.

Autores como Foucault (1975) contribuem para a construção do arcabouço teórico sobre vigilância e controle dos indivíduos, com base nas concepções do panóptico. Melgaço (2010) nos auxilia ao discutir o controle no espaço urbano, especialmente em relação à securitização urbana. O conceito de "meio técnico-científico e informacional" de Santos (1995), juntamente com a análise sobre a emergência de uma "cidade ampliada" apresentada por Duarte e Firmino (2009) e Aurigi e De Cindio (2008), nos ajudam a compreender os novos contornos da

securitização urbana por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) imersas nas políticas de segurança pública. Autores como Graham e Wood (2003), Kraus (2020; 2022), Firmino e Frey (2014), Browne (2022) e Morozov e Bria (2019) nos conduzem à reflexão crítica sobre o planejamento urbano, à luz da inovação tecnológica e do surgimento do poder discursivo tecnocrático e determinista, relacionados às *smart cities*. Esse poder, por sua vez, se manifesta no controle sobre o espaço urbano e nos efeitos gerados sobre grupos e territórios específicos.

Em seguida, o foco é a apresentação das estratégias de segurança pública sugeridas e implementadas pelo programa, bem como a análise dos discursos de atores governamentais com foco na política tecnológica que envolve o uso de Tecnologias de Reconhecimento Facial (TRF) no Jacarezinho.

A metodologia utilizada envolve a análise de documentos oficiais, como o decreto nº 47.928 de 18 de janeiro de 2022 que instaurou o programa e o Relatório Cidade Integrada (2022), notícias midiáticas do G1, R7, sites da Prefeitura do Rio e do Governo do Estado com falas do governador e trechos do perfil de redes sociais de Cláudio Castro, além de dados de segurança pública e entrevistas com ativistas sociais. Sobre a parte tecnológica do programa que envolve a iniciativa de implementação de TRF foi analisado o único documento referente a esta iniciativa, Estudo Técnico Preliminar do Sistema de Videomonitoramento em vias públicas no Jacarezinho desenvolvido pela Coordenadoria Especializada de Tecnologia da Informação e Comunicação da polícia militar (PMRJ/2022). Foram realizadas tentativas de contato para entrevistas com gestores do programa e com o Departamento-Geral de Tecnologia da Informação e Telecomunicações da Polícia Militar do Rio de Janeiro (DGTIT), sediado no Jacarezinho, mas não obtivemos resposta.

Ao conceber o programa como uma tecnopolítica de controle, que integra práticas de policiamento com a articulação com uma política tecnológica baseada em câmeras e TRFs em vias públicas da favela, o capítulo critica de forma incisiva as políticas de segurança pública do programa e suas contradições. Argumenta-se que tais políticas refletem um padrão de militarização e repressão, ressaltando que, em vez de proteger os moradores, as estratégias de segurança pública perpetuam uma lógica estrutural de controle, fortemente vinculada a interesses políticos e eleitorais.

O argumento defende a ideia de que as políticas de segurança pública do Programa Cidade Integrada ignoram as demandas das comunidades e reproduzem um projeto político de controle onde a ocupação policial, promovida como uma solução, é apontada como um mecanismo de violência estrutural através do pensamento de Slavoj Žižek (2008).

No que se refere à política tecnológica, a principal crítica está na ideia de que o uso dessas tecnologias intensifica o controle social sobre grupos específicos, especialmente a população negra e periférica, sem efetivamente solucionar os problemas de criminalidade e segurança enfrentados pelos moradores. Além disso, esse uso acaba gerando desdobramentos sociais e políticos relacionados à discriminação e à violação de direitos. Autores como Edwards e Hecht (2010) e Gagliardone (2014) nos ajudam a compreender a tecnopolítica, enquanto autores como Kraus (2022), Krivý (2016), Nunes e Tal (2022), Browne (2022) e Benjamin (2019) nos ajudam a pensar os desdobramentos sociopolíticos do desenvolvimento e uso de tecnologias de vigilância em um território como a favela do Jacarezinho.

O capítulo demonstra que as práticas que sustentam o programa como uma tecnopolítica e controle refletem uma lógica determinista, neoliberal e racista, que aprofunda a marginalização das populações periféricas por meio da militarização urbana e da inovação tecnológica no contexto da segurança pública enquanto não obtém sucesso em reduzir as desigualdades, a criminalidade ou a integração socioespacial da favela, dados como objetivos principais do programa.

CAPÍTULO 4

Objetivo específico: Analisar o Programa Cidade Integrada como uma expressão da tecnopolítica de resistência, destacando uma contranarrativa ao discurso governamental ao trazer à tona postagens e interações mediadas pela plataforma X realizadas por atores que se colocavam contra as práticas do programa no jacarezinho.

Este capítulo traz à tona narrativas e discursos de outros atores envolvidos no programa, especialmente aqueles que operam nas margens da tecnopolítica de controle, oferecendo uma perspectiva contra-hegemônica. Dessa forma, complementa a análise tecnopolítica ao explorar um contrapoder à lógica de controle

discutida no capítulo anterior, evidenciado por meio de práticas mediadas por tecnologia. Nessas práticas, o caráter público e democrático das narrativas se forma através de vozes emergentes ocultadas pelo discurso hegemônico e que o contestam e corroboram para crítica do cenário invasivo e hostil do programa. Ao valorizar o poder imanente das redes sociais em benefício do bem comum (EGLER e PEREIRA, 2024), este capítulo aborda o que chamamos de tecnopolítica de resistência.

A metodologia deste capítulo baseia-se na revisão bibliográfica e na coleta de dados por meio de postagens e interações na plataforma X. A coleta de dados na rede social corre através da utilização de hashtags como #TecnologiaCidadeIntegrada, #CidadeIntegrada, #SegurançaJacarezinho, #VigilânciaJacarezinho, #ReconhecimentoFacialJacarezinho e #PoliciamentoJacarezinho. Foram selecionadas postagens feitas principalmente entre 2021 e 2022, período que marca o anúncio e a implementação do programa. Foram considerados perfis identificados como de moradores, além de perfis de figuras públicas e ativistas que dialogam com discursos de denúncia e oposição às práticas do programa no território. Ambos atores articulam discursos contrários ao caráter imposto e invasivo da tecnopolítica de controle presente na implementação do Programa Cidade Integrada.

Essa coleta de dados nos permite analisá-los a partir de uma perspectiva tecnopolítica no contexto do propagam. Autores como Preciado (2014), Egler e Pereira (2024), Santos (1999), Zuboff (2019) e Fontenelle (2017) guiam e sustentam a argumentação.

Zuboff nos ajuda a compreender de forma mais aprofundada o uso contemporâneo das redes sociais, ao revelar que as plataformas digitais atualmente não desempenham apenas funções de entretenimento ou comunicação. O capitalismo de vigilância expõe essas plataformas como instrumentos de poder e manipulação, sobretudo por meio de corporações e grandes empresas de tecnologia, como as *big techs*, que operam conforme os interesses econômicos e políticos de atores hegemônicos que lideram essas plataformas. Dessa forma, queremos destacar que a sociedade contemporânea está também submetida ao caráter de controle e vigilância inerente a essas tecnologias

Por outro lado, Preciado (2014) apresenta a noção de que toda tecnologia repressiva carrega um potencial latente de subversão e reapropriação, podendo ser

reconfigurada para desafiar as estruturas de poder e criar novas formas de identidade e resistência política. Isso revela uma contradição significativa em nossa interação com as tecnologias atuais. Nesse contexto, Bruno et al. (2018) e Egler e Pereira (2024) permitem compreender a tecnopolítica também como um espaço de resistência, uma vez que a apropriação tecnológica por determinados atores configura um espaço digital de oposição às práticas do programa no Jacarezinho em torno de um bem comum. Essa apropriação transforma o uso dessas redes na possibilidade de enunciar narrativas que revelam a realidade do território por meio do espaço digital.

2 EM CONTEXTO DE MILITARIZAÇÃO URBANA

Nos tópicos a seguir considero um contexto mais amplo relacionado ao cenário de conflitos urbanos e as estratégias de segurança pública baseada na militarização urbana na cidade do Rio de Janeiro. Embora o foco desta pesquisa seja o Programa Cidade Integrada, lançado em 2022, nota-se que algumas políticas públicas de segurança anteriores a ele, bem como o próprio contexto de violência do Rio e da favela do Jacarezinho não apenas se relacionam diretamente com o programa, mas também fornecem um pano de fundo sob o qual o programa foi anunciado.

Apresento um panorama histórico da favela do Jacarezinho, com o objetivo de contextualizar sua formação e desenvolvimento urbano. A análise foca nas dinâmicas socioeconômicas, políticas e espaciais que moldaram o território, destacando o impacto do processo de modernização urbana no Rio de Janeiro. Nesse contexto, enfatizo a histórica exclusão social, marginalização e alguns ciclos de violência que marcaram a trajetória da comunidade. Posteriormente buscou contextualizar e analisar criticamente a evolução de determinadas políticas de segurança pública na escala do Rio de Janeiro. Tais políticas fornecem um cenário de militarização urbana da cidade pré-Programa Cidade Integrada, mas que desencadeiam em uma série de implicações sociais, políticas e territoriais importantes de serem analisadas.

2.1 Formação e ocupação da favela do Jacarezinho

A forma como uma cidade se organiza está diretamente ligada ao seu desenvolvimento, moldadas e transformadas pelos seus próprios habitantes. No cenário urbano da América Latina³, a favela emerge como uma expressão concreta da informalidade, um fenômeno moldado pelos desígnios do urbanismo moderno que, segundo Robinson (2006), relegou as cidades do Sul e seus habitantes mais desfavorecidos a uma exclusão profunda da visão idealista que norteava o projeto de modernização.

A busca por normatizar, zonear e sanear a cidade resultou na definição e delimitação de espaços considerados "anormais" – o "informal" -, que não se

³ De acordo com a ONU-Habitat (2022), cerca de um bilhão de pessoas vivem atualmente em favelas em todo o mundo. Esse número pode estar subestimado, frente às dificuldades de captação dos dados em diversos países e à dinamicidade de formação e dispersão desses territórios.

enquadram nos padrões estabelecidos. O urbanismo moderno solidificou-se à medida que suas contrapartes se desenvolviam, marginalizando espaços como as favelas, que se tornaram o antípoda do ideal urbano preconizado (ROBINSON, 2006, p. 21). Dessa forma, a própria consolidação do ideal moderno para as cidades ocorreu em contraposição ao que era percebido como seu "oposto", marcado pelo subdesenvolvimento.

A transição do século XIX para o XX trouxe uma reconfiguração significativa dos espaços urbanos, especialmente nos centros das cidades, onde os interesses da iniciativa privada e das elites dominantes priorizaram o desenvolvimento econômico e comercial. Esse foco na modernização dos centros resultou na intensificação da exclusão e marginalização de grupos sociais vulneráveis. Sem condições de competir por esses espaços e desprovidos das características exigidas pelo novo modelo urbano modernista, acabaram ficando à margem.

No caso do Rio de Janeiro, esse fenômeno foi particularmente marcante, especialmente durante as reformas urbanas implementadas no governo de Rodrigues Alves no início do século XX. Nesse sentido destacam-se as políticas de "higienização" urbana, intensificadas pelo então prefeito Pereira Passos, que culminaram no "bota-abaixo"⁴, um projeto que promoveu a remoção forçada de moradias populares. Esse processo não apenas contribuiu para a formação das favelas na então capital federal, mas também estabeleceu um padrão duradouro de desigualdade urbana e segregação socioespacial que persiste na cidade. A respeito disso Cardoso (2007) aponta que:

As favelas, tão logo percebidas e transformadas em um "problema", foram objeto de restrições do aparato regulatório. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Plano Agache, apresentado em 1930, identificava uma "inversão" da função adequada das áreas ocupadas por esses assentamentos que, pela sua localização, deveriam acolher a população de classe média. Para a população favelada, o Plano previa a construção, na periferia, de "cidades-satélites", inspiradas no modelo da cidade-jardim de Ebenezer Howard, junto a zonas industriais que proviriam emprego para a população de trabalhadores pobres. (CARDOSO, 2007).

Neste contexto histórico em que se colocava a cidade do Rio, a formação da favela do Jacarezinho na zona norte não funcionou diferente, visto que o contexto de

⁴ <https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo> (Acesso em: 25 de agosto de 2023)

exclusão de classes, foi um fator que contribuiu para a formação de favelas na zona norte do Rio de Janeiro.

Embora existam poucos registros sobre a formação das primeiras ocupações nesse território, acredita-se que elas remontam à década de 1920, com a expansão das indústrias na zona norte, como a General Eletric, inaugurada em 1921 no bairro Maria da Graça (figura 1). Inicialmente chamada de Morro da Titica, a favela situava-se no antigo Engenho Novo dos Jesuítas e fez parte de um grande território doado por Estácio de Sá, abrangendo áreas como Grande Méier e São Cristóvão.

O desenvolvimento desse território foi impulsionado pela presença de uma população considerada invasora, composta por trabalhadores que se aglomeravam nas proximidades das fábricas em expansão. Nestas imediações havia um grande número de migrantes da região Nordeste, sobretudo dos estados do Ceará, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco (CANO, 2011).

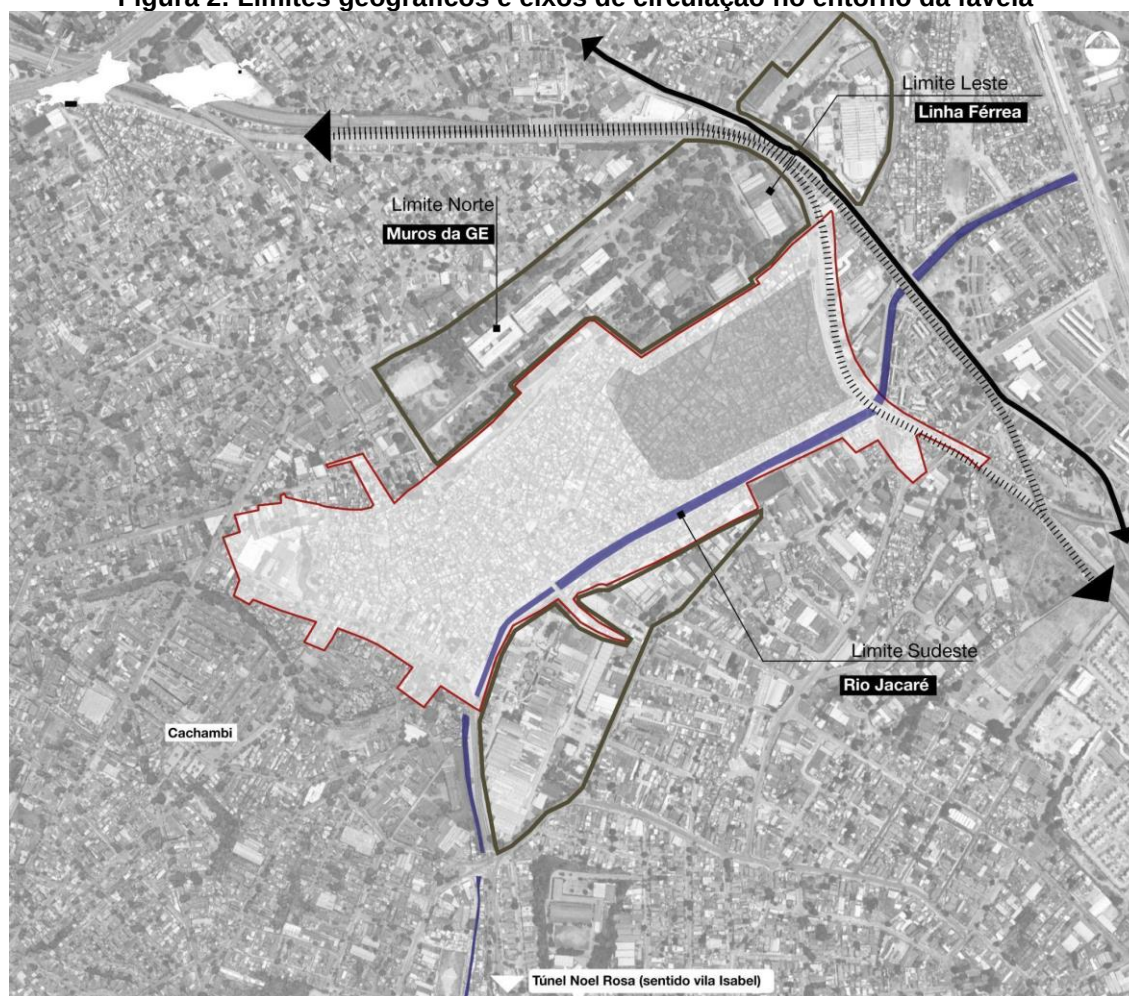
Figura 1: Instalações da General Eletric, Maria da Graça. 1921.



Fonte: <https://riomemorias.com.br/memoria/a-antiga-fabrica-da-ge-e-seus-entornos/>
acesso em 2 de setembro de 2024

A área, estrategicamente localizada e cercada por importantes eixos de circulação (figura 2), como a antiga Avenida Suburbana (atual Dom Helder Câmara), a linha férrea e os muros da antiga General Electric, favorecia o acesso ao trabalho e contribuía para a fixação dessas ocupações. O Jacarezinho se tornaria, então, a maior favela da cidade, abrigando os muitos operários que ocuparam também as regiões do Méier e da Leopoldina (BRUM, 2018).

Figura 2: Limites geográficos e eixos de circulação no entorno da favela



LEGENDA

Rio Jacaré	Mancha da localização da possível ocupação inicial da favela
Linha Férrea	Favela do Jacarezinho
Av. Dom Helder Câmara	Muros e Barreiras

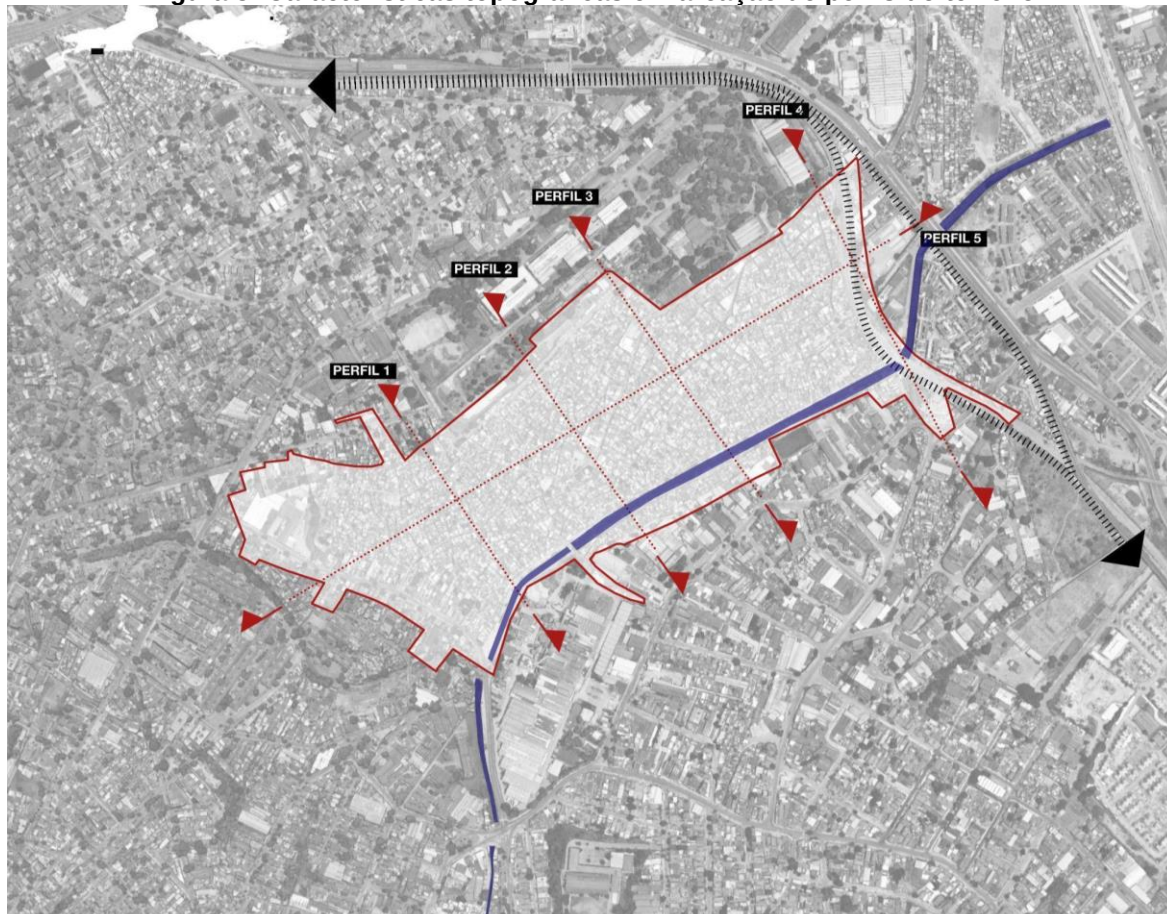
Fonte: Autor, 2024

O desenvolvimento urbano da favela foi também influenciado pelas condições topográficas e geográficas locais, moldando as características das construções ao longo do tempo. Caracterizada por um relevo predominantemente plano, mas com algumas áreas de cotas elevadas, e pelo Rio Jacaré, como mostram as figuras 3, 4 e 5, a geomorfologia da favela desempenhou um papel crucial no desenvolvimento inicial das moradias, influenciando diretamente as tipologias das construções que surgiram.

Nos primeiros anos, por exemplo, relatos de moradores antigos indicavam a presença de casas de palafitas em regiões próximas às margens do rio. Já nas áreas mais baixas da favela, próximas à linha férrea, o perfil habitacional apresentava um caráter mais desenvolvido, mostrando semelhanças com as casas dos bairros

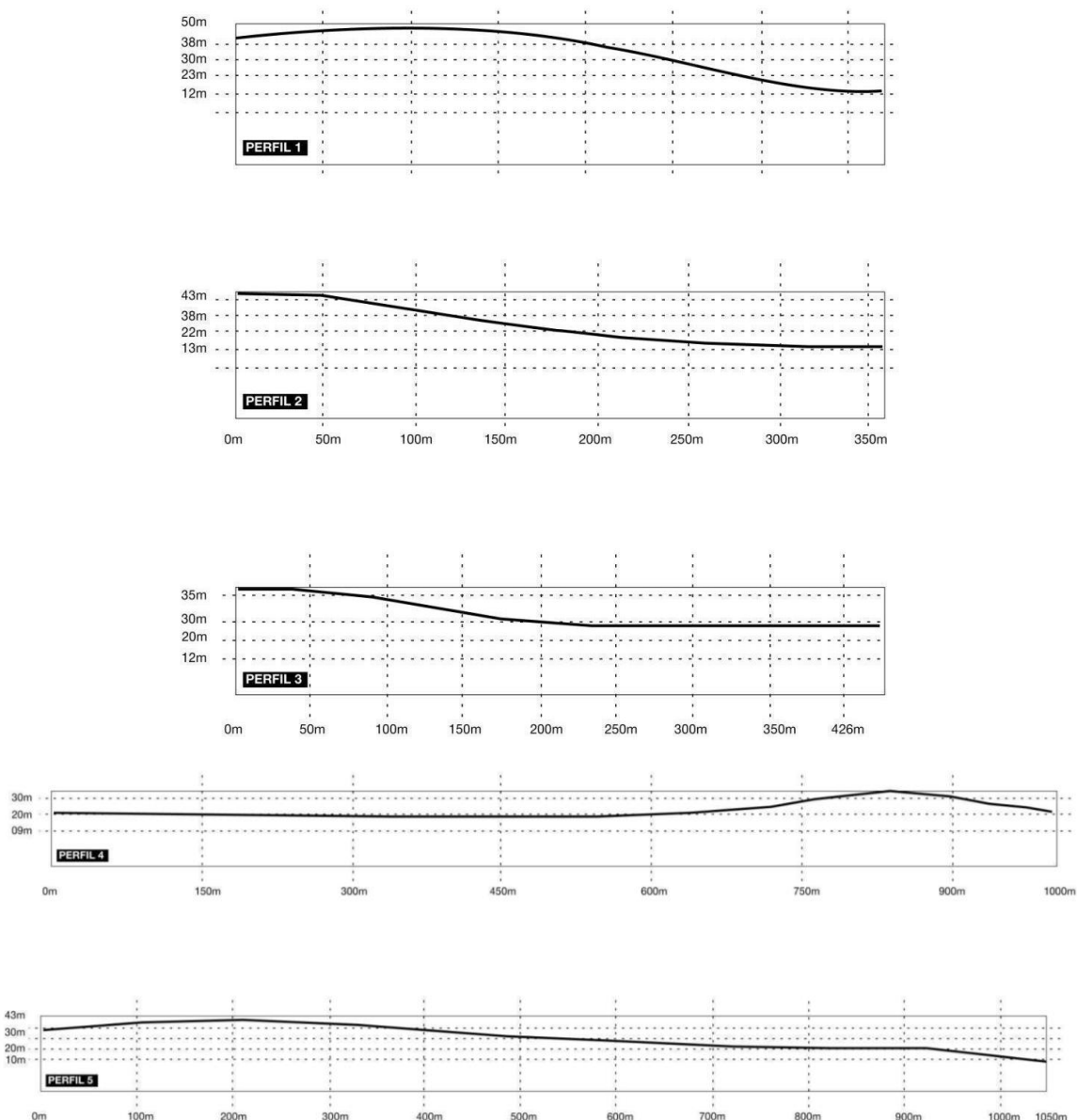
tradicionais do Rio de Janeiro (EMOP, 2013). A própria vantagem geográfica do território veio favorecer no decorrer do tempo a vigilância a partir dos pontos mais altos da favela onde as vielas estreitas tornaram o acesso difícil aos carros da polícia, o que é realidade até hoje⁵.

Figura 3: Características topográficas e marcação de perfis do terreno



Fonte: EMOP/RJ
Elaborado pelo autor, 2024

⁵[https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57208131#:~:text=No%20caso%20do%20Jacarezinho%2C%20foi,da%20favela%22%2C%20diz%20\(Avesso em: 20 de agosto de 2023\)](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57208131#:~:text=No%20caso%20do%20Jacarezinho%2C%20foi,da%20favela%22%2C%20diz%20(Avesso em: 20 de agosto de 2023))

Figura 4. Perfis Topográficos

Fonte: EMOP/RJ
Elaborado pelo autor, 2024

A evolução urbana da favela seguiu diferentes fases de crescimento, impulsionadas por fatores econômicos e de infraestrutura. Na primeira fase de expansão, observa-se a influência da presença de indústrias na região, que atraíam trabalhadores e contribuíram para a fixação das ocupações. A partir de 1960, uma segunda fase de crescimento significativo ocorreu com a criação do Complexo Industrial do Jacaré e a construção do Buraco do Lacerda, que apesar de melhorar a conexão da área com a Avenida Suburbana, foi conhecido por ser um dos pontos mais críticos e vulneráveis em termos de violência e conflito com a polícia, dado que se

tornava um local estratégico tanto para facções criminosas quanto para as operações policiais, sendo alvo de ações de repressão e ocupação.

Foi também durante essa segunda fase, que o processo de verticalização da favela se intensificou, impulsionado pela explosão demográfica e pelas limitações físicas do território. Com o espaço horizontal completamente ocupado e os limites claramente definidos, a única solução foi crescer verticalmente. Muitas dessas novas tipologias que cresciam em altura, eram construídas pelos próprios moradores, que ofereciam os imóveis a familiares e amigos, permitindo que a favela absorvesse a crescente demanda habitacional.

Figura 6 - Verticalização da favela em vista aérea da favela do Jacarezinho (sem data)



Fonte: <https://jacarezinhori.blogspot.com/p/somente-fotos.html>
acesso em 2 de setembro de 2024

Esse movimento resultou na criação de um mercado imobiliário periférico, marcado pela construção de casas de dois ou três pavimentos e unidades de uso misto, que redefiniram o parcelamento do território e deram origem a novas habitações sobre lajes (figura 6). O Estado, porém, manteve-se distante desse processo, não atuando no desenvolvimento desse mercado habitacional emergente, o que perpetuou o elevado déficit habitacional na região. Em áreas como o Jacarezinho, as moradias autoconstruídas surgiram justamente em meio à ausência de intervenção pública e de outros agentes sociais, geralmente edificadas por loteadores ou pela própria

população, as habitações refletem a carência de uma política habitacional estruturada (BONDUKI, 2004, p. 309).

A partir do final dos anos 1970, com o declínio do chamado “milagre econômico”, as indústrias da região passaram a enfrentar sérias dificuldades econômicas para se manterem competitivas. Neste cenário, a falta de presença efetiva do Estado, combinada com os baixos índices de desenvolvimento humano, tornou o território vulnerável e atraente para grupos ligados ao crime organizado, estabelecendo um poder paralelo que passou a dominar as relações econômicas e sociais locais. A ausência do Estado perante as reais demandas do território foi uma constante na história da favela que persiste até os dias atuais. Este fato influenciou a ascensão do Comando Vermelho, uma das maiores facções criminosas do Brasil, formada no presídio de Ilha Grande, a cerca de 100 quilômetros do Rio de Janeiro, na década de 1970 (DA MATA, 2021).

Na década de 1980, o Jacarezinho já era conhecido como um dos territórios mais tradicionais da facção Comando Vermelho na cidade sendo, nesse período, totalmente controlado pelo tráfico. Os atuantes do Comando Vermelho passaram a assumir funções que deveriam ser do Estado, como o assistencialismo, oferecendo apoio aos desempregados e proteção à população. Esse papel desempenhado pelo crime organizado fortaleceu o vínculo entre os moradores e a facção, consolidando seu poder no território.

A figura de Sandro Luís de Paula Amorim, conhecido como "Meio-Quilo" se destacou como um dos principais chefes do Comando Vermelho, controlando uma vasta rede de tráfico na cidade (PAULINO, 2017). Sob sua liderança, entre 1984 e 1987, o Jacarezinho enfrentou um período de intensa violência devido aos frequentes conflitos armados, ainda que, por outro lado, essa época também trouxe uma certa prosperidade para os moradores locais, dada à influência do tráfico na economia da região.

Embora Meio-Quilo tenha conquistado apoio da comunidade através de suas ações, a chegada da cocaína e o fortalecimento do tráfico deram a jovens líderes um poder crescente sobre o território. Os confrontos armados e as disputas de poder entre o tráfico e o Estado se intensificaram ainda mais, ocasionando no aumento da

violência e o declínio das fábricas na região, à medida que trabalhar para o tráfico tornou-se mais lucrativo do que o emprego nas indústrias locais.

O aumento dos conflitos entre a polícia e o poder paralelo, a partir da década de 1980, está diretamente relacionado à localização estratégica do Jacarezinho. Situada em uma área de grande importância logística, com fácil acesso a vias importantes da cidade, a favela se tornou um ponto de interesse tanto para o tráfico de drogas quanto para as operações policiais. Assim, a localização do Jacarezinho, aliada ao crescimento do tráfico, contribuiu para a escalada de conflitos fazendo com que seja uma comunidade tão visada pela polícia. Para a diretora de dados e transparência do Instituto Fogo Cruzado, Maria Isabel Couto:

A favela fica em uma parte da Zona Norte bem próxima ao Centro da cidade. É, por isso, uma região movimentada, que abrigou fábricas, e segue farta de comércio e opções de transporte — há uma estação de trem dentro e uma estação de metrô bem próxima. O Jacarezinho tornou-se, assim, uma favela populosa. Com uma posição privilegiada para distribuição e venda de drogas e armas. O Comando Vermelho se consolidou na região, e líderes do tráfico de drogas local, a partir da década de 1990, ganharam importância e passaram a fazer parte da cúpula da facção.

É importante destacar ainda que a década de 1990 foi marcada pela implementação de planos de urbanização e reformas urbanas promovidas pelo Estado, com o objetivo de melhorar as condições urbanísticas e sociais dessas comunidades com foco na habitação. Essas intervenções ainda que não possuíssem um caráter enquanto política e segurança pública visavam integrar as favelas ao contexto urbano mais amplo, por meio de intervenções arquitetônicas e urbanísticas com vista a promover uma maior inclusão social, a diminuição dos conflitos urbanos e o acesso a serviços básicos, por exemplo.

Diferente das políticas anteriores, que se baseavam na remoção forçada de moradores, o *Favela-Bairro* foi uma iniciativa estatal lançada pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1994 como parte deste plano mais amplo de urbanização das favelas, incluindo o Jacarezinho. Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as intervenções começaram em 1996 na favela do Jacarezinho prevendo a instalação de redes de água encanada, esgoto e pavimentação de ruas, além da implementação de políticas públicas para a integração social e urbana.

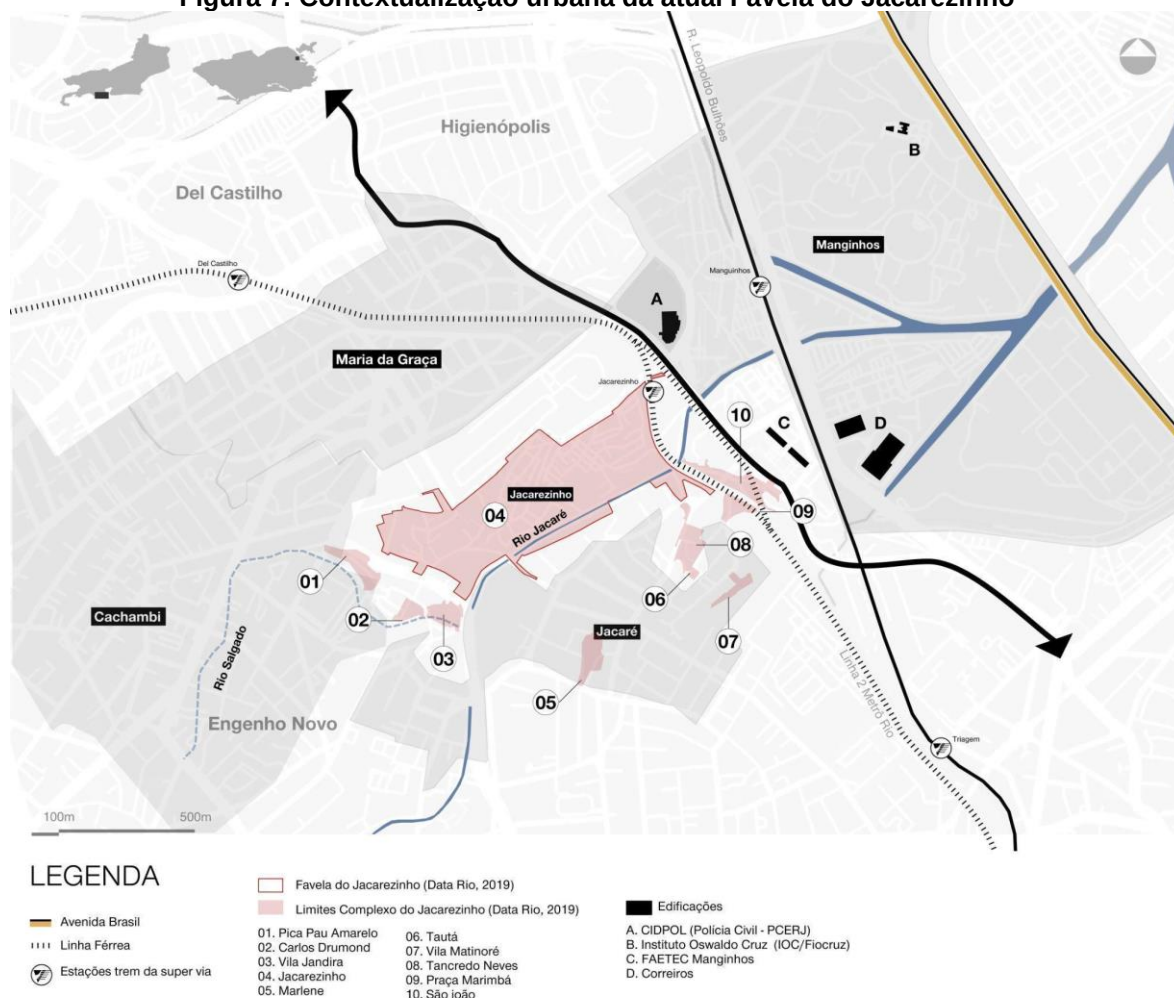
No entanto, apesar das ambições do programa, a execução do *Favela-Bairro* enfrentou limitações. Embora tenha trazido melhorias físicas importantes, a falta de continuidade e restrições orçamentárias geraram críticas devido sua ineficácia em eliminar as disparidades sociais e econômicas. Certamente, as ações de urbanização não foram suficientes para resolver problemas estruturais, como a violência e o tráfico de drogas, dado ainda que a presença de operações policiais associadas ao projeto acabou agravando os conflitos armados traçando uma narrativa por parte dos moradores que expressava suas expectativas no desejo de mudança das relações com a polícia e nas demandas por respeito e reconhecimento dos seus direitos.

Atualmente, a área desmembrada da região do Grande Méier, pertence à 28 Região Administrativa (RA) e à Área de Planejamento AP3 segundo o Plano Diretor do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo de 2010, a população do Jacarezinho é estimada em 36 mil habitantes. No entanto, a associação de moradores da comunidade estima que cerca de 80 mil pessoas residem na área e destas 19 mil são jovens. O pesquisador Bruno Sousa, fundador do Lab Jaca⁶, afirma que os dados populacionais do Jacarezinho raramente são atualizados, e é consenso entre os moradores que o número real de habitantes é significativamente maior do que o registrado pelo IBGE.

Na figura 7 podemos observar a atual contextualização urbana da favela. O crescimento populacional, especialmente a partir das décadas de 1950 e 1960, quando o Rio de Janeiro implementou as políticas de descentralização industrial, resultou na formação de uma área de influência que deu origem ao atual Complexo do Jacaré, composto por cerca de nove favelas, incluindo Carlos Drummond, Jacarezinho, Marlene, Praça Marimbá, Rua Matinoré, Rua São João, Tancredo Neves, Tautá e Vila Jandira (EMOP, 2013, p. 15).

⁶ O LabJaca é um laboratório dedicado à produção de dados e narrativas sobre favelas e periferias. Situado no Jacarezinho, o laboratório surgiu durante a pandemia de COVID-19, em resposta a uma mobilização de atores e metodologias comprometidos com a coleta de dados dos cidadãos e o retorno direto dessas informações para o território do Jacarezinho. O foco principal estava nos dados sobre casos de infecção e mortes, que eram subnotificados pelo poder público.

Figura 7: Contextualização urbana da atual Favela do Jacarezinho



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Hoje, o Jacarezinho é reconhecido como a favela mais negra do Rio de Janeiro, com mais de 70% de sua população composta por afrodescendentes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e diagnósticos realizados em 2017 pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP/RJ). Esse dado da atualidade está aliado a todo o processo histórico de ocupação do território e as dinâmicas de exclusão racial. Nas palavras de Rumba Gabriel, uma importante liderança comunitária da favela, o território configura o que pode ser chamado de um "quilombo urbano" visto que antes de ser uma favela, o território foi ocupado por negros que fugiram de fazendas próximas.

Figura 8: Mapa da concentração da população negra na favela



LEGENDA

35 a 85 Habitantes
88 a 107 Habitantes
114 a 128 Habitantes
133 a 181 Habitantes
185 a 1387 Habitantes

Fonte: EMOP/RJ
Elaborado pelo autor, 2024

Podemos dizer que desde o início, o processo de modernização urbana, que buscava criar centros prósperos e ordenados, marginalizou grupos vulneráveis “não desejados” para a imagem daquela cidade idealizada pela república (VALLADARES, 2000), empurrando-os para áreas periféricas e segregadas como as favelas. No caso do Jacarezinho, essa exclusão se deu não apenas pela sua localização fora dos padrões urbanos desejados, mas também pelo fato de ter sido ocupado majoritariamente por negros, refletindo a herança de desigualdade racial do país.

Além disso, o surgimento do tráfico de drogas na década de 1980 intensificou ainda mais a estigmatização da favela. A comunidade, que já sofria com a marginalização socioespacial, passou a ser vista como um foco de problemas, associada à criminalidade e à violência urbana. Os moradores, em vez de serem

percebidos como vítimas da precariedade e da ausência de serviços públicos, foram generalizadamente rotulados como parte do problema, o que reforçou o estigma.

Essa combinação de fatores – formação do território e exclusão socioespacial, ocupação negra e a presença do tráfico – consolidou a imagem estigmatizada do Jacarezinho, que historicamente é palco de confrontos violentos entre policiais e o tráfico.

Dados do Instituto Fogo Cruzado de 2024, Instituto que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos e colaborativos sobre violência armada, mostram que o Jacarezinho foi o mais afetado também já no primeiro mês de 2024, acumulando 20 tiroteios/disparos de arma de fogo em janeiro. Segundo reportagem realizada no dia 01 de fevereiro de 2024 pelo jornal “Brasil de Fato”⁷:

Sob o sol escaldante da primeira incursão, vimos lojas fechadas, ruas esvaziadas e pouca movimentação do tráfico de drogas; sob a chuva torrencial da segunda visita, presenciamos militares subindo e descendo o morro em formação, caveirões parados em posições estratégicas e traficantes receosos com a chance de estarem diante de um delator ou policial à paisana. (COELHO L E MOURA, M, 2024).

Moradores, sob condição de anonimato, relataram que policiais estavam monitorando os grupos de WhatsApp do bairro. Além disso, houve relatos de que a polícia impedia a empresa Light, fornecedora de energia elétrica, de consertar os transformadores danificados por tiros disparados intencionalmente para provocar a escuridão na região, resultando na falta de energia. A operação também levou à suspensão do serviço na estação Jacarezinho da Supervia, impedindo o deslocamento dos moradores. Durante 25 dias consecutivos do mês de janeiro de operações, foram registrados diversos abusos, incluindo invasões ilegais de residências por policiais.

Apesar do cenário de retaliações causar grande impacto violento no contexto do Jacarezinho, a motivação para tais operações policiais que deram início ao mês de janeiro teria sido a recusa do Comando Vermelho em pagar uma propina de R\$50 mil exigida pelos policiais para financiar um "churrasco de fim de ano."⁸. Jornalistas

⁷<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/01/sem-fogos-so-tiro-moradores-do-jacarezinho-denunciam-violencia-policial-desde-o-ano-novo> (Acesso em: 5 de outubro de 2024)

⁸<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/01/sem-fogos-so-tiro-moradores-do-jacarezinho-denunciam-violencia-policial-desde-o-ano-novo> (Acesso em: 5 de outubro de 2024)

procuraram a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para obter um posicionamento sobre as acusações de extorsão. No entanto, a resposta da polícia reforçou a narrativa de guerra às drogas, limitando-se a fornecer informações sobre apreensões de entorpecentes durante as operações e destacando um prejuízo de R\$7.500 ao tráfico local.

A favela, que registra um dos piores índices de expectativa de vida do município do Rio de Janeiro⁹, tornou-se um símbolo dos conflitos urbanos e da violência policial, perpetuando um ciclo de marginalização e estigma que ainda hoje afeta seus moradores. Isso se manifesta em todo o processo de formação histórica e resistência da favela do Jacarezinho expressando (visível e simbolicamente) as grandes forças sociais em ação bem como os grupos não privilegiados que buscam historicamente melhorias nas suas condições de vida.

No próximo tópico ampliamos a análise para além da escala do Jacarezinho, a fim de contextualizar o cenário geral de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro tendo em vista que tais políticas no eixo da segurança pública na escala da cidade, foram cruciais para abrir caminho para a militarização urbana, legitimando e intensificando ações militarizadas sobretudo favelas como resposta ao cenário de conflitos.

2.2 Segurança pública e militarização no contexto carioca

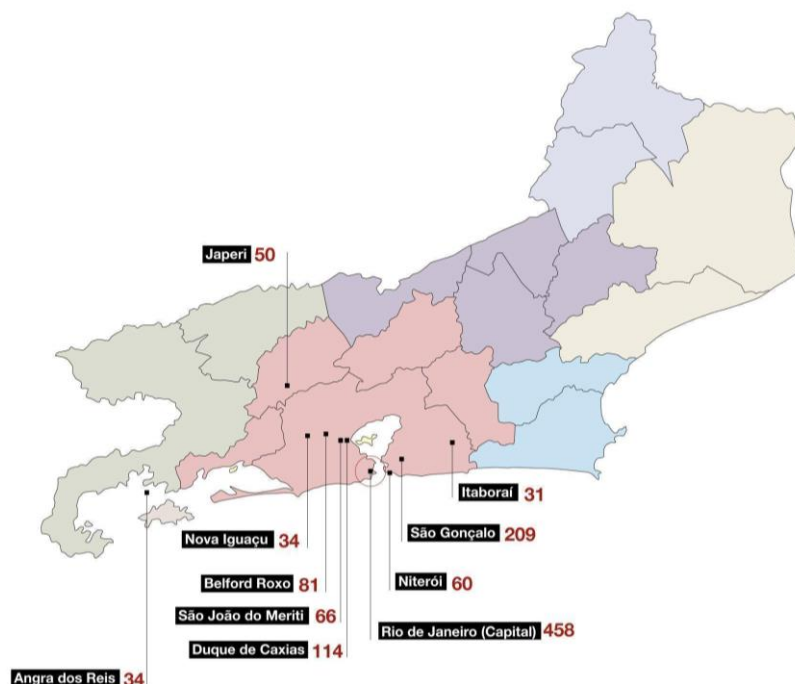
Segundo dados da Rede de observatórios da segurança, um projeto do centro de estudos de segurança e cidadania (CESec) de 2022, o estado do Rio de Janeiro se destaca atualmente por um alto número de chacinas em favelas (considerando registros de ocorrência com 3 ou mais mortes) relacionadas à segurança pública, caracterizadas por operações policiais que resultam em um grande número de mortes.

O estado apresentou nos últimos anos 57 ocorrências de chacinas envolvendo três ou mais vítimas, sendo 30 delas compostas exclusivamente por vítimas negras. No total, foram 155 vítimas, das quais 138 eram pretas ou pardas. Além disso, entre as 1.214 pessoas mortas pela polícia, 87,3% eram negras, enquanto apenas 12,1%

⁹<https://oglobo.globo.com/rio/miseria-violencia-sao-marcas-da-comunidade-do-jacarezinho-um-dos-piores-idh-do-municipio-do-rio-25360072> (Acesso em: 15 de outubro de 2024)

eram brancas. Neste contexto, a capital lidera em número de mortos por agentes do Estado, com 458 registros, seguida por São Gonçalo (209) e Duque de Caxias (114), por exemplo (RAMOS, Silvia et al., 2022). Na figura 10, podemos observar em vermelho o número de mortes das dez cidades mais afetadas, tendo a cidade do Rio de Janeiro como maior índice.

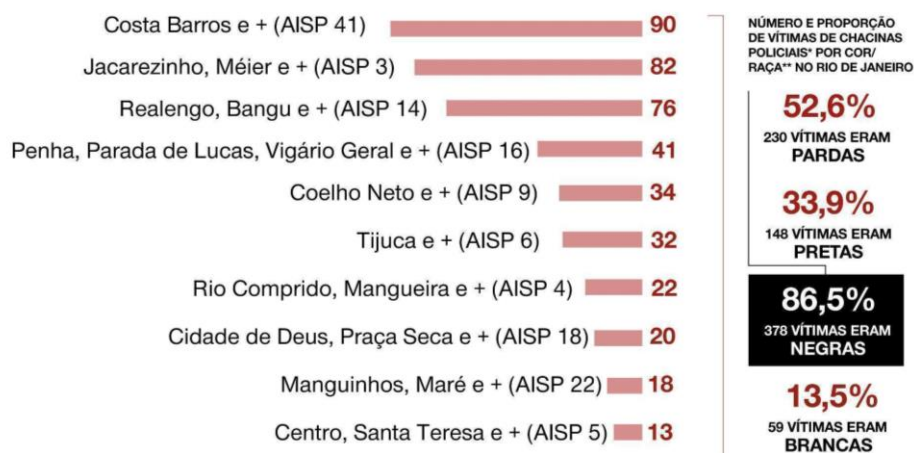
Figura 9: dez cidades com mais mortes por intervenção de agentes do Estado Rio De Janeiro (número de mortes em vermelho).



Fonte: (RAMOS, Silvia et al., 2022) e ISP-RJ via LAI
Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
Alterado pelo autor, 2024

A atual divisão territorial do estado contempla um total de 39 AISP, conforme a Resolução SESEG nº 478 de 31/05/2011. As áreas integradas de segurança pública (AISP), foram criadas através da Resolução SSP N. 263 de 27 de julho de 1999, como parte de uma política de segurança pública. O objetivo era estreitar a ligação entre as Polícias Civil e Militar com as comunidades abrangidas, por meio da gestão participativa na identificação e resolução dos problemas locais de segurança pública (Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2019). Observa-se que a AISP 3 contempla o território do Jacarezinho onde registra-se 82 mortes ocasionadas por chacinas. A figura 10 apresenta o ranking das 10 AISP com mais mortes por intervenção de agentes estatais.

Figura 10: Ranking das dez áreas integradas de segurança pública (AISP) com mais mortes por intervenção de agentes do Estado do Rio De Janeiro (capital)



**Fonte: (RAMOS, Silvia et al., 2022) e ISP-RJ via LAI
Alterado pelo autor, 2024**

2.2.1 As Unidades de Polícia Pacificadora

A necessidade de projetar uma imagem de ordem para a comunidade internacional com a chegada dos Jogos Pan-Americanos de 2007, marca um ponto importante na infraestrutura urbana e nas políticas de segurança pública da cidade. Como resultado, a partir de 2008, surgiram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), uma tentativa de "pacificação" das favelas, dominadas por traficantes e milicianos. A proposta das UPPs não foi apenas voltada ao campo de ações em segurança pública, mas também como um projeto onde permeou um discurso de *rebranding* urbano, que buscava mudar a imagem do Rio como uma cidade marcada pela violência para uma cidade renovada, preparada para receber grandes eventos globais.

Inspirado na política de segurança contra a violência em Medellín (Colômbia)¹⁰ e implantado pela Secretaria Estadual de Segurança, no governo de Sérgio Cabral (PMDB), a ideia era transformar a imagem da cidade do Rio de Janeiro de "cidade violenta" em "cidade de paz" (2014 apud CARVALHO; ROCHA E CARVALO, 2022 p. 907). Destacava-se então a ideia de uma promissora "cidade pacificada" sobre a transformação do espaço urbano no Rio de Janeiro a partir de práticas centradas nas

¹⁰ O projeto contra violência em Medellín teve início em 2002 e atuou sobre a Comuna 13, uma das 16 comunas da cidade com 160.000 mil habitantes e com um conjunto de 25 favelas. O combate à violência em Medellín foi um modelo que inspirou a política de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro.

ações da polícia militar com o objetivo de garantir ordem e segurança. Na figura 11 podemos identificar a localização de todas as Unidades na cidade onde, em vermelho, destaca-se a Unidade instalada no Jacarezinho no ano de 2013.

O governo do Estado justificava a implantação das UPPs nos territórios de favelas como uma forma de recuperar o controle exercido por traficantes e também milicianos, reduzindo os confrontos armados violentos e estabelecendo uma nova relação com os moradores. Isso seria alcançado por meio de uma abordagem de prevenção a longo prazo, que envolvia, em grande parte a presença significativa de policiais nos territórios de algumas favelas¹¹. Além disso é importante destacar que as UPPs foram vivenciadas de formas diferentes segundo perfis e experiências pessoais, e segundo características dos próprios territórios, tendo em vista diferenças entre as UPPs menores e as mais complexas (MENEZES, 2015)

¹¹ <https://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp> (Acesso em : 21 de outubro de 2023)

Figura 11: Mapa Localização UPPs no Rio de Janeiro



Fonte: Autor, 2024

Nesse contexto, a favela Santa Marta ou “Dona Marta” (número 1 no mapa), localizada no Morro Dona Marta (Botafogo), merece um breve destaque por ter ficado famosa por ser a primeira a ser pacificada e receber uma unidade instalada no dia 28 de novembro de 2008. No ano anterior à inauguração em Santa Marta, a taxa nas áreas onde seriam instaladas as unidades era de 54 mortes por 100 mil habitantes, contra 49,7 de média da cidade (Instituto de Segurança Pública - ISP). Em 2008, a relação se inverteu e a cidade registrou 45,6, enquanto as áreas de UPPs, 42.

Segundo os moradores locais, o início da implementação da UPP foi muito promissor devido a contemplação de diversas melhorias e projetos sociais. Temos

como exemplo obras de urbanização (canalização do esgoto a céu aberto), a construção de uma clínica da família, uma Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), um plano inclinado responsável por levar moradores e turistas para o alto do morro e construção de casas em alvenaria que substituíram as antigas em madeira¹².

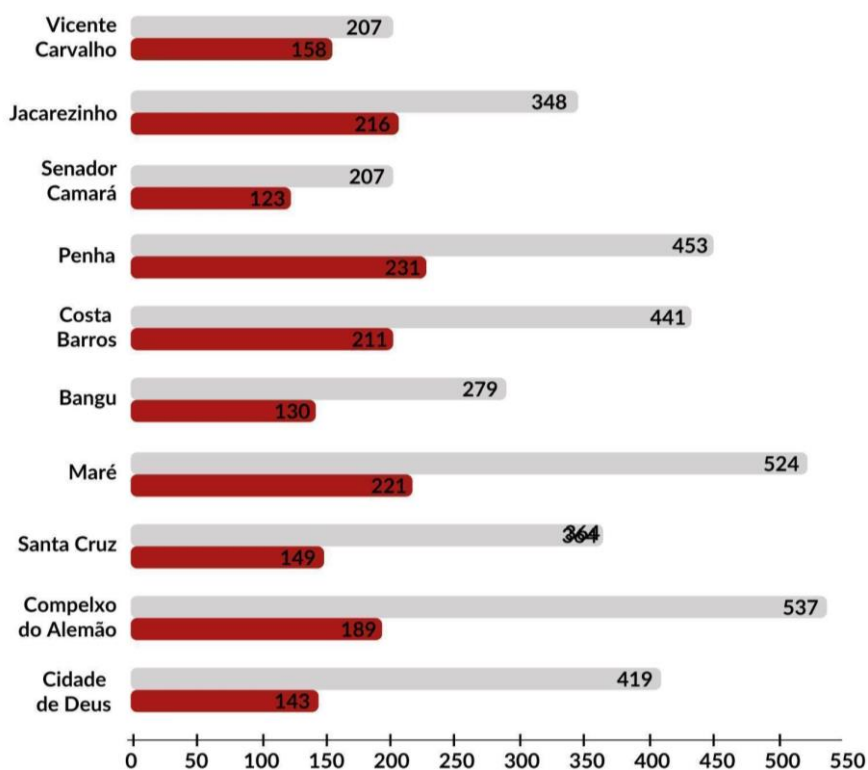
A implementação das UPPs também fez parte da história da favela do Jacarezinho quando, no ano de 2013, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) implantou uma Unidade de Polícia Pacificadora na favela.

Na favela do Jacarezinho a atuação das UPPs teve algumas particularidades. A favela já se consolidava como um dos principais redutos do tráfico de drogas na cidade, o que fez com o que Jacarezinho fosse alvo de estratégias baseadas na narrativa de guerra às drogas durante a política das UPPs, onde a nova dinâmica de segurança na região visava substituir o domínio do tráfico de drogas pelo Comando Vermelho por uma presença policial constante.

A existência latente do tráfico é uma constante que passou a justificar as milhares de operações policiais no direcionamento das forças para enfrentar uma “guerra”. No entanto, o uso intensivo de forças de segurança, incluindo policiais fortemente armados e veículos blindados, resultou em confrontos violentos com traficantes locais, afetando negativamente o cotidiano da população local (figura 12).

¹² https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html (Acesso em: 18 de outubro de 2023)

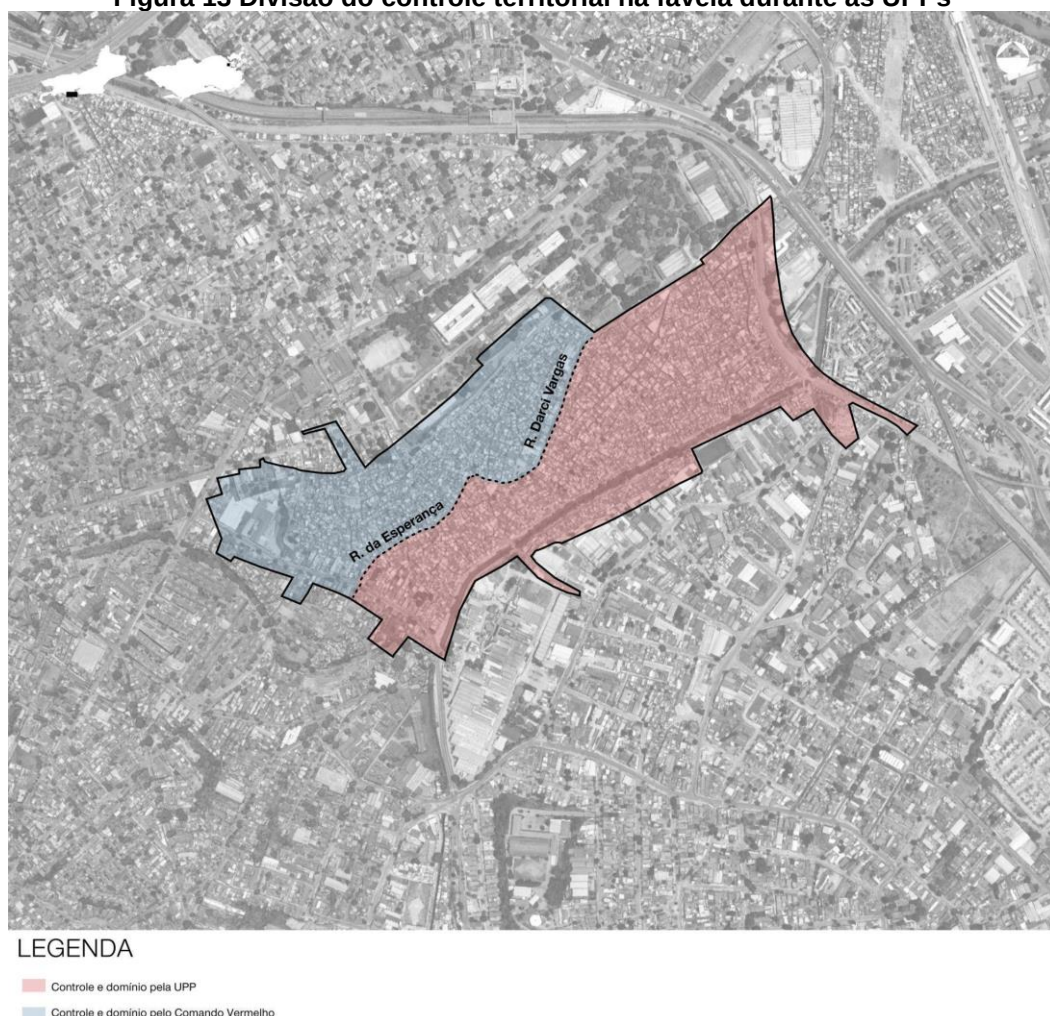
Figura 12: Mortes em operações policiais em favelas do Rio de Janeiro entre 2007 e 2013. Mortes em Vermelho e operações em cinza



**Fonte: Grupo de Estudos de Novos Illegalismos (GENI/UFF).
Alterado pelo Autor, 2024**

Além disso, a favela se diferencia de outras pelo seu histórico significativo de violência policial resultante de operações de retaliação (FRAZÃO, 2024). Em 2017, por exemplo, após a morte de um atirador de elite da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil, a favela enfrentou duas semanas de operações policiais consecutivas, resultando na morte de mais de 15 moradores. No ano seguinte, houve a descoberta do corpo de um delegado da Polícia Civil nas proximidades do Jacarezinho que desencadeou em quase 14 dias de operações diárias no território.

Figura 13 Divisão do controle territorial na favela durante as UPPs



Fonte: PAULINO, 2017
Alterado pelo autor, 2024

Na figura 13 podemos observar como a favela estava dividida até o ano de 2017, sobre isso PAULINO, 2017 aponta que:

As regiões abaixo da Rua Darci Vargas são dominadas pelos traficantes, fazendo com que as áreas mais baixas da favela possuam a livre circulação de traficantes armados e o intenso comércio de drogas, muitas vezes fechando até ruas com suas barracas de venda de entorpecentes. As regiões acima da Rua Darci Vargas serão a área de atuação da UPP sendo assim as áreas onde a ação dos traficantes é mais dificultada e áreas onde a dinâmica social diária é menos afetada pela ação do crime organizado (PAULINO, 2017, p.74)

Com o passar dos anos, as UPPs enfrentaram críticas e resultados contrários aos que foram previstos ao longo do tempo. Um dos principais motivos do fracasso do programa diz respeito ao recrudesimento da violência armada que vinha afetando os moradores de favelas contempladas pelas unidades.

Segundo o historiador Ignacio Cano, que cedeu entrevista sobre as UPPs para o jornal *El País*, as UPPs de fato reduziram a letalidade em alguns territórios, mas garante que há outros fatores que explicam esta queda da violência armada. Uma delas é que policiais militares do Rio passaram a ser premiados ao poupar vidas¹³. Já a antropóloga e cientista política Jaqueline Muniz, da Universidade Federal Fluminense (UFF), explica que durante as UPPs houve um deslocamento dessa mancha criminal ao relatar que "as taxas de homicídio caíram porque a polícia parou de trocar tiros". Isso se confirma visto que o pioneirismo da UPP em Santa Marta permitiu que a favela ficasse um total de 6 anos sem tiroteios¹⁴.

Houve críticas também à falta de continuidade das estratégias nos anos subsequentes, especialmente em comparação com o período inicial de implementação. Moradores da favela de Santa Marta relataram que, com a mudança de governos, os projetos perderam a consistência e continuidade, e a polícia voltou a atuar de forma invasiva, semelhante ao período anterior à pacificação. Isso resultou na retomada do antigo cenário de conflitos no morro, desfazendo os avanços conquistados nos primeiros anos.

Contudo, há relatos e especulações de que, em alguns casos, tenha havido negociações informais ou uma espécie de "pacto de não agressão" entre policiais e traficantes locais para facilitar a entrada e permanência das UPPs em certas comunidades¹⁵. Tais acordos seriam, em teoria, temporários e poderiam envolver a garantia de que as facções não resistiriam abertamente à ocupação inicial em troca de menos repressão direta. Essas negociações refletem as dinâmicas de controle, poder e sobrevivência local em áreas fortemente dominadas por grupos criminosos, evidenciando a influência significativa também do poder paralelo sobre tais territórios da cidade.

Frente a resposta do Estado com a ocupação dos territórios por forças de segurança, uma das principais críticas dirigidas às UPPs é justamente a utilização de

¹³ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html (Acesso em: 5 de outubro de 2023)

¹⁴ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/santa-marta-a-comunidade-modelo-que-resume-a-agonizante-pacificacao-no-rio/> (Acesso em: 5 de outubro de 2023)

¹⁵ <https://oglobo.globo.com/rio/faccoes-rivais-se-unem-para-enfrentar-upps-3020776> (Acesso em: 20 de outubro de 2023)

uma abordagem militarizada para lidar com questões complexas de segurança e bem-estar social, a presença ostensiva da polícia resultava muitas vezes em abusos de poder e violações dos direitos humanos contra os próprios moradores.

Sendo assim, o novo modelo de policiamento prometido pelo Governo do Estado a partir das UPPs se traduziu na simples ocupação pelas forças policiais nos territórios e na continuidade da política de enfrentamento “com policiais sendo mandados para a linha de frente de um conflito para matar e morrer” (Boletim Anti-Segurança, Edição extraordinária, 2021/Lasintec/UNIFESP). As favelas que aceitavam um regime militarizado e o controle disciplinar pela polícia militar eram vistas como “áreas pacificadas”, gerando, porém, questionamentos acerca do papel do poder público na formulação e execução de políticas para esses territórios.

O projeto das UPPs reflete diversos desafios neste território, incluindo confrontos armados com grupos criminosos, denúncias de abusos policiais e dificuldades na prestação de serviços públicos e programas sociais nas favelas. Esses eventos destacaram as limitações das UPPs em promover uma pacificação duradoura e sustentável em comunidades complexas como o Jacarezinho. Embora apresentadas inicialmente como soluções para a redução da violência, estudos apontam limitações significativas nas UPPs. A principal razão para esse insucesso foi a incapacidade de implementar uma política de segurança integrada, que ultrapassasse a militarização urbana e a repressão policial, promovendo as transformações estruturais e apoio às reais demandas dos moradores de favelas (CANO, I; BORGES, D; RIBEIRO, E, 2012)

2.2.2 A Intervenção Federal de 2018

Após uma onda de crimes durante o Carnaval de 2018, as estratégias no campo da segurança pública baseadas na militarização urbana se intensificaram. A inclusão das forças armadas na segurança pública e o objetivo do governo federal em estruturar ainda mais a eficiência das operações da polícia civil e militar resultou em uma medida extraordinária nunca antes vista. O então presidente Michel Temer assina em 2018, um decreto que transferia a responsabilidade pela segurança pública no Rio de Janeiro do governo estadual para o governo federal, sob a liderança do General Walter Souza Braga Netto, dando início em fevereiro de 2018 à Intervenção Federal.

Após ser promulgado pelo Decreto 9.288 que instaurou a intervenção federal, o governo recomendou uma pesquisa para avaliar a opinião da população carioca sobre os resultados e impactos para a sociedade daquela região. Segundo a pesquisa de opinião do Datafolha, realizada¹⁶ Entre 20 e 22 de março de 2018, 76% da população carioca eram favoráveis à intervenção federal na segurança pública do estado, contra 20% contrários e 5% não opinaram.

Como resistência à intervenção, foi criado o projeto Observatório da Intervenção criado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec) em março de 2018. O projeto contou com uma equipe de pesquisa e de comunicação e um conselho consultivo formado por jovens ativistas e lideranças comunitárias de várias favelas e periferias do Rio de Janeiro. Através de uma ferramenta de cadastro e uma metodologia de acompanhamento dos principais veículos de imprensa da Região Metropolitana e dos blogs e contas em redes sociais das polícias e do Gabinete de Intervenção Federal do Rio de Janeiro (GIFRJ), foi possível avaliar as ações policiais ocorridas diariamente.

Figura 14: Registros pré e pós intervenção, dados coletados em 13 de agosto de 2018



Fonte: Fogo Cruzado (2018)
Alterado pelo autor, 2024

Neste sentido, dados confirmam que o período de 2018 a 2022 (figura 14) no Rio de Janeiro foi marcado ainda mais pelo aprofundamento da violência e da violação de direitos humanos dado o militarismo que não era algo novo para a população

¹⁶<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/03/1962259-no-rio-maioria-aprova-intervencao-mas-nao-ve-melhora-na-seguranca.shtm> (Acesso em: 17 de janeiro de 2023)

fluminense. Segundo o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2022) entre os anos de 2018 e 2022 houve o aumento e a consolidação de chacinas policiais, com 102 eventos de três ou mais mortes.

Em 2019, Wilson Witzel e Claudio Castro assumiram como governador e vice-governador do estado do Rio de Janeiro, respectivamente. Este fato não mostrou nenhuma superação ou extinção da política de UPPs, pelo contrário, segundo ele as unidades ganharam uma “nova roupagem”, não à toa ambos ficaram conhecidos como apoiadores das chacinas e discursos violentos que incentivaram a violação de direitos humanos por policiais e a intensificação da política de morte no estado (RAMOS, 2023).

A letalidade policial continuou alta, atingindo um recorde em 2019, com 1.814 mortes causadas pelas forças policiais no estado (OBSERVATÓRIO SEGURANÇA RJ, 2022). No mês de fevereiro de 2019, aniversário de um ano da intervenção federal, ocorreu a Chacina do Fallet-Fogueteiro na região de Santa Teresa, onde 13 jovens foram mortos durante uma operação policial do Comando de Operações Especiais da Polícia Militar, destacando a brutalidade policial sob a nova gestão.

Dado estes fatos que deflagram a violação de direitos humanos nas favelas, diversas organizações da sociedade civil apresentaram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) das Favelas¹⁷ ao Supremo Tribunal Federal (STF) ainda em 2019 sendo acatada em junho de 2020, já quando a pandemia da Covid-19 se mostrava cada vez mais difundida no Brasil. Esta ação proibia operações policiais na favela durante a pandemia e buscava contestar a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro articulando movimentos de favelas, entidades de direitos humanos e grupos de pesquisas universitários interessados em conter a letalidade policial (Boletim Anti Segurança 15 - Lasintec/UNIFESP, julho de 2021).

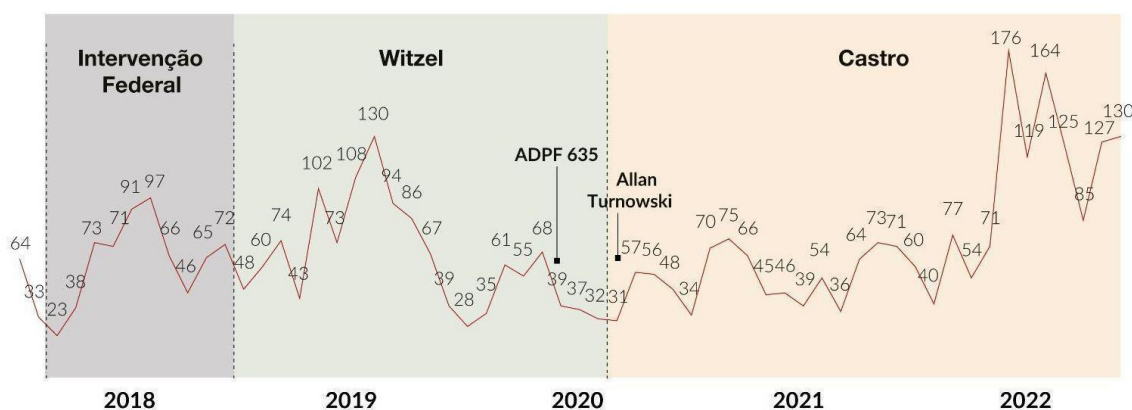
Além disso, a ação solicitava a presença de Órgãos de Fiscalização em operações para garantir a legalidade das ações, a proibição de operações nas proximidades de escolas e hospitais, salvo em casos de extrema necessidade, e

¹⁷ <https://www.mprj.mp.br/adpf-635> (Acesso em: 13 de novembro de 2023)

medidas para garantir que abusos cometidos por policiais sejam investigados e punidos de forma adequada.

Na figura 16 é possível observar como a implementação da ADPF 635 foi essencial, no que tange a redução significativa das mortes causadas pela polícia durante um período de quatro meses, sem um aumento significativo em outros crimes, demonstrando que o combate ao crime não precisa ser acompanhado de letalidade policial (RAMOS, 2022). A ADPF das Favelas, por sua vez, foi crucial para analisar a eficácia e os impactos das operações policiais em áreas de alta vulnerabilidade social, destacando a necessidade de reformular as políticas de segurança pública para que respeitem os direitos fundamentais dos moradores

Figura 15: Operações policiais na RMRJ, segundo gestão da segurança pública no Rio de Janeiro (2018 a 2022)



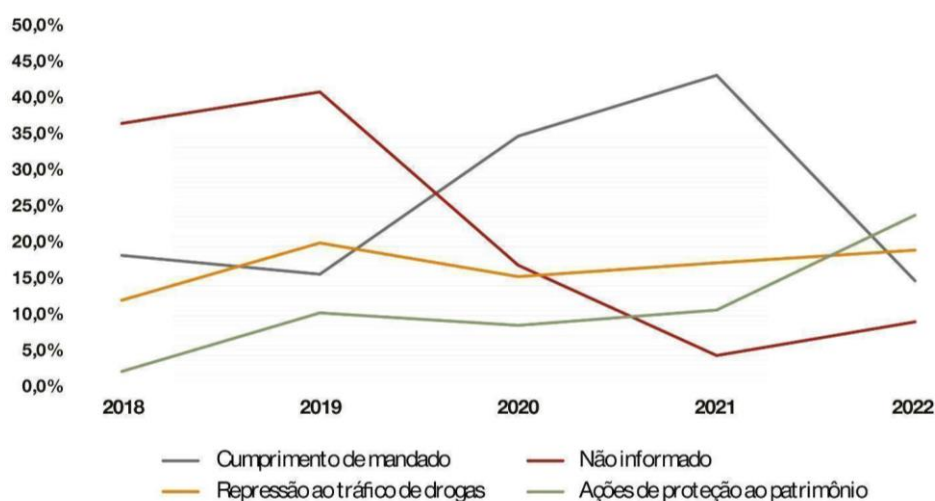
**Fonte: Rede de observatórios da segurança (2022)
Alterado pelo autor, 2024**

O gráfico ainda destaca o momento de ascensão de Allan Turnowski à chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PCERJ, que ao ignorar as restrições impostas pelo STF a partir da ADP 635 permitiu a Operação Exceptis que culminou na Chacina ocorrida em 6 de maio de 2021 na favela do Jacarezinho.

É importante destacar que a existência do tráfico de drogas e do poder paralelo é uma realidade iminente nas favelas. Discussões recentes no âmbito do Fórum da

Rocinha¹⁸, por exemplo, questionam o impacto desse poder na implementação de políticas públicas, uma vez que as associações de moradores ficam subordinadas a essa influência. Contudo, segundo o gráfico podemos observar que as operações policiais para coibir o tráfico de armas e munições (isto é, de coibir os meios que reproduzem a violência) figuram somente como quarta maior motivação de operações policiais (RAMOS, 2022).

Figura 16: Motivações de operações policiais (2018 a 2022).



**Fonte: Rede de observatórios da segurança (2022)
Alterado pelo autor, 2024**

O último fato relevante de observarmos neste momento é de que, contraditoriamente, a repressão ao tráfico se manteve estável durante este período de 5 anos da intervenção federal, enquanto outras motivações para a operações policiais como a proteção do patrimônio e o cumprimento de mandato cresceram. Isso mostra que desde a instituição da intervenção federal até a posse de Claudio Castro a política pública de segurança resumiu-se na narrativa midiática da “guerra às drogas” informado por ações de policiamento de altíssima letalidade (RAMOS, 2022).

O objetivo deste capítulo foi contextualizar o panorama de políticas de segurança no Rio de Janeiro, com foco na violência armada e militarização urbana, situando a Favela do Jacarezinho nesse contexto. Muitos dos problemas estruturais

¹⁸ Durante o ano de 2023 estive presente no Fórum de discussão “A favela da Rocinha e o novo trato dos viventes”. O Fórum objetivou analisar as causas do relativo insucesso de grande parte das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nas favelas, em particular, na favela da Rocinha. A realização do Fórum corresponde ao início da pesquisa, de mesmo nome, coordenada pelo pesquisador de pós-doutorado do PROARQ-FAU/UFRJ, arquiteto e urbanista Dr. Luiz Carlos Toledo, em conjunto com sua orientadora, professora Vera Tângari.

que contribuíram para um cenário de conflitos e violência contra moradores de favelas do Rio de Janeiro permaneceram sem solução efetiva no decorrer de mais de 10 anos desde o anúncio das UPPs até o final da intervenção federal em 2022.

Embora a Intervenção Federal e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) pertençam ao passado, muitos dos dilemas por elas impostos permanecem presentes no cenário do Rio de Janeiro. Essas questões persistem marcadas pela falta de transparência e pelo desprezo dos gestores em relação à participação social nas políticas públicas de segurança.

Os últimos dados levantados sobre as UPPs¹⁹ revelam que, de forma homogênea, os moradores de áreas ocupadas, em sua maioria, desejaram a permanência das UPPs, mas não com o atual funcionamento e sim com modificações tentando recuperar aquele projeto original, exemplificado na favela de Santa Marta por exemplo (MUSUMECI, 2017).

A intervenção, por sua vez, foi uma resposta de curto prazo a um problema complexo, sistêmico e de longa data, com resultados mistos e controversos. Enquanto alguns indicadores mostraram diminuição na ocorrência de crimes patrimoniais percebe-se que este período foi marcado sobretudo pelo aumento de ações violentas por parte das forças de segurança, além de críticas à falta de transparência e a não solução de problemas de longo prazo que perpetuam a violência no Rio de Janeiro (CESEC, 2018). Apesar do discurso da guerra às drogas ter amparado a intervenção federal e se mostrando cada vez mais latente, o cenário nos dá indícios de um controle exercido pelo estado que afeta pessoas específicas, jovens pretos e periféricos, sendo um indício que demarca o racismo institucional que estrutura o Estado brasileiro.

Estudos de 2024 revelam que quase 90% das mortes por ação policial no Brasil são de pessoas negras, segundo dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania²⁰, apenas no Rio de Janeiro, esse índice é de 86,9%. “Como 99,9% dos

¹⁹ O “UPP última chamada” foi uma pesquisa realizada com moradores e que encerrou o ciclo de monitoramento das UPPs realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania em 2017 com autoria de Leonardo Musumeci. Em parceria com a Universidade Candido Mendes foram aplicados questionários a fim de levantar perspectivas dos moradores das favelas ocupadas. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/>

²⁰ Pele-alvo: a cor da violência policial. Rio de Janeiro - CESeC. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/livro/pele-alvo-a-cor-da-violencia-policial/> (Acesso em 11 de novembro de 2024)

*jovens negros de favelas e periferias estão de bermuda e chinelo, todos passam a ser vistos como perigosos e potenciais alvos que a polícia, se necessário, pode matar”*²¹.

Este fato alarmante sobre letalidade policial dialoga muito com a escolha do Estado em perpetuar com lógicas de controle e morte através da militarização urbana em contextos de favelas, por exemplo. Nas palavras de Rolnik (2019) a destruição-remoção-erradicação de espaços como este [as favelas] é feita, frequentemente, com o emprego da violência, em nome da salubridade, da legalidade e até da preservação ecológica em outros casos. A análise da autora coincide com a conclusão do Observatório da Intervenção realizado pelo CESeC²² ao dizer que, muitas vezes, o controle destes espaços é feito como instrumento da “guerra” às drogas, legitimando tal violência estatal nas favelas devido a presença do tráfico de drogas.

A visão estigmatizada da favela, amplamente reproduzida pela mídia, tem sido um fator central na legitimação de políticas de segurança baseadas na militarização do espaço urbano como resposta aos conflitos armados. Esse contexto não é incomum para os residentes de territórios como as favelas, devido ao histórico de controle e brutalidade, muitas vezes promovida pelo próprio Estado, que agrava os conflitos em nome de uma suposta segurança, vista pelo Estado como problema especificamente da polícia. Contudo, na prática, essas políticas parecem falhar tanto em assegurar maior proteção aos moradores quanto em atender outras demandas desses territórios.

O tráfico tem uma grande relevância nesses territórios, sobretudo enquanto parte integrante da história da favela do Jacarezinho. O tráfico também exerce poder sobre estes territórios desenvolvendo normas internas não escritas na produção e organização do espaço, o que torna o cenário ainda mais complexo. Nesse cenário, a favela continua sendo constantemente associada de forma geral ao crime, e seus moradores são tratados na forma de ameaça, reforçando a imagem de um “inimigo” a ser combatido.

²¹ Trecho de fala de Silvia Ramos, autora da publicação intitulada *Pele-alvo: a cor da violência policial*. Rio de Janeiro - CESeC

²² <https://cesecseguranca.com.br/projeto/observatorio-da-intervencao/> (Acesso em: 13 de novembro de 2023)

O panorama histórico e contextual apresentado evidencia como a militarização urbana, aliada às políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, particularmente na Favela do Jacarezinho, reflete um modelo de controle arquitetado pelo Estado. Esse controle se materializa por meio de estratégias de segurança que afetam de maneira desproporcional determinados grupos e territórios. Nesse contexto, tais ocupações urbanas são frequentemente tratadas como desafios a serem geridos ou eliminados, reforçando a dinâmica de conflitos urbanos e violência estrutural.

3 A TECNOPOLÍTICA DE CONTROLE

O capítulo analisa o Programa Cidade Integrada como uma expressão da tecnopolítica de controle com base nas estratégias de segurança baseadas no policiamento e na apropriação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) propostas pelo programa, nos discursos de atores governamentais e nos desdobramentos sociopolíticos deste processo para o território do jacarezinho.

Com isso optamos inicialmente por fazer uma discussão geral sobre o controle e a securitização do espaço urbano, destacando suas manifestações em políticas de segurança. São trazidos exemplos da chamada arquitetura hostil que configuram um ambiente construído e securitizado, direcionado a determinados grupos sociais no espaço público. Em seguida, a discussão é ampliada para explorar como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se articulam com a securitização do espaço urbano, evidenciando a incorporação de projetos tecnológicos em políticas de segurança.

Em seguida, apresenta-se o Programa Cidade Integrada e suas estratégias enquanto política de segurança pública, com destaque para a política tecnológica associada ao uso de tecnologias de reconhecimento facial na favela. Também são analisados seus proponentes e os discursos governamentais e hegemônicos que o sustentam. A partir disso, aprofunda-se a abordagem do programa sob as lentes da tecnopolítica de controle, considerando os atores e processos políticos envolvidos em sua implementação, bem como os desdobramentos sociopolíticos do uso dessas TRF (tecnologias de reconhecimento facial) na favela do Jacarezinho.

3.1 A materialidade da vigilância e a securitização urbana

Michel Foucault foi uma figura central nos estudos de vigilância ao conceber ideias de controle, especialmente com a concepção de panóptico, inicialmente inspirada no projeto arquitetônico de Jeremy Bentham. No modelo panóptico, o confinamento e o encarceramento através da arquitetura eram fundamentais para o disciplinamento e controle dos indivíduos, através da vigilância exercida por instituições como a escola e a prisão. No entanto, embora o panoptismo foucaultiano se mantenha relevante para a compreensão das dinâmicas de poder, vigilância e controle, o conceito tornou-se um pouco limitado para o contexto atual.

A vigilância pode ser entendida como uma capacidade de agir sobre as ações dos sujeitos produzindo controle. Alguns aspectos da sociedade contemporânea passam a trazer reconfigurações para um sistema de controle social, onde a vigilância assume uma forma mais difusa e ampliada, que ultrapassa as instituições tradicionais e a forma essencialmente arquitetural das instituições e se espalha pelo espaço urbano em uma vigilância a céu aberto²³. Dessa forma o confinamento físico não se faz mais necessário para que a vigilância se desenvolva.

Nosso objetivo é compreender como determinadas práticas vigilantes no espaço urbano, ao exercerem uma tendência e consolidação do controle afeta determinados grupos e passam também reforçar estruturas de poder moldando experiências históricas de desigualdade social e discriminação (BROWNE, 2022).

Em um painel apresentado por Thiane Neves Barros, no *RightsCon 2023*²⁴, a autora expõe a ideia de vigilância que ocorre sobre grupos sociais específicos com o exemplo dos povos amazônidas. A vigilância sobre a Amazônia, desde as primeiras colonizações, nunca teve como objetivo a proteção dos povos originários ou do território em si, mas sempre esteve ligada a um projeto de exploração e controle sobre seus recursos. Isso pode ser observado, por exemplo, durante a ditadura militar, onde o Estado brasileiro, por meio de discursos e políticas históricas, como por exemplo o slogan da ditadura militar "*Integrar para não entregar*", sempre pareceu reforçar o controle e a apropriação da região amazônica, ignorando as reais demandas dos povos locais.

Os discursos e os pontos de vista sobre o território sempre vêm de posições hegemônicas do Estado, "aparece aquela Amazônia bucólica, romântica, turística, mas não aparecem as construções cidadãs dos próprios povos residentes, as construções positivas a respeito daquele lugar, e isso faz parte de um projeto político, de uma intenção predatória e colonialista" (BARROS, 2023, p.16). Nessa perspectiva, o Estado nunca esteve ausente ou ignorou a existência da Amazônia, mas sempre

²³ DELEUZE, G "*postsritus da sociedade de controle*"

²⁴ O RightsCon Costa Rica 2023, realizado de 5 a 8 de junho, foi parte de uma série de cúpulas anuais que abordam os direitos humanos na era digital. O evento reuniu mais de 10.000 participantes de cerca de 150 países, incluindo ativistas, líderes governamentais, tecnólogos e representantes do setor privado, promovendo discussões em torno de mais de 500 sessões. Entre os principais temas estavam os desafios da privacidade online, vigilância digital e os direitos trabalhistas no contexto de novas tecnologias

manteve uma relação de vigilância sobre grupos e territórios específicos que não se dá de maneira democrática. Em vez disso, a vigilância é usada como um instrumento autoritário, imposto de cima para baixo, atuando como um meio de controle social.

No campo da segurança pública, a vigilância estatal frequentemente reforça projetos políticos e econômicos que favorecem agendas de poder disfarçadas sob discursos de desenvolvimento ou promoção de segurança.

Importante destacar que os atentados de 11 de setembro de 2001 representaram um marco histórico que reconfigurou profundamente as prioridades e estratégias de segurança em âmbito global. Esse evento reforçou as ideias de controle e vigilância, influenciando a concepção e gestão dos espaços urbanos, que, em diversas partes do mundo, têm sido transformados pela incorporação de dispositivos de controle espacial com o objetivo declarado de promover maior segurança. Esse processo está associado à crescente privatização, onde elementos da arquitetura e do design muitas vezes apresentados como soluções definitivas para problemas urbanos e sociais complexos, como a falta de segurança, acabam se infiltrando no espaço essencialmente público, moldando-o sob uma lógica de controle (FIRMINO, 2017).

Em 2012, a equipe de design do conselho municipal de Camden (Inglaterra) projetou o banco Camden (Figura 17) encomendado pelo distrito londrino. À primeira vista, o banco minimalista parece esteticamente agradável devido aos seus acabamentos angulares, característicos de um design sofisticado. No entanto, as intenções por trás de sua forma revelam sua funcionalidade: o banco visa manter o espaço público controlado e ordenado, ao desencorajar a permanência e o descanso de pessoas em situação de rua.

Figura 17 - Banco Camden Londres, 2021



Fonte: Jornal Los Andes, 2021

Este exemplo faz parte de um fenômeno maior conhecido como arquitetura hostil²⁵. Apesar do termo possuir uma série de outras nomenclaturas e ser abordado por diferentes autores²⁶ de um modo geral se caracteriza por ser um tipo de design urbano intencionalmente projetado para desencorajar certos comportamentos ou excluir grupos sociais específicos de determinados espaços públicos. Essa abordagem de controle socioespacial reflete a percepção de que a presença de determinados sujeitos torna o ambiente "não seguro", levando à implementação de arquiteturas hostis como o Banco Camden para controlar esses espaços percebidos como mais seguros para turistas e demais cidadãos.

A arquitetura hostil e os padrões que o sustentam podem variar significativamente conforme as especificidades sociais, culturais e políticas de cada local. Diversos exemplos no âmbito da arquitetura hostil começaram a surgir no Brasil

²⁵ PETTY, 2016. James Petty conceituou o termo arquitetura hostil como estruturas implantadas no espaço público como meio de controle social de grupos específicos.

²⁶ Arquitetura hostil, arquitetura antimendigo, arquitetura do medo, arquitetura defensiva, arquitetura da violência, espaços defensivos, etc. Flusty (1998, p. 17) usa o conceito de "espaço interditério" para se referir a espaços desenhados para "interceptar, repelir ou filtrar os potenciais usuários". A "interdição", para Flusty, é usada no sentido bélico como "o constante bombardeamento de posições, rotas ou insumos inimigos com o propósito de retardar ou desencorajar o progresso do inimigo; ou cortar impositivamente certas funções e privilégios". Tal bombardeamento do inimigo, segundo o autor, é garantido com uma série de estratégias urbanas excludentes como gradeamentos e enclausuramentos de espaço, mobiliários desconfortáveis e desenho urbano que inibem a aproximação de desconhecidos.

ainda na década de 1990 inicialmente no setor privado, sendo muito recorrente também o uso de grades, pinos e elementos cortantes nas interfaces entre espaços públicos e privados de edifícios residenciais, shoppings e lojas comerciais²⁷. Com o passar do tempo, essas práticas foram gradualmente adotadas por políticas públicas de segurança assumindo uma abordagem não tão “disfarçada” na qual a mensagem de “você não é bem vindo aqui” é muito mais violenta e direta.

**Figura 19: Viaduto Eng. Noronha, no bairro de Laranjeiras.
Rio de Janeiro 2023**



Fonte: Autor, 2023

Um exemplo emblemático do contexto brasileiro é o uso de pedras incrustadas nas partes inferiores de viadutos, como no exemplo no Bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro (Figura 19) que tem a mesma função de evitar que pessoas em situação de rua busquem abrigo e conforto.

Embora muitos exemplos tenham sido observados e estudados desde o início dos anos 2000²⁸ a terminologia se popularizou nacionalmente após um caso emblemático que ocorreu na cidade de São Paulo em 2021, durante a gestão de Bruno Covas (PSDB), quando blocos de basalto — semelhantes aos utilizados no viaduto

²⁷ FARIA, 2020

²⁸ Destaco a admirável produção da professora e amiga Sônia Maria Taddei Ferraz, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense (UFF), através do laboratório "Arquitetura da Violência", responsável por coordenar pesquisas sobre o tema da arquitetura hostil no âmbito brasileiro.

em Laranjeiras, no Rio de Janeiro — foram instalados na Zona Leste da cidade. Apesar da alegação da Prefeitura de que a decisão teria sido tomada de forma isolada por um funcionário, o objetivo era evidente: os blocos foram colocados com a intenção de remover a população em situação de rua que ocupava esses locais como abrigo devido à falta de proteção e moradia.

Esse evento resultou em um decreto federal²⁹, emitido em 2023, que proíbe a construção de arquiteturas hostis e exige a readequação dos espaços para que respeitem o direito ao espaço público. Apesar da legislação representar um passo importante na criação de um arcabouço para combater essas intervenções, fica claro que a verdadeira transformação requer mudanças estruturais mais profundas no âmbito de políticas públicas efetivas.

Assim fica evidente que a diversidade de formas com que a arquitetura hostil vem sendo absorvidos por estratégias de segurança pública, influenciam diretamente a ocupação e a produção do espaço público, refletindo os conflitos sociais em torno do direito à cidade. A constante tentativa de manter o controle contribui para que esse tipo de agressão seja cada vez mais incorporado, espacialmente, à linguagem das cidades contemporâneas, promovendo a ideia de “espaços securitizados”.

Esses exemplos evidenciam ainda que tais estratégias, sejam disfarçadas sob o pretexto do design urbano ou manifestadas pela instalação de pedras sob viadutos, não são neutras nem resultado de mera negligência. Pelo contrário, tratam-se de ações conscientes de controle socioespacial, legitimadas por aprovação e financiamento públicos, configurando uma prática deliberada de atores governamentais. Podemos então dizer que o processo de securitização urbana é amparado pela racionalidade técnica e pelo pensamento neoliberal, moldando os espaços urbanos de forma a atender interesses específicos. Sendo assim, estes artefatos tecnológicos podem ser entendidos como inerentemente políticos³⁰, pois sua existência implica a criação ou o fortalecimento de certas formas de poder e

²⁹ O Decreto 11.819/2023 regulamenta a Lei Padre Júlio Lancellotti (Lei nº 14.489/2022). A lei leva este nome devido à figura do padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, que quebrou a marretadas os blocos de paralelepípedos instalados pela prefeitura de São Paulo. Lancellotti é um ativista que defende os direitos das pessoas em situação de rua, principalmente na região da Cracolândia, na capital paulista.

³⁰ WINNER, 1980

autoridade frequentemente disfarçadas (ou naturalizadas) por uma aparência de neutralidade, normalidade ou funcionalidade da técnica.

Longe de efetivamente garantir segurança, tais práticas reconfiguram a paisagem urbana, aproximando-a de um cenário de guerra (MELGAÇO, p. 105). Nesse contexto, o espaço público passa por um processo de restrição de acessos, impulsionado pelo imperativo da segurança, ainda que a eficácia desses mecanismos permaneça questionável. Sobre isso Melgaço, 2010 aponta:

A securitização é sempre instrumental e por isso está muito mais próxima da concepção e vivência do que da ideia de poder proposta por Hannah Arendt e essa prática é muitas vezes falha na busca de segurança justamente por ser individualista. Em vez de se combater as causas da violência, prefere-se delegar o papel de segurança a algumas empresas especializadas (MELGAÇO, 2010, p.68).

Essa abordagem expõe não apenas a insuficiência de políticas públicas efetivas de moradia e segurança pelo poder público, mas também a forma como o Estado lida com a ocupação de espaços públicos por populações em situação de vulnerabilidade social. Ao ignorar questões sociais mais amplas, os governos continuam a priorizar uma lógica de controle e vigilância em políticas de segurança, investindo em intervenções desalinhadas da realidade social.

3.1.1 Os novos contornos da securitização urbana

O conceito de "cidade ampliada", argumenta que determinadas tecnologias do nosso tempo expandem de um modo geral a funcionalidade das próprias cidades para além das limitações físicas tradicionais, trazendo consigo novos elementos na organização e reprodução do espaço urbano (DUARTE e FIRMINO, 2009; AURIGI e DE CINDIO, 2008):

Este conceito fornece um arcabouço teórico-explicativo para a relação, cada vez mais próxima, entre três elementos fundamentais constituintes da experiência humana no espaço urbano contemporâneo, quais sejam: tecnologias cada vez menores e mais invisíveis, que tendem a mesclar-se com o ambiente construído tradicional; um consequente aumento de nossa capacidade comunicacional (suportada por este grupo de tecnologias imperceptíveis: redes, Internet, celulares, etc e uma análoga ampliação das próprias características funcionais do espaço e da cidade (FIRMINO e FREY 2014, p.3).

O que venho chamando de "novos contornos da securitização urbana" parte do entendimento de que estamos diante de transformações significativas nas práticas de

controle e vigilância no espaço urbano, impulsionadas por inovações tecnológicas que marcam a crescente integração entre políticas de segurança pública e dispositivos técnicos. Dessa forma, observa-se que os processos de vigilância e controle, cada vez mais presentes nas políticas de segurança, passam a se articular com um conjunto de tecnologias conhecidas como TICs, inseridas em um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994). Assim os objetos (fixos), que constituem a materialidade do espaço, e as ações (fluxos), que atribuem significado aos objetos, são permeados por informação (KRAUS, L., e tal, p. 4, 2022).

Tecnologias como câmeras de videomonitoramento não apenas surgem como uma expressão concreta dessa integração entre o espaço físico e os agenciamentos técnicos na cidade ampliada, mas também desempenham um papel central na vigilância e controle territorial, especialmente no campo da segurança pública. Os sistemas de vigilância por vídeo, por exemplo, coletam dados em espaços públicos e privados, rastreando ou monitorando indivíduos e pontos específicos no espaço.

No Brasil, é a partir da década de 1980 que a instalação de câmeras começam a fazer parte das paisagens urbanas inicialmente como estratégia de monitoramento de trânsito, sendo posteriormente utilizadas para fins securitários de forma pioneira através da sua utilização pelos bancos (2003 BALBIM apud MELGAÇO, 2010). Inicialmente concebidas para funções específicas, como a gravação e o armazenamento de imagens em circuitos fechados de televisão (CCTV), essas tecnologias evoluíram ao integrar funcionalidades avançadas, impulsionadas pelas inovações das tecnologias da informação e comunicação. Sobre isso Graham e Wood, 2003 apontam que:

Um sistema de CFTV no centro da cidade que fornece imagens que são assistidas e analisadas por operadores humanos pode ser gravado e armazenado digitalmente, mas não necessariamente traz uma capacidade algorítmica. Se o sistema inclui software que compara os rostos das pessoas observadas com aqueles em um banco de dados de suspeitos, ele se torna algorítmico. (GRAHAM e WOOD, 2003, p. 232).

Melgaço, 2010 ainda explica três dimensões temporais que configuram os principais usos das câmeras de vigilância articuladas a TICs no campo da segurança:

[...] em relação ao passado, as câmeras têm como objetivo registrar as ocorrências e servir de banco de dados para investigação e identificação do criminoso. O aumento da capacidade computacional e a multiplicação de câmeras por toda parte criam um volume crescente de informações onde sua finalidade tem ficado cada vez mais complexa devido ao acúmulo expressivo dos dados registrados. No tempo presente, as câmeras atuam como uma extensão dos olhos das forças de segurança, ampliando a área de ação da polícia e ainda convergindo os momentos permitindo intervenções em tempo real enviando alertas e impedindo que a ação criminosa seja concluída. Contudo, são raros os casos em que seu uso foi eficiente permitindo um flagrante. O tempo futuro se refere à capacidade de impedir que uma ação ocorra ao induzir no criminoso a sensação de que ele está sendo continuamente vigiado. O efeito coercitivo é mais evidente no período imediatamente posterior à instalação das câmeras. Com o passar do tempo, porém, as pessoas se acostumam com elas e passam a ignorar a sua presença (MELGAÇO, 2010, p.188).

Em razão dessa articulação com as TICs, é importante destacar que grande parte das tecnologias de vigilância mais recentes incorpora recursos digitais e algorítmicos. Isso reflete de forma paradigmática as transformações ocorridas no campo da vigilância ao longo das últimas décadas onde estes sistemas digitais permitem a aplicação de processos automatizados usando software para estender dados brutos no que podemos chamar de vigilância algorítmica.

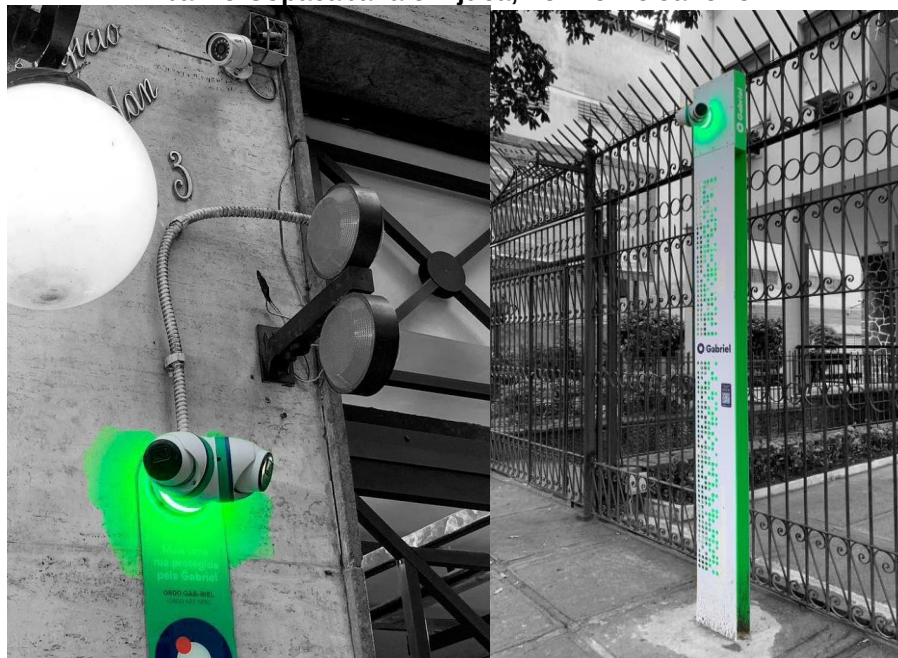
Recursos como sistemas de geolocalização, integração a bases de dados policiais e inteligência artificial são alguns dos avanços que ilustram essa transformação. Essa ampliação das capacidades das câmeras de segurança não apenas intensificou a visualização e o controle do espaço urbano, mas também consolidou o papel dessas tecnologias nas políticas de segurança pública, frequentemente desenvolvidas em colaboração com empresas privadas especializadas no desenvolvimento e implementação dessas inovações.

Especialmente na cidade do Rio de Janeiro, dispositivos de cores branca, azul e verde já são recorrentes na paisagem. São as câmeras de vigilância que integram o projeto *Gabriel - Segurança em Qualquer Lugar*, uma iniciativa pública lançada em 2022 pela Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro, inicialmente implementada nos bairros do Leblon e Ipanema. A iniciativa foi construída pela interseção entre o poder público e a inovação tecnológica oferecida pela startup

criadora do projeto Gabriel, cujo slogan é “*Ande pelas ruas sem medo*” - “*Nossa missão é garantir a sua segurança em qualquer lugar.*”

Apesar das câmeras serem os dispositivos físicos que inicialmente chamam a atenção pelas ruas, o projeto Gabriel propõe o uso de TICs articuladas a esses dispositivos através de sistemas geolocalização e aplicativos monitorados pelos próprios moradores dos condomínios. A combinação destes elementos tangíveis com redes de análises digitais conforma um exemplo rotineiro do uso das TICs em sistemas de videomonitoramento pelo poder público e privado.

Figura 22 e 23: Câmeras Gabriel voltadas para o passeio público no bairro Copacabana e Tijuca, no Rio De Janeiro



Fonte: Autor, 2024

O campo de pesquisa sobre vigilância é amplo na contemporaneidade, abrangendo uma vasta gama de contextos, tecnologias e práticas, que refletem sua presença cada vez mais naturalizada no cotidiano de uma cultura de vigilância³¹. A presença de câmeras de videomonitoramento expandiu-se amplamente, abrangendo espaços privados, públicos e áreas de transição entre esses domínios, como nos acessos a edifícios que monitoram tanto o interior dos prédios quanto o passeio público. Dado o caráter de modernidade dessas tecnologias, ela tem sido considerada

³¹ Lyon define a cultura da vigilância como um contexto em que a vigilância se torna uma prática rotineira, integrada às atividades diárias, e é amplamente normalizada e internalizada pelas pessoas. Ele enfatiza que, nessa cultura, os indivíduos não são apenas objetos de vigilância, mas também participantes ativos que se envolvem em práticas de vigilância, seja ao monitorar outros ou ao expor voluntariamente informações sobre si mesmos. (LYON, D, 2017)

como uma panaceia, uma solução inquestionável para o problema da violência (MELGAÇO, 2010, p.190).

Nosso foco recai em entender essas práticas de vigilância em sua dimensão coercitiva e autoritária em um processo sistemático de coleta, classificação e análise de dados, com o objetivo de gerenciar, influenciar, disciplinar e/ ou monitorar o comportamento de indivíduos (Lyon, 2007). Essas câmeras, ao capturar e armazenar informações em tempo real, nos mostram como as interações entre os transeuntes e o espaço urbano têm se tornado cada vez mais mediadas por tecnologias avançadas. Nesse cenário, nossas relações, mobilidades e presenças nos espaços da cidade estão progressivamente inseridas em um amplo processo de “datificação”.

Conforme Mayer-Schoenberger e Cukier (RODRIGUES et al., 2024), esse processo consiste na conversão de ações e interações sociais em dados capturáveis e analisáveis. Essa dinâmica reflete a promessa, amplamente difundida nos últimos anos, de que a combinação entre o aumento do poder computacional, algoritmos de aprendizado de máquina e grandes bases de dados poderia transformar significativamente a segurança pública (RODRIGUES et al., 2024, p. 7). Esse processo culminou na criação de infraestruturas ainda mais complexas de comando e controle, destinadas à gestão urbana e à vigilância integrada (2010 apud SAMATAS, CARDOSO, B., p. 94, in BRUNO, F. et al., 2018), sobretudo a partir do advento dos megaeventos.

Os megaeventos internacionais desempenharam um papel crucial na modernização da segurança em larga escala, como exemplificam os Jogos Olímpicos de Verão em Atenas (2004) e Pequim (2008), que integraram sistemas tecnológicos avançados para o monitoramento urbano (SAMATAS, 2008, apud CARDOSO, in BRUNO et al., 2018, p. 94).

No Brasil, esses eventos serviram como um catalisador para a adoção de tecnologias na segurança pública, promovendo a consolidação de práticas

operacionais que enfatizam a espetacularização de uma "segurança pública high-tech"³² (RODRIGUES et al. ,2024)

No caso específico do Rio de Janeiro, a preocupação com os altos índices de criminalidade, especialmente homicídios, foi identificada como um dos principais desafios à realização desses eventos na cidade e na atração de investimentos internacionais, como no contexto dos Jogos Pan-Americanos de 2007 (MENEZES, P, p. 206, 2015). Esses eventos não apenas coincidiram com a ampliação das operações das forças de segurança, consolidada pela criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), mas também impulsionaram uma robusta infraestrutura de vigilância, potencializada pela incorporação da pauta tecnológica às agendas de segurança e sustentabilidade, além da busca por atrair investimentos para o município (KRAUS, 2022).

Nesse sentido, a segurança pública no Rio de Janeiro tem sido frequentemente abordada de forma limitada, com ênfase na dimensão policial e em sua associação direta com a inovação tecnológica no sentido de ampliação da capacidade de visualização e na consolidação de sistemas de controle voltados ao monitoramento abrangente da cidade. Assim a cidade do Rio de Janeiro, tendo como impulso os megaeventos, adotou estratégias de modernização urbana pautadas pelo urbanismo empreendedor e pelos modelos de cidades inteligentes.

Destaca-se o decreto n. 44.698 de 02 de abril de 2014 previa a criação do Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro enquanto uma grande infraestrutura de vigilância da cidade do Rio através da Secretaria de Planejamento do Rio de Janeiro sendo um dos espaços responsáveis pelo planejamento e operação da segurança pública durante a Copa do Mundo de 2014. Esse esforço estratégico não apenas simbolizava um compromisso com a modernização da segurança pública, mas também estava alinhado ao objetivo de projetar uma nova imagem para o Rio de Janeiro, agora moldada pelos avanços tecnológicos incorporados às políticas de gestão urbana. Após os megaeventos tal mega infraestrutura de vigilância não foi desmantelada; pelo contrário, foram adaptadas e permanecem em uso, funcionando

³² Este fato ganha destaque de forma categórica na cidade a partir de 2010, com a legitimação de projetos que envolvem a contratação de soluções tecnológicas avançadas de vigilância pelo poder público, inseridas no escopo das políticas de segurança pública.

como catalisadores para a contínua adoção de tecnologias voltadas à vigilância e à segurança pública. Nas próximas subseções, será aprofundada a relação do CICC com o Programa Cidade Integrada de forma mais detalhada.

Este processo se articula por meio de atores governamentais e parcerias público-privadas, governos e corporações que promovem uma visão promissora de futuro para as cidades, onde a gestão integrada e tecnológica é apresentada como o caminho ideal. Grandes corporações, como IBM e Cisco, têm um papel central na promoção do conceito de cidades "mais limpas, seguras e funcionais" por meio de soluções tecnológicas associadas às *smart cities*. Essas iniciativas consolidaram o ideal de "*smart city*" como um instrumento amplamente utilizado para legitimar estratégias de controle urbano e a implementação de tecnologias de vigilância. A força desse modelo urbano reside em seu poder discursivo, sustentado por uma narrativa corporativa que perpetua a ideia de sucesso e eficiência tecnológica (MOROZOV e BRIA, 2019). Assim o discurso tecnocrático é apropriado por atores governamentais em parte, pela interpretação dada à tecnologia que nega qualquer possibilidade de questionamento e controle social, em que os grupos e interesses envolvidos, assim como os impactos e custos sociais, são ocultados sob a máscara da técnica (KRAUS, 2022).

Na intensificação entre o Estado e o setor privado, as empresas privadas de tecnologia passaram a ocupar um papel central, não apenas como parceiras, mas como co-operadoras de instrumentos de gestão e organização estatais no campo da segurança, consolidando uma governamentalidade neoliberal (CARDOSO, 2018). Tal dinâmica reflete uma tendência crescente de planejamento autônomo e tecnocrático, em que a infraestrutura tecnológica passa a ser gerida sob a lógica do planejamento urbano-tecnológico³³. Esse processo redesenha tanto o imaginário urbano quanto o planejamento das cidades, consolidando um modelo no qual visão, gestão e controle estão intrinsecamente interligados.

³³ O planejamento urbano-tecnológico é um processo que interconecta práticas de planejamento das cidades com as tecnologias utilizadas em sua gestão. Para FIRMINO e FREY, 2014, além do seu viés técnico, o planejamento urbano-tecnológico envolve uma construção sociopolítica que reflete relações de poder e interesses diversos destacando ainda que as decisões sobre quais tecnologias adotar no contexto das cidades (além de como e onde implementá-las) são influenciadas por contextos sociais, políticos e econômicos.

Fica evidente que nas últimas duas décadas, o acelerado processo de inovação tecnológica tem impulsionado o crescente interesse político e econômico pela implementação de modelos urbanos “*smart*”³⁴ nas cidades, sobretudo na cidade do Rio, onde novos artefatos tecnológicos e informacionais têm sido aplicados a ambientes urbanos como parte do desenvolvimento de “cidades inteligentes”. Na busca por nos distanciarmos da narrativa hegemônica, determinista e solucionadora que sustenta o discurso tecnológico predominante, diversos autores têm se dedicado a desmistificar a visão técnica que apresenta a tecnologia como neutra e intrinsecamente benéfica. Pelo contrário, entende-se que a tecnologia é permeada por arranjos e funcionalidades moldados por forças políticas que influenciam seu design, implementação e impacto na cidade contemporânea (MOROZOV E BRIA, 2019).

Nesse contexto, Graham e Wood (2003) destacam que a vigilância algorítmica não se limita a uma evolução quantitativa, na qual “discos rígidos podem armazenar muito mais informações de forma mais conveniente e rápida do que sistemas analógicos”. Trata-se também de uma transformação qualitativa significativa, que reside no potencial de apropriação tecnológica, manipulação e utilização das informações coletadas por determinados atores sociais. Argumentamos então que assim como as arquiteturas hostis, os artefatos tecnológicos avançados podem ser entendidos como inerentemente políticos³⁵, pois sua existência implica a criação ou o fortalecimento de certas formas de poder e autoridade frequentemente disfarçadas (ou naturalizadas) por um discurso de neutralidade, normalidade ou funcionalidade da técnica.

Dessa forma, queremos destacar que os custos sociais dessas tecnologias são inseparáveis de sua dimensão política, revelando que seu caráter técnico está intrinsecamente ligado às forças que orientam sua aplicação e controle. Essa ambivalência é evidente no uso das TICs na segurança pública, que, ao mesmo tempo em que reforçam narrativas de eficiência e resolução de problemas urbanos, também perpetuam dinâmicas de exclusão, marginalização e controle.

³⁴ Para MOROZOV e BRIA (2019), o termo “*smart*” no campo destes modelos urbanos tecnológicos refere-se a qualquer utilização avançada de tecnologia nas cidades com o objetivo de otimizar serviços urbanos, incluindo a promoção de ganhos em termos de segurança pública, por exemplo. No contexto da segurança pública, uma das tecnologias frequentemente utilizadas é o reconhecimento facial que vem sendo aplicado para identificar e monitorar pessoas também em espaços públicos.

³⁵ WINNER, 1980

3.1.2 A arte como resistência à securitização urbana

Nesta seção, busca-se evidenciar as práticas de resistência que emergem em resposta tanto à arquitetura hostil quanto à securitização do espaço urbano por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Assim como discutido anteriormente, essas técnicas de controle não se limitam ao mobiliário urbano projetado para restringir a permanência e circulação, mas também incluem mecanismos tecnológicos de vigilância e monitoramento.

Nesse cenário de espaços cada vez mais securitizados, a arte contemporânea emerge como uma ferramenta crítica para abordar seus efeitos qualitativos na experiência e moldagem do espaço público, sobretudo através da vigilância e controle. Dessa maneira, traremos artistas que contestam, subvertem e denunciam esta lógica de exclusão no espaço público contemporâneo.

Ao investigar a política espacial nas cidades dos Estados Unidos ao longo de mais de duas décadas, a artista Sarah Ross, impactada pelos elementos da arquitetura hostil presentes no cotidiano urbano (conforme discutido na seção anterior), desenvolveu a série *Archisuits* (2005-2006). Essa obra denuncia a securitização do mobiliário urbano no espaço público, evidenciando as estratégias arquitetônicas que restringem o uso e a permanência em determinados locais.

A obra consiste em uma recriação satírica de trajes equipados com enchimentos e tecidos protuberantes, projetados para se adaptar confortavelmente a elementos da arquitetura hostil, como arestas inclinadas, espaços negativos em bancos, cercas e fachadas pouco convidativas. Dessa forma, os trajes permitem que o usuário se encaixe ou se posicione sobre essas estruturas, evidenciando e confrontando criticamente suas restrições ao uso do espaço público³⁶ (Figura 18)

³⁶ <https://insecurespaces.net/> (Acesso em 15 de dezembro de 2024)

Figura 18
A artista interage com um banco projetado com perfis verticais que impedem a possibilidade de descanso



Fonte: Site da artista.
Disponível em: <https://insecurespaces.net/>

Ao criar roupas que desafiam diretamente os elementos hostis da cidade, Ross transforma o espaço imposto em um campo de criatividade e contestação. Suas táticas evidenciam como é possível explorar as brechas do sistema para resistir e reinterpretar as imposições estratégicas planejadas por agentes institucionais (CERTEAU, 1980).

A performance, intitulada *Galinha*, foi realizada em 2002 pelo coletivo Bijari, em São Paulo consiste na introdução de uma galinha em dois espaços urbanos contrastantes: o Largo da Batata, tradicionalmente visto como um espaço público democrático, e o Shopping JK Iguatemi, reconhecido por sua exclusividade e atmosfera aristocrática. A galinha, enquanto elemento disruptivo, atua como um "elemento analisador do espaço", desestabilizando normas invisíveis de comportamento e vigilância que regem cada local. Neste trabalho, o grupo critica a crescente vigilância estatal e corporativa, explorando como essas práticas são internalizadas e materializadas nas relações cotidianas.

No Largo da Batata, o animal foi recebido de maneira descontraída e lúdica (figura 20), refletindo uma interação mais aberta com o espaço urbano, que se afasta da noção de um espaço vigiado. Em contraste, no shopping, a presença da galinha

foi rapidamente monitorada acionando forças de segurança para os acessos do shopping. Assim a galinha foi interpretada como uma ameaça à ordem, que a partir da vigilância do espaço culminou no controle policial do espaço. Isso nos mostra como espaços aparentemente públicos, como o shopping, revelam-se na verdade como espaços rigidamente controlados por uma lógica de vigilância que identifica qualquer desvio da norma como uma ameaça (figura 21).

**Figura 20: Ação Galinha (Vídeo, cor, 4'20" ntsc)
Coletivo Bijari, 2002 - Inserção Largo da Batata**



Fonte: Site do coletivo Bijari, 2002
<https://bijari.com.br/en/arte/galinha/>

A performance do coletivo Bijari não apenas denuncia as práticas de vigilância, mas também expõe a construção social e política dos padrões de segurança, ao contrastar dois ambientes fisicamente próximos, mas marcados por profundas diferenças de classe e comportamento. Ao operar no campo das invisibilidades, a arte neste caso consegue revelar padrões de securitização de espaços que muitas vezes passam despercebidos, problematizando os limites e os objetivos dessas práticas. As diferentes reações ao animal evidenciam ainda como diferentes padrões socioeconômicos e culturais moldam a percepção de comportamento aceitável e o uso da cidade.

Ao refletir sobre essa performance no contexto mais amplo das cidades contemporâneas, é possível perceber como as artes visuais são capazes de problematizar a vigilância e o controle, mas também a utilizam como linguagem para problematizar o impacto de determinados sujeitos em determinados lugares. A galinha, nesse contexto, transcende seu papel de elemento disruptivo para se tornar

uma metáfora potente da crítica ao controle e à vigilância sobre determinados grupos sociais.

Figura 21: Ação Galinha (Vídeo, cor, 4'20" ntsc)
Coletivo Bijari, 2002 - Inserção JK Iguatemi



Fonte: Site do coletivo Bijari, 2002
<https://bijari.com.br/en/arte/galinha/>

Os exemplos trazidos aqui reforçam a ideia de que certos territórios e sujeitos precisam ser controlados para obtenção de uma suposta segurança. Isso reflete uma clara relação entre segurança e vigilância que se desdobra em padrões hierárquicos e excludentes, reforçando desigualdades e limitando o acesso a um espaço “público”, projetado para ser livre de indesejáveis.

Analisar e compreender as verdadeiras intenções destas estratégias e formas urbanas é fundamental, pois, embora justificadas sob o argumento da segurança, reproduzem um *modus operandi* que reflete a intolerância contra aqueles que não se encaixam nos padrões hegemônicos e governamentais e reduzem progressivamente os limites territoriais e simbólicos do espaço comum, enfraquecendo a vida pública e, em certo sentido, paralisando-a (GOMES, 2014).

O objetivo das seções anteriores foi fornecer um pano de fundo para compreender sobretudo o contexto tecnológico e sua relação com a vigilância e o controle dos espaços no campo da segurança pública. Nas próximas seções, essas discussões serão articuladas ao Programa Cidade Integrada ilustra como o Estado do Rio de Janeiro tem implementado políticas públicas que combinam práticas de policiamento militarizado com o uso crescente de tecnologias de vigilância baseadas em TICs.

3.2 O programa enquanto tecnopolítica de controle

A vigilância e as técnicas de controle do Estado nas favelas, enquanto expressões da militarização da segurança pública, já se manifestam há tempos por meio da presença ostensiva de policiais, dos confrontos armados, do uso de veículos blindados (conhecidos como caveirões), entre outros elementos, como vimos no capítulo 2.

O cenário dos “novos contornos da securitização urbana” fornece a base para o próximo passo desta análise: compreender a tecnopolítica de controle expressa no Programa Cidade Integrada na favela. Embora práticas de controle sobre grupos específicos não sejam uma novidade histórica, é fundamental destacar que, atualmente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm ampliado e potencializado essas práticas, especialmente nos discursos dos atores hegemônicos no contexto da segurança pública e das cidades contemporâneas.

Neste processo queremos destacar a iniciativa de uso de sistemas de videomonitoramento e reconhecimento facial no Programa Cidade Integrada evidenciam um processo de escalada e sofisticação das estratégias de policiamento, enquanto técnicas de controle sobre o Jacarezinho. Assim a militarização também se expressa na tecnologia sendo sua implementação e uso resultados de escolhas profundamente políticas baseadas em discursos solucionistas que não levam em conta os custos sociais dessas tecnologias sobretudo quando apropriadas por determinados atores sociais hegemônicos.

Pensar a tecnopolítica significa refletir sobre esse campo que associa inovação técnica e transformação do espaço social (EGLER, 2024). A análise tecnopolítica foca nos atores sociais envolvidos e em seus discursos e práticas políticas mediadas pelo uso de tecnologias, neste caso as TICs. De forma tangível, essa interação envolve indivíduos, grupos e instituições em conjunto com o uso de dispositivos, infra estruturas e artefatos técnicos evidenciando a interação entre híbridos de sistemas técnicos e práticas políticas que produzem novas formas de poder e agência (EDWARDS e HECHT, 2010).

No caso do Programa Cidade Integrada, os discursos dos atores governamentais tanto observados em mídias sociais como em documentos, enfatizam

seu "caráter inovador" e destacam aspectos positivos tanto da militarização urbana quanto da aplicação de novas técnicas de controle como eficientes na segurança pública. Estas últimas vistas com soluções de alta tecnologia que prometem um ideal de sucesso quando incorporadas em políticas de segurança pública.

Por outro lado, as principais críticas ao programa no Jacarezinho dizem respeito à sua formulação sem participação ou consulta popular, resultando em decisões centralizadas por atores governamentais. Além disso, questiona-se o investimento público em tecnologias de vigilância, que se mostra desconectado das demandas reais das favelas. Ao mesmo tempo, a análise amplia-se para os discursos dos proponentes do Programa Cidade Integrada relacionados ao anúncio de implementação do reconhecimento facial (TRF) na favela. Dessa forma, a implementação destas tecnologias demanda um olhar sobre suas particularidades locais, especialmente quando o foco dessas políticas não se restringe apenas às minorias étnicas, mas à maioria da população em territórios marginalizados (GRAHAM, 2017).

Assim a finalidade e uso destas tecnologias torna ainda mais crítico seu uso especificamente em espaços públicos de territórios como as favelas. Através desta análise buscamos interpretar o programa como uma expressão de uma tecnopolítica de controle, onde o controle refere-se à capacidade de exercer influência e poder sobre determinados grupos e territórios por meio de novas técnicas de monitoramento como soluções modernas para desafios antigos (NUNES e tal, 2023). Dessa forma o termo tecnopolítica surge para explicar a capacidade de atores de imaginar e promulgar objetivos políticos por meio do suporte destes artefatos técnicos (GAGLIARDONE, 2014, p. 3).

3.2.1 O anúncio do Programa e o discurso governamental

Ao longo dos anos, a favela do Jacarezinho tem sido palco de políticas de segurança frequentemente marcadas por confrontos armados. Esses acontecimentos têm levado a constantes violações de direitos humanos, episódios de violência policial, invasões de residências, abusos e mortes sobretudo de jovens pretos amplamente documentadas (LABJACA 2020; 2021; 2022).

Neste contexto, é importante compreender que o espaço urbano e determinados territórios da cidade não operam apenas como meios de controle, mas

também como ferramentas de políticas que influenciam diretamente o aumento de estratégias de vigilância e controle sobre grupos sociais específicos (FIRMINO, 2023). Considera-se assim que a busca por eficácia e eficiência na promoção da segurança pública enxerga a violência e também a criminalidade nesses territórios como exclusivamente problemas a serem resolvidos com um controle que ocorre também através de forças de segurança.

Deixamos para este momento destacar um episódio específico ocorrido em maio de 2021, quando a situação de violência na comunidade se agravou significativamente. Este episódio tem relação direta com a implementação do programa Cidade Integrada no Jacarezinho.

A chacina do Jacarezinho ocorrida em 6 de maio de 2021 resultou na morte de 29 pessoas, durante uma operação policial conduzida pela PCERJ. Esse episódio ocorreu em meio à pandemia de Covid-19, num período em que vigorava a decisão do ministro do STF, Edson Fachin, que suspendia operações policiais em favelas durante a pandemia, conforme a ADPF 635. A Ação policial foi chamada de *Exceptis* e coordenada pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) se destacando como a mais letal na história democrática do Estado, e claro, levantando mais preocupações substanciais visto que o massacre ocorreu mesmo sob regulação jurídica humanitária.

Durante a conferência de imprensa sobre o massacre, o delegado responsável pela operação reclamou da ADPF 635, afirmando a existência de um “ativismo judicial excessivo” que dificultou o trabalho da polícia. Este comentário incita a especulação sobre a verdadeira motivação da operação, especialmente porque, após o evento, a polícia civil impôs um sigilo de cinco anos para todas as ações realizadas pela instituição (Boletim anti segurança 15 - Lasintec/UNIFESP, 2021). Tanto o Governador do Estado, Cláudio Castro, quanto o Ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, expressaram publicamente seu apoio às ações policiais³⁷, mesmo antes de uma investigação das circunstâncias que levaram às 29 mortes no Jacarezinho, apesar da

³⁷ <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/as-operacoes-cumpriram-exatamente-os-preceitos-di-z-castro-sobre-jacarezinho-e-vila-cruzeiro/> (Acesso em: 23 de agosto de 2024)

restrição imposta às operações policiais e aos diversos indícios de abuso de poder por parte da polícia.

Diante do contexto de conflitos urbanos que permeia a favela do Jacarezinho sobretudo em maio de 2021, o governo não responsabilizou os envolvidos nos conflitos urbanos nem buscou maior controle democrático sobre a atividade policial. A resposta adotada foi a realização de mais uma ocupação policial no território, desta vez anunciada como parte do Programa Cidade Integrada, apresentado como uma iniciativa para melhorar a segurança pública e os indicadores sociais em favelas marcadas pela forte presença do crime organizado.

O Programa Cidade Integrada foi então anunciado publicamente pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Claudio Castro, no dia 22 de janeiro de 2022, 7 meses após a chacina. A atuação seria exclusivamente na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente em áreas de vulnerabilidade social, dada a “necessidade de implementar políticas públicas com intervenções urbanas e sociais, com e sem transferência de renda, aliadas à participação social, visando a transformação e melhoria da qualidade de vida da população que vive em áreas carentes da cidade” (DECRETO Nº 47.928 DE 19 DE JANEIRO DE 2022).

O decreto que instituiu o programa faz menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) que, oficialmente, enfatizavam “a necessidade de elaborar estudos e coordenar ações em áreas de moradia de baixa renda, a fim de melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas”³⁸. O comitê de governança do Programa é vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC (Decreto nº 48148/2022), possuindo três núcleos geridos por titulares que incluem a Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM), a Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL), o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e o Instituto de Segurança Pública (ISP), dentre outros.

O Morro da Muzema e a Favela do Jacarezinho foram os territórios para a primeira fase de implantação do Programa (DECRETO Nº 47.928 DE 19 DE JANEIRO DE 2022), mas ainda eram previstas ainda ações nas comunidades (Figura 24) de

³⁸ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> (Acesso em: 23 de agosto de 2024)

Cesarão, em Santa Cruz; Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, em Copacabana e em Ipanema; Maré e Rio das Pedras.

Figura 24: Favelas previstas para implantação do programa, com destaque para o recorte do Jacarezinho



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Com um investimento total de R\$500 milhões de reais, destes R\$18 milhões destinados apenas ao Jacarezinho, os objetivos principais expressos no Cidade Integrada foram a “redução das desigualdades” e a integração socioespacial da favela com o restante da cidade. Algumas ações previstas e objetivos específicos do programa são listados na redação do decreto (DECRETO nº 48148/2022):

I - Construir moradia de qualidade de preferência no interior de cada comunidade e com vistas a evitar realocações e deslocamentos forçados;

II - Reformar e adequar moradias já existentes visando à melhoria da qualidade da população residente nestas áreas;

III - Garantir acessibilidade e mobilidade, através da abertura de novas vias, melhoria das vias existentes, abertura de becos e vielas, construção ou reforma de elevadores, planos inclinados, escadas, rampas e construção de pontes;

IV - Garantir as políticas sociais, com a construção ou reforma de equipamentos públicos que atendam a demanda das comunidades, priorizando a educação, através da reforma de creches e de escolas profissionalizantes;

V - Proporcionar a geração de trabalho e renda, com a criação de postos de trabalho nas obras, de projetos de capacitação de mão de obra, em parceria com a FAETEC, os sindicatos da Construção Civil, SENAI, SENAC, entre outros.

Diversas propostas prometidas pelo Programa ao Jacarezinho se referem ao rol de projetos que articulavam principalmente a narrativa de integração socioespacial da favela com o restante da cidade (decreto nº 47.928 de 18 de janeiro de 2022). Segundo o decreto, o projeto apresentado para o Cidade Integrada previa a implementação de políticas públicas visando à formação, educação, assistência social, ampliação de ruas, drenagem de rios, entre outros tantos benefícios para os moradores das comunidades. Alguns projetos prometidos pelo governador ocorreram, de fato, ainda que, grande parte deles foram descontinuados ou já existiram em diferentes pastas do governo.

O projeto “Na régua”, por exemplo, previa o Censo da situação de imóveis nas comunidades e promoção de assistência para 10 mil famílias através da execução de 5 mil melhorias habitacionais e reparos de até R\$15 mil em moradias com um custo previsto de R\$9,7 milhões. Segundo o governo, o “Na Régua” realizou vistorias em mais de 100 unidades no Jacarezinho e teve mais de 60 projetos de reforma prontos. Sobre este projeto moradores relataram que foram reformadas um total de oito casas e depois não tiveram mais contato com as equipes de assistência do Programa³⁹.

Outra aparente vantagem que o Cidade Integrada levou à comunidade do Jacarezinho foi uma unidade do Detran para os motoristas da região para serviços de emissão de documentos como Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e identidade e com custo previsto total de R\$470 mil. Segundo moradores, a unidade não funciona mais no local, fazendo com que os motoristas que necessitam de serviços do

³⁹<https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/cidade-integrada-completa-1-ano-no-jacarezinho-sem-muitas-mudancas-para-moradores/> (Acesso em: 27 de agosto de 2024)

departamento precisem se deslocar até bairros vizinhos como a Penha ou o Méier para conseguir atendimento deste serviço.

Embora tivesse como objetivos declarados a integração social e a melhoria da segurança, nenhuma declaração do governo revelou, de fato, de que forma as propostas teriam o compromisso de integrar efetivamente a favela ao seu entorno, o que demonstra um descompasso com as metas estabelecidas no decreto nº 48148/2022. O que se viu foram os recorrentes episódios de violência policial e intensificação das ocupações policiais e dos conflitos armados emergindo como um dos principais aspectos do programa.

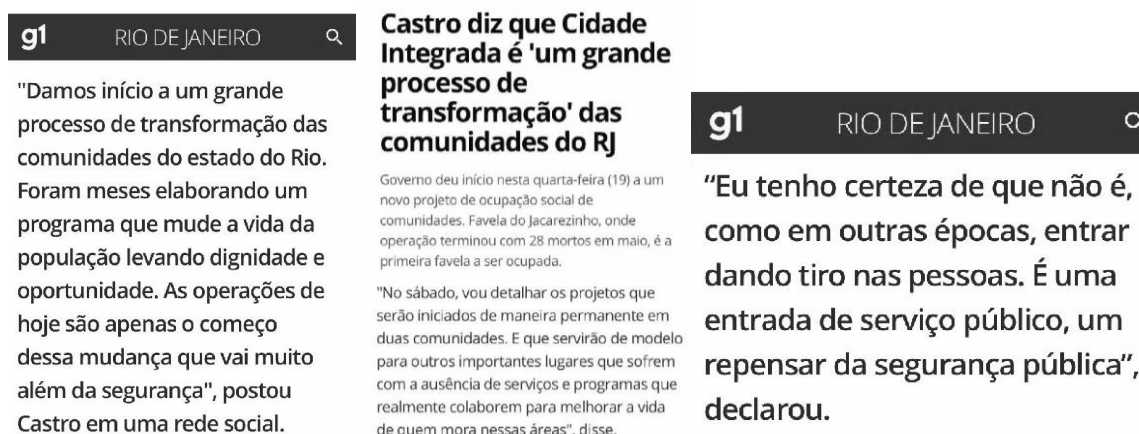
Em entrevista concedida pela pesquisadora Cíntia Frazão, especialista em milícias no contexto do Programa Cidade Integrada na Muzema, destacou-se a disparidade nas ações implementadas entre os territórios do Jacarezinho e da Muzema em relação ao programa. Frazão ressaltou que, enquanto no Jacarezinho foi evidente a adoção de práticas intensivas de controle de corpos, incluindo o uso recente de TICs e tecnologias de reconhecimento facial (TRF) como veremos nas seções seguintes. Em contrapartida, na Muzema não houve iniciativa de monitoramento com o uso de TICs, tampouco uma presença ostensiva das forças policiais. Embora a presença da polícia tenha sido identificada em ambos os territórios, no Jacarezinho as operações caracterizaram-se por um controle policial mais ostensivo e invasivo.

Neste momento buscamos analisar a narrativa governamental em torno do programa. Para isso, utilizamos trechos do perfil do governador Cláudio Castro, principal articulador no anúncio e marketing do programa, e analisamos notícias de veículos midiáticos como G1, R7, além de conteúdos disponibilizados nos sites da Prefeitura do Rio e do Governo do Estado, que incluem declarações do governador e sustentam a narrativa promovida. Importante destacar que não existem documentos ou relatórios na mídia que mostram outros atores responsáveis e/ou as instituições e gestores envolvidos no Programa, portanto o governador é visto como principal ator governamental. A fim de problematizar a narrativa, incluímos dados de segurança pública e entrevistas com ativistas sociais.

Na figura 25 Claudio Castro, durante o período de reeleição, apresenta com destaque a iniciativa do Programa Cidade Integrada em seu perfil na plataforma X

(figura 26) e também em uma entrevista concedida ao G1⁴⁰. Observa-se a clara tendência em colocar o Programa enquanto resposta para cenário de violência em que o Jacarezinho se encontrava enquanto um processo de “transformação que teria a segurança pública dos moradores com foco principal”, divergindo bastante do que consta no decreto⁴¹.

Figura 25: Narrativas de Claudio Castro referente à atuação do Programa Cidade Integrada.



Fonte: Página do portal de notícias G1

Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/19/castro-diz-que-operacao-integrada-e-um-grande-processo-de-transformacao-das-comunidades-do-rj.ghtml>

Acesso em 4 de outubro de 2023

⁴⁰ <https://youtu.be/eapn19AGWA?t=2147> (Acesso em: 19 de agosto de 2024)

⁴¹ <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-47928-2022-rio-de-janeiro-institui-o-programa-cidade-integra>

[da-no-âmbito-do-governo-do-estado-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providências](#) (Acesso em: 23 de novembro de 2023)

Figura 26: Divulgação do Programa Cidade Integrada por Claudio Castro na sua conta do X.



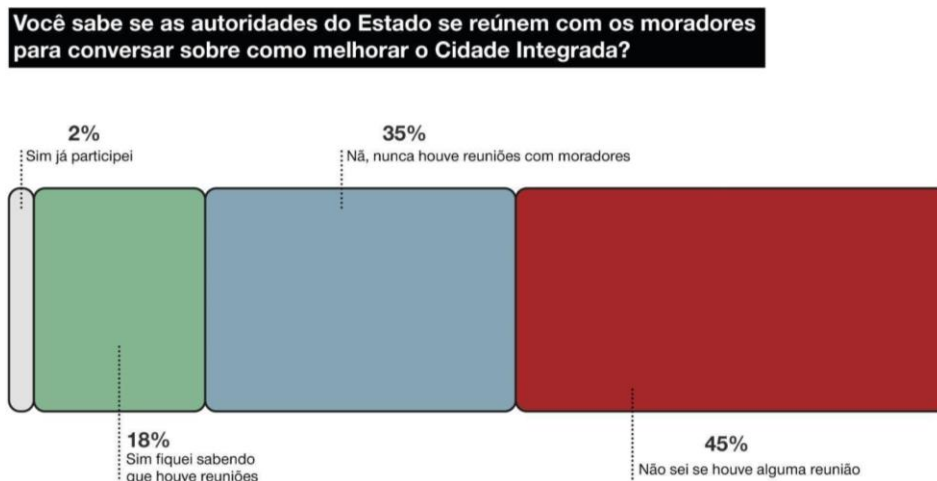
**Fonte: Perfil do governador na Plataforma X.
Acessado em 22 de agosto de 2024**

O Programa foi bem recebido por parte do eleitorado carioca e fluminense, obtendo ampla aprovação popular, conforme apontado pela pesquisa do Datafolha. No entanto, o programa não contou com apoio logo entre especialistas no tema tendo em vista que aparentava ter sido uma resposta midiática à chacina policial ocorrida em maio (OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA, 2022).

Além disso, sua implementação ocorreu de forma vertical e impositiva, sem envolver realização de estudos técnicos prévios, tampouco uma interação adequada ou uma comunicação efetiva com as comunidades locais, desconsiderando as demandas reais dos moradores e os serviços que eles julgavam necessários para serem ofertados pelo Estado.⁴² Essa dinâmica é corroborada pelos dados apresentados na Figura 27, oriundos de uma entrevista realizada em 2022, que evidenciam a ausência de participação popular efetiva nas decisões e estratégias implementadas, indicando a falta de transparência que caracteriza o modelo impositivo e hierárquico do programa.

⁴²<https://www.youtube.com/watch?v=jDI970zUqZU>. Neste vídeo onde o sociólogo Ignacio Cano é entrevistado podemos entender que o programa, na visão do pesquisador é percebido como uma iniciativa eleitoreira, apresentada sem a participação efetiva das comunidades. O projeto passou a combinar intervenções policiais com programas sociais, lançado no quarto ano do governo e em um ano eleitoral, sugerindo um objetivo eleitoral. O programa não foi desenvolvido em conjunto com as comunidades ou a prefeitura, mas imposto de cima para baixo, agregando projetos estaduais preexistentes e promessas vagas. (Acesso em 12 de julho de 2024)

Figura 27
Entrevista com moradores (Relatório Cidade Integrada)



**Fonte: Observatório Cidade Integrada, 2022
alterado pelo autor, 2024**

A narrativa de “retomada de territórios” dada por Claudio Castro em comunidades dominadas por milícias e tráfico foi apresentada enquanto abordagem de combate ao poder paralelo existente nessas localidades, no caso do Jacarezinho, ao tráfico de drogas (Figuras 28 e 29). Os recursos públicos foram direcionados prioritariamente para o reforço do controle policial, enquanto demandas locais e ações voltadas para o fortalecimento da cidadania permanecem negligenciadas. Apesar disso, os dados indicam falhas em restringir a circulação de armas⁴³ por exemplo.

Figura 28
Narrativas de Claudio Castro em relação a atuação do tráfico de drogas

“Chegou a hora de repensar até essa questão da ocupação do estado mesmo. É um programa que vem discutir segurança pública de maneira mais ampla e não simplesmente fazer o que foi feito nas outras vezes, **que era ocupar e tirar todo mundo e daqui a pouco volta**”, detalhou.

Fonte: Página do portal de notícias G1 (2022)

⁴³ Durante a presidência de Jair Bolsonaro, por exemplo, houve uma ampliação do acesso a armas e do número de militares em cargos públicos. A presença militar nas candidaturas eleitorais também aumentou significativamente, com o Rio de Janeiro registrando o maior número de candidatos militares.

Figura 29
Narrativas de Claudio Castro em relação a atuação do tráfico de drogas



Fonte: Página do site do Governo do Estado do Rio de Janeiro ⁴⁴ (2022) e Página do R7 de notícias. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/nao-e-um-projeto-de-pacificacao-diz-castro-sobre-cidade-integrada-22012022> (Acesso em 4 de outubro de 2023)

Dado que na época do seu anúncio o Rio de Janeiro se encontrava em época eleitoral para governo do estado é importante analisá-lo tanto como componente das políticas urbanas do estado, mas também como instrumento político do candidato Claudio Castro. Pedro Paulo da Silva, morador do Jacarezinho e coordenador de pesquisa do LabJaca (atual Instituto Decodifica), considera o Programa Cidade Integrada parte de um projeto político. Para ele, Cláudio Castro, é “[...] *um político desconhecido e que veio na esteira do bolsonarismo, enquanto vice-governador e agora precisa de alguma forma mostrar algo que a sociedade considere relevante.*” A real preocupação do governador do Estado em relação à segurança pública dos moradores pode ser questionada a partir do relato de Pedro:

Para variar, nesse momento as favelas e a segurança pública se tornam essa moeda de troca. Se utiliza da violência e da segurança, que são pautas extremamente importantes e que deveriam ser baseadas nos princípios dos direitos humanos, como uma moeda de troca política ou uma campanha meramente eleitoreira”. [...] a ocupação representa violação de direitos humanos e, para a pessoa que está na favela, representa a militarização da vida. A gente está falando aqui de pessoas que vão sair pra comprar pão e vão ser confrontadas com um policial militar armado de fuzil. Envolve uma dimensão traumática para todo mundo que mora ali. Sobre tudo para os jovens que vão ser obrigados a conviver com esse tipo de militarização da vida já desde muito cedo. É uma política pública que é baseada não em combater questões estruturais, mas versões particulares específicas, que são mais midiáticas do que soluções de fato.

⁴⁴<https://www.planejamento.rj.gov.br/node/29>. (Acesso em 4 de outubro de 2023)

Se o principal problema do Rio de Janeiro é a política que gera o tráfico, a gente tem que lidar com ela antes de qualquer coisa. A primeira coisa a ser feita para desarticular o varejo de drogas fazendo com que os recursos que são usados para a repressão fossem destinados de outra forma para quem mais sofre com essa política que é quem mora na favela.

O programa demonstra estar mais alinhado a interesses políticos e eleitorais do que a um compromisso genuíno com as reais necessidades dos moradores. Assim o programa Cidade Integrada, ironicamente, não conseguiu refletir em suas ações o propósito contido em seu próprio nome na tão esperada integração e melhorias para a favela.

Um vídeo divulgado na página do Instagram da deputada Erika Hilton (PSOL) traz reflexões importantes sobre como certas pautas e interesses políticos se traduzem em políticas de controle e violência sobre territórios específicos. Em vídeo, a deputada ressalta que o controle social é exercido por meio da precariedade, criando condições que mantêm as populações vulneráveis dependentes de promessas de melhoria. A precariedade, exemplificada pela falta de segurança, torna-se uma ferramenta de manipulação, especialmente eficaz em períodos eleitorais, quando propostas e estratégias são empregadas para assegurar votos durante as campanhas. Embora existam dados e políticas públicas que poderiam enfrentar essa realidade, a verdadeira raiz do problema não está na falta de vontade política ou ausência do Estado, mas em uma intenção deliberada de perpetuar esse cenário de precariedade.

Apesar de o Programa Cidade Integrada ser apresentado como uma nova etapa nas políticas de segurança pública, é relevante destacar que a lógica das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ainda está presente, atuando de forma complementar às ações do programa. Por isso, muitos especialistas consideram o Programa Cidade Integrada como uma espécie de "nova UPP", dado o forte alinhamento com as políticas de segurança implementadas desde 2008, que falharam em abordar as raízes da violência e criminalidade em favelas e territórios de pobreza.

O governo do estado divulgou dados após a implementação do Programa Cidade Integrada, indicando um aumento da segurança e redução da criminalidade devido às ações da polícia nas comunidades. Especificamente no Jacarezinho, uma nota do governo informou que o policiamento foi realizado por equipes da UPP local

e pelo Comando de Operações Especiais da PMERJ. O Instituto de Segurança Pública (ISP) comparou os dados de roubo de rua nos arredores do Jacarezinho, no período de 19 de janeiro a 12 de abril de 2022, com o mesmo período do ano anterior, constatando uma queda de 34,2%.

Por outro lado, dados do Instituto Fogo Cruzado⁴⁵ mostram que em apenas um ano, desde que Cláudio Castro assumiu sua recandidatura, foram registradas 182 mortes em 40 chacinas. No caso do Jacarezinho, após a ocupação pelo programa, o número de tiroteios cresceu 79%. Neste período de 24 meses houve 68 tiroteios/disparos de arma de fogo na região, com 13 pessoas mortas e 19 feridas, entre 19 de janeiro de 2022 e 31 de janeiro de 2024. No mesmo intervalo de tempo, 24 meses, no período pré-Cidade Integrada, entre 7 de janeiro de 2020 e 18 de janeiro de 2022, foram 38 tiroteios no Jacarezinho. Enquanto o Estado intervém sob a justificativa de manter a ordem social, disciplinar e governar a vida, corpos marginalizados e inocentes são atingidos por esta lógica de vigilância e punição biopolítica (FOUCAULT, 1978).

Ao contrário do que é propagado, as ações voltadas para a melhoria da segurança da favela não apresentam avanços significativos, mas evidenciam um projeto político que perpetua estruturas de controle sobre territórios específicos e grupos sociais determinados⁴⁶. Nesse cenário, jovens negros e moradores das favelas (envolvidos ou não com o tráfico) são os principais afetados, pois a intensificação da militarização urbana e a consolidação de um Estado Penal os criminalizam sistematicamente, sobre isso Silvia Ramos aponta:

Na cultura policial, os estereótipos raciais são constantemente reforçados. O policial aprende a tratar de maneira distinta um jovem branco de terno, no centro da cidade, de um jovem negro de bermuda e chinelo na favela. A realidade é que 99,9% dos jovens negros das periferias estão nessa condição. Todos acabam sendo vistos como potenciais alvos e ameaças, como se a polícia tivesse o direito de

⁴⁵<https://www.brasildefatorj.com.br/2024/02/08/no-rio-bairro-do-jacarezinho-foi-o-mais-afetado-pela-violencia-em-janeiro> (Acesso em 2 de janeiro de 2024)

⁴⁶ (RAMOS, Silvia et al). Um relatório recente publicado em novembro de 2024 pela Rede de Observatórios da Segurança revelou números alarmantes sobre a letalidade policial no Brasil em 2023. O contexto do Rio de Janeiro, aponta que apenas uma pequena porcentagem das operações policiais se mostrou eficaz ao longo de 18 anos, expondo a falência de políticas centradas na repressão. O relatório também aponta que a maioria das vítimas são jovens pretos, especialmente entre 18 e 29 anos. (RAMOS, Silvia et al, 2023)

eliminá-los quando necessário (Fonte: Silvia Ramos em entrevista concedida no ano de 2024 para a Agência Brasil)

No caso das favelas do Rio de Janeiro, a violência estrutural é evidente na forma como políticas de controle são formuladas e implementadas sobre determinados grupos sociais. A violência estrutural, conforme discutida por Žižek (2008), refere-se às desigualdades e injustiças sistemáticas que estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade. Essa forma de violência não é visível ou atribuída a ações individuais específicas, mas se manifesta por meio de condições que perpetuam a precariedade, a exclusão e a vulnerabilidade de determinados grupos sociais. A falta de investimentos em infraestrutura, a negligência com as demandas locais e a priorização de práticas repressivas em detrimento de iniciativas voltadas ao fortalecimento da cidadania refletem um padrão de governança que perpetua desigualdades.

No contexto do jacarezinho, observa-se ainda a presença de uma violência subjetiva, caracterizada por atos de agressão direta e explícita evidente tanto nas operações policiais, que frequentemente resultam em mortes e intimidações, como também na atuação do tráfico de drogas, que impõe o controle territorial por meio de coerção e violência. No Jacarezinho, essas dinâmicas geram um cotidiano marcado pelo medo, onde moradores enfrentam tanto o uso excessivo da força policial sob o pretexto de combate ao crime quanto às imposições do poder paralelo. A violência subjetiva é uma expressão visível das tensões entre o Estado e o tráfico, ambos contribuindo para aspectos de insegurança e agravamento das condições de vida na comunidade.

Sob essa lógica, o Estado não apenas falha em atender às necessidades da população, mas se torna um agente ativo na manutenção de um cenário de vulnerabilidade e controle, transformando territórios em espaços de precariedade calculada, com claros objetivos políticos.

Os primeiros meses de implementação do programa destacam ainda denúncias de violações de direitos humanos cometidas por policiais militares que ocuparam o território. Foram muitas as denúncias de abuso da força por policiais contra os moradores recebidas tanto pela Associação de Moradores, quanto pelas organizações da sociedade civil que atuam no bairro do Jacarezinho. Diante do súbito aumento das

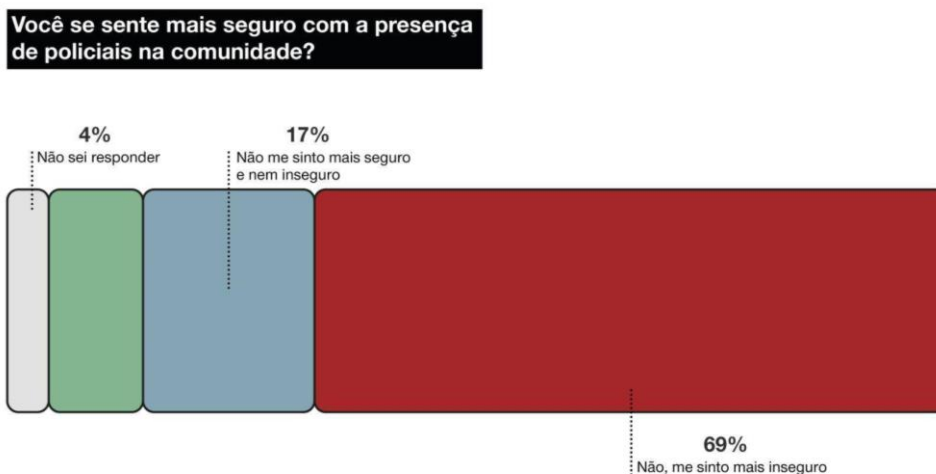
queixas de violência policial encaminhadas ao Instituto de Defesa da População Negra (IDPN), essas entidades solicitaram a ajuda de organizações e coletivos parceiros, com os quais formaram um Observatório Cidade Integrada para monitorar tais repercussões ocorridas no bairro do Jacarezinho pós Cidade Integrada. Assim o Relatório de Avaliação do Programa Cidade Integrada (2022) representa um monitoramento independente do programa com dados oriundos da percepção e experiências dos moradores, através de entrevistas semiestruturadas.

Dentre os relatos e dados do relatório, foram priorizados pontos que mostram a relação direta no cotidiano dos moradores e nas marcas deixadas pelo policiamento, que historicamente se relaciona com a população de maneira violenta e arbitrária. Nesse contexto, destacamos questões principais: 1) a insegurança vivida pelos moradores em seu próprio local; 2) a reclusão quanto ao uso do espaço público; e 3) o descaso do Estado em relação à implementação de melhorias públicas prometidas

Além de não entregar a maioria dos serviços prometidos pelo Estado e interromper ou reduzir projetos iniciados, constatou-se uma repercussão significativamente maior das questões relacionadas ao aumento de insegurança em comparação aos pontos positivos da implementação do programa (OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA, 2022 p. 12). Dos 387 moradores entrevistados, mais de 50% afirmaram que policiais do programa Cidade Integrada já entraram em suas casas sem mandado judicial. Além disso, 69% dos entrevistados relataram sentir-se mais inseguros com a presença dos agentes do programa.

O aumento da incidência e da imprevisibilidade de conflitos armados devido à presença policial causou um impacto significativo no senso de segurança dos moradores. Cerca de 69% dos residentes afirmaram que não se sentiam mais seguros com a presença da polícia (figura 30), o que resultou na restrição das atividades de lazer e no confinamento dos moradores em suas residências. Em muitos casos, até mesmo essas habitações particulares não estavam isentas de incursões policiais.

Figura 30
Entrevista com moradores (Relatório Cidade Integrada)



**Fonte: Observatório Cidade Integrada, 2022
alterado pelo autor, 2024**

Os espaços públicos, como ruas, lajes e vielas, desempenham papéis centrais, funcionando como uma extensão das residências e refletindo a dinâmica única da vida nas favelas (PIZARRO, 2014). A restrição ao uso do espaço público imposta por intervenções do Programa transforma profundamente a dinâmica social das favelas, comprometendo atividades cotidianas que são essenciais para a vida comunitária. Metade dos entrevistados relataram que as atividades infantis, como "crianças brincando na rua", foram prejudicadas, enquanto aproximadamente 76% afirmaram que as opções de lazer público (figura 31) foram negativamente afetadas. Entre as atividades mencionadas estavam festas nas ruas, bares, conversas ao ar livre, futebol e eventos fora da comunidade.

Figura 31 - Lista de opções de lazer público prejudicadas

Atividade de lazer prejudicada	Quantidade	Porcentagem
Festas de rua	207	53%
Festas em casa	115	30%
Frequentar bares	178	46%
Crianças brincando na rua	194	50%
Conversar com amigos na rua	145	38%
Ir e voltar de eventos fora da comunidade	133	34%
Comércio local (compra e ou venda)	99	26%
Futebol	7	2%

**Fonte: Observatório Cidade Integrada, 2022
alterado pelo autor, 2024**

Assim, esse regime de controle e vigilância não apenas reforça a gestão da morte das populações classificadas pelo Estado como "perigosas" ou "desviantes", mas também transforma a dinâmica do território. A partir destes dados observa-se que a forma como o Estado se mostra presente através do policiamento tem a capacidade de redefinir o uso do espaço público, transformando-o em um território de vigilância constante que limita as práticas cidadãs em nome da segurança. Ao alterar a maneira como o espaço público é vivido pelos moradores, impacta diretamente o exercício da cidadania, justificando a presença policial contínua sob a alegação de segurança pública e convertendo o espaço em um ambiente de vigilância permanente.

Fica nítido que o combate à criminalidade exhibe um padrão muito recorrente centrado em táticas repressivas que se caracterizam pelo tratamento da questão de segurança pública como um problema exclusivamente da polícia (SPANIOL, 2019). O Programa Cidade Integrada surge como uma continuidade das políticas de segurança pública historicamente implementadas nas favelas do Rio de Janeiro, onde os conflitos armados extrapolam exponencialmente os crimes comuns⁴⁷ e a cidade assume o papel de um campo de batalha, caracterizado pelo emprego de técnicas de controle baseadas no policiamento e pelo domínio de potenciais inimigos, majoritariamente jovens pretos, mediante o uso de força militar em sua máxima intensidade (MENDES,

⁴⁷<https://www.uff.br/23-01-2024/estudo-identifica-as-relacoes-entre-tipos-de-crimes-vitimas-e-localidades-no-rio-de-janeiro/>

A, p.7, 2023).O programa, portanto, contribui para a manutenção de lógicas de securitização, em que o controle através de forças de segurança é vista como o principal mecanismo de controle, reforçando a violência e repressão histórica sobre a juventude negra.

Esta seção nos permite questionar a real intenção por trás da implementação de um projeto que, em sua maior parte, não ofereceu benefícios concretos para o território, gerando muitas críticas e controvérsias, especialmente do ponto de vista da segurança. Analisar e compreender as verdadeiras intenções destas estratégias é fundamental, pois, embora justificadas como eficientes, reproduzem um *modus operandi* que reflete a intolerância contra aqueles que não se encaixam nos padrões hegemônicos.

3.2.2 Uma política tecnológica integrada

Neste contexto de exacerbada violência buscamos contextualizar novas promessas que vêm sendo feitas para “combater a criminalidade” através de um movimento que combina a intensificação da militarização com a aquisição de infraestrutura tecnológica de vigilância em espaços públicos.

A partir disso observa-se que o estado do Rio de Janeiro passa a se manifestar nas favelas tanto por meio de práticas de policiamento armado em confronto com o poder paralelo, historicamente presente, quanto, mais recentemente, pela iniciativa de implementação de sistemas tecnológicos de vigilância e controle no Jacarezinho (OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA, 2022). Dessa forma, o programa assume um papel político ainda mais relevante, reforçando a imagem do Rio de Janeiro como uma vitrine internacional de cidade "inteligente" e consolidando seu modelo de governança baseado em tecnologia e vigilância articulado à militarização urbana.

Sendo assim a política tecnológica abordada neste momento refere-se especificamente à incorporação de tecnologias de reconhecimento facial (TRF) no trabalho de forças policiais através de câmeras espalhadas pela favela. Antes de aprofundarmos a análise empírica, é importante apresentar o funcionamento desse sistema tecnológico e compreender como ele tem sido articulado e apresentado no campo da segurança pública, sobretudo no contexto brasileiro na cidade do Rio de Janeiro.

O reconhecimento facial não constitui uma novidade para os órgãos de segurança pública. O processo de identificação de indivíduos com base em características faciais é análogo a práticas já consolidadas, como o reconhecimento por fotografia ou o uso de “retratos falados”, nos quais as características de autores ou suspeitos de crimes são comparadas a um álbum pré-existente de suspeitos mantido por essas instituições. O que está surgindo com os novos sistemas é a automatização deste processo baseado em TICs e em bancos de dados digitais.

Assim, as TRF se configuram como um tipo de tecnologia biométrica baseada em inteligência artificial. Câmeras de segurança são o ponto de entrada para captação de imagens no espaço público, enquanto as TICs oferecem a infraestrutura necessária para processar e conectar tais capturas a sistemas avançados de forma automatizada com o objetivo de monitorar e gerenciar o comportamento das pessoas em tempo real (NUNES et al., 2022). Segundo definição técnica, através do uso de algoritmos as TRF mapeiam as características do rosto de uma pessoa em um espaço multidimensional e os computadores realizam buscas em bases de dados faciais efetuando verificações *“um-a-um ou um-para-muitos”*, em processamento que ocorre em fração de segundos.

A adoção de TRF tem se expandido no Brasil como parte das estratégias de segurança pública. Todos os estados já implementaram essa tecnologia em algum momento, com sua utilização predominando entre guardas municipais e polícias militares (Nunes et al., 2022). Atualmente, há 301 projetos ativos de TRF, o que tem resultado na crescente instalação de câmeras não apenas em espaços públicos, mas também em locais semipúblicos, como escolas e estádios de futebol, ampliando significativamente o alcance da vigilância nas áreas urbanas.

O estado da Bahia tem se consolidado como um dos estados que mais investem em tecnologias de vigilância no Brasil, refletindo essa tendência nacional de ampliação do reconhecimento facial na segurança pública. O projeto “Vídeo-Polícia: Expansão”, lançado em 2022 para ampliar o uso dessa tecnologia em 78 cidades do sertão baiano, destaca-se por dois aspectos principais.

Por outro lado, tal prática tem apresentado uma problemática significativa, especialmente no contexto brasileiro, caracterizado por contradições. Primeiro, pelo

alto investimento público em tecnologias de vigilância em regiões com baixa urbanização e acesso precário a serviços básicos, como esgotamento sanitário, evidenciando uma contradição que privilegia o controle em detrimento de demandas sociais essenciais. Segundo, pelas preocupações quanto ao caráter de discriminação racial e aprofundamento de desigualdade social que estas tecnologias têm apresentado, especialmente em um estado como a Bahia, marcado por sua expressiva população negra e histórico de desigualdade social (NUNES et al., 2023).

Na cidade do Rio de Janeiro, a crescente incorporação de tecnologias na gestão de políticas de segurança está inserida em um contexto estratégico. Como discutido na seção 3.1, o período pós-megaeventos de 2014 e 2016 ocorreu em um contexto global de fortalecimento da agenda neoliberal, marcado por mudanças regulatórias e projetos de requalificação urbana. Esse cenário também impactou a política de segurança, impulsionando a adoção de novas estratégias de monitoramento urbano e vigilância tecnológica. Nesse contexto, o uso de tecnologias avançadas, como o reconhecimento facial, inaugurou uma nova fase nas políticas de segurança pública da cidade, reforçando a priorização do controle em nome da segurança nas agendas governamentais.

Destaca-se o mês de janeiro de 2019 quando o secretário da Polícia Militar Rogério Figueiredo de Lacerda anunciou uma parceria entre o governo do estado do Rio e as empresas Oi e Huawei que ofereceram suporte técnico para a implantação do projeto teste de reconhecimento facial no Carnaval de Copacabana. (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Para NUNES et al. 2023 esta tecnologia chega “*quase tão insidiosa quanto o novo coronavírus: sem debates, consultas ou transparência.*” (NUNES et al, p.6, 2023)

O projeto, apresentado como uma solução tecnológica inovadora no campo da segurança pública, fez parte das promessas eleitorais do então candidato ao governo do estado, Wilson Witzel. O governador argumentou que, por meio de um sistema capaz de acionar alarmes para auxiliar policiais na detenção de suspeitos, essa tecnologia teria o potencial de revolucionar a segurança pública, ao combater a

criminalidade, reduzir a violência e garantir a preservação da "ordem". E isso exigiria a instalação de "milhares de câmeras na cidade do Rio"⁴⁸.

Duas fases de implementação foram previstas: na primeira, as câmeras foram instaladas apenas em Copacabana. Em 28 de março do mesmo ano, Witzel anunciou a segunda fase, prometendo ampliar o número de câmeras de vigilância e monitoramento de 34 para 140, abrangendo o bairro do Maracanã e as imediações do Aeroporto Santos Dumont. Vale destacar que a base de dados utilizada para alimentar o sistema foi fornecida pela Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) e pelo Detran, enquanto o então Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) ficou responsável pelo armazenamento e gerenciamento dos dados coletados, sob a supervisão de policiais militares e civis no âmbito do CICC.

A escolha de instalar câmeras nas ruas de Copacabana foi estratégica pelo governador, considerando o peso simbólico do bairro na representação internacional do Rio de Janeiro. No entanto, uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2023) revelou que a implementação do projeto no bairro não resultou em melhorias nos indicadores criminais; pelo contrário, diversos índices de criminalidade aumentaram após sua implantação (figura 32). Após a implementação do projeto em 2019, surgiram outras críticas significativas, sobretudo em relação à falta de clareza nos procedimentos operacionais, à ausência de transparência nos dados e aos vieses raciais e discriminatórios associados à tecnologia, aspectos que remetem a episódios semelhantes ocorridos no sertão baiano em 2017.

⁴⁸<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/28/witzel-anuncia-cameras-de-reconhecimento-facial-no-maracana-e-aeroporto-santos-dumont.ghtml>

**Figura 32 - Índices criminais em Copacabana (19 AISP)
julho a outubro**

Valores	2018	2019	Variação (%)
Homicídios dolosos	1	4	300
Total de roubos	467	506	8,35
Total de furtos	1890	2135	12,96
Roubos de rua	277	386	39,45

**Fonte: (NUNES et al, 2023)
alterado pelo autor, 2024**

Apesar deste contexto de enormes contradições do uso destas tecnologias no combate à criminalidade, a favela do Jacarezinho foi escolhida como mais um experimento no uso de TRF, desta vez integrado ao escopo do Programa Cidade Integrada. Em menos de três meses após o anúncio oficial do Programa, o governo do Rio de Janeiro, manifestou seu interesse na aquisição de câmeras com tecnologias de reconhecimento facial, enquanto um *“caráter emergencial para implementação do sistema de videomonitoramento para aprimorar as operações e inteligência do aparato policial”* (Estudo Técnico Preliminar, SEPM/2022). Assim, observa-se que esses sistemas, frequentemente rotulados como “inteligentes,” são vendidos ou anunciados de forma indiscriminada, sem levar em consideração as especificidades socioespaciais de cada território. Nessas abordagens, o território é reduzido a um mero receptáculo para a aplicação de soluções tecnológicas glamourosas (KRAUS et al., 2022).

Para viabilizar essa iniciativa, o governo estadual destinou um orçamento público de R\$493.288,20 voltado para a implementação de câmeras com TRF na favela. Fica evidente que o gasto público destinado está em desacordo com as reais demandas de um território como o Jacarezinho que apresenta outras prioridades que não parecem se resolver com a instalação de câmeras. Segundo dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec, 2022), com o valor investido apenas com infraestrutura tecnológica seria possível custear 103 alunos no ensino médio durante um ano ou pagar o auxílio Brasil a 102 famílias da favela.

Alinhado a todo o processo de construção do programa de forma imposta, a iniciativa tecnológica também não funcionou diferente. O anúncio foi feito sem consulta prévia à comunidade local, que tomou conhecimento do projeto apenas após sua divulgação pela mídia, demonstrando como a iniciativa de implementação desse

sistema também se mostrou diretamente relacionada à instrumentalização do território para fins político-eleitorais do governador Claudio Castro. Na época a PMERJ também apresentou orgulhosamente a entrada do uso de tecnologias na segurança pública enquanto ponto positivo para a imagem internacional da cidade do Rio (figura 33).

Figura 33: Polícia militar nas redes sociais



**Fonte: Página oficial da Polícia militar do Rio de Janeiro na plataforma X.
Acesso em: 20 de outubro de 2024**

Neste momento buscamos compreender de que forma o uso de TRF contribuiria nos objetivos do programa e para as questões de segurança do Jacarezinho. Para tanto, buscamos analisar a narrativa governamental, desta vez na visão da polícia militar, em torno da política tecnológica de TRF no Programa Cidade Integrada.

Foram realizadas tentativas de contato para entrevistas com gestores do programa e com o Departamento-Geral de Tecnologia da Informação e Telecomunicações da Polícia Militar do Rio de Janeiro (DGTIT), sediado no Jacarezinho, mas não obtivemos resposta. Assim, a coleta e análise de dados se baseou em documentos públicos e informações fornecidas pela SEPM (Secretaria de Estado da Polícia Militar), destacando-se o Termo de Referência para a contratação emergencial de empresa especializada na implantação de videomonitoramento no Jacarezinho e o Estudo Técnico Preliminar de Videomonitoramento, ambos elaborados no ano de 2021 pela Coordenadoria Especializada de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEPM.

Como informado pelo estudo técnico preliminar, a utilização desta tecnologia como “geradora de dados de inteligência” é vista como potencializadora da ação

policial, “*acarretando em uma maior assertividade nas ações da polícia*” (figura 34). O estudo mercadológico, apresentado no estudo técnico, indica como referência apenas duas empresas, GWA Systems (SP) e a Sunset (RJ), que ofereciam suporte técnico através de câmeras que teriam capacidade de visualização em tempo real, infravermelho, detecção facial, contagem de indivíduos e reconhecimento de placas que seriam espalhadas pela favela do Jacarezinho e seu entorno (figura 35).

Figura 34: Objetivo específico (grifos nossos)

- i) A contratação pretendida gerará dados de inteligência, que poderão ser utilizados e estudados pelos órgãos de segurança pública. Acarretando uma maior assertividade em ações.

Fonte: Estudo Técnico Preliminar, SEPM (2022)

Figura 35: Armazenamento de dados (grifos nossos)

O sistema de gerenciamento de inteligência artificial deverá fornecer gerenciamento central, compartilhamento de informações, conexão e cooperação de multisserviços. Fornecer funções básicas como gerenciamento de permissão do usuário, gerenciamento de dispositivo de alarme, armazenamento central, videowall e mapa, recursos e funções de IA, como reconhecimento facial, ANPR, contagem de pessoas e detecção de objetos. Além disso, o software deverá permitir integração com outras bases de dados externas possibilitando consultas automáticas de placas e veículos.

Fonte: Estudo Técnico Preliminar, SEPM (2022)

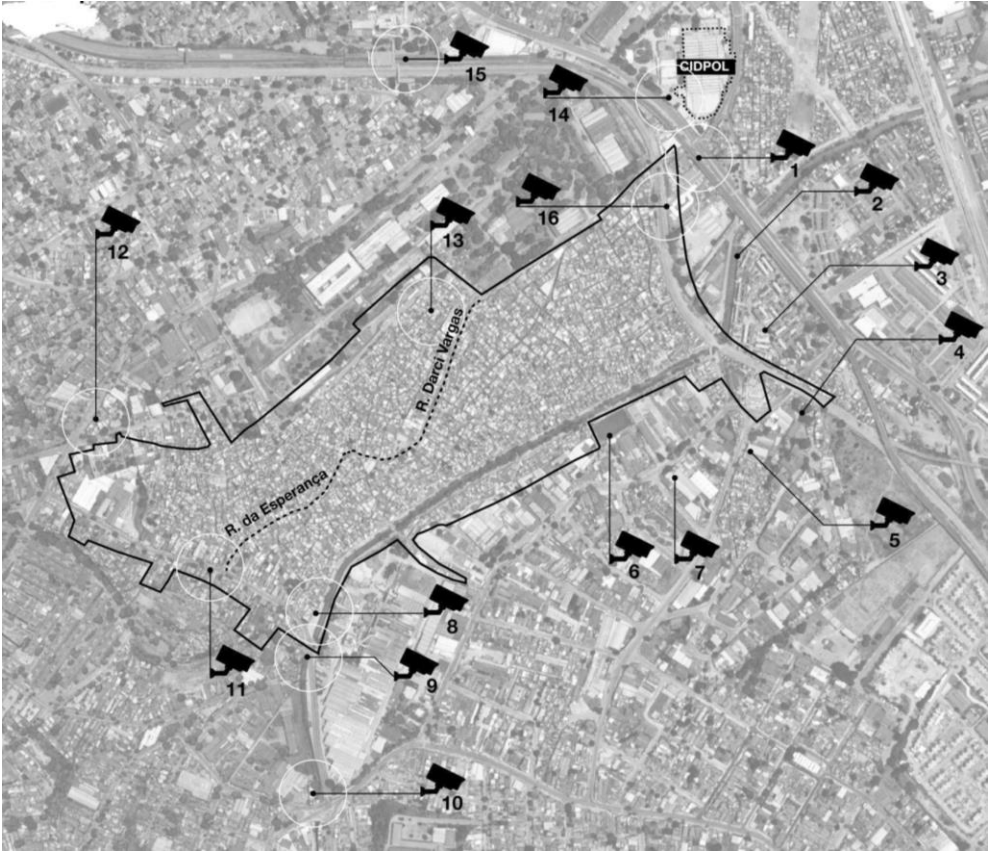
Quanto a distribuição destas câmeras, o sistema proposto para captação de imagens nas vias pública do Jacarezinho incluía a instalação de 22 dispositivos de videomonitoramento em pontos estratégicos da favela, sendo que quatro delas seriam equipadas com TRF (grifadas em verde na figura 36), com a intenção de monitorar diversos locais dentro da comunidade, além das vias de acesso no entorno. Também estava prevista uma relação direta deste sistema com a Cidade da Polícia (CIDPOL) localizada em Manguinhos, que seria um as infraestruturas policiais destinada à coleta de dados provenientes do território (NUNES, 2022). O mapa apresentado na figura 37 apresenta a localização aproximada de 16 destas câmeras com destaque para a câmera 1, 2, 3, 14, 15 e 16 que apresentam uso de TRF.

Figura 36
Tabela de localização das câmeras (grifos nossos)

CÂMERA	LOCAL
CENTRAL DE MONITORAMENTO	CIDADE DA POLÍCIA
CAM 01 - FACIAL	FEIRINHA
CAM 02	CIEP VINÍCIUS DE MORAES
CAM 03 - FACIAL	RUA DILERMANDO REIS
CAM 04 - LPR	BUACO DO LACERDA
CAM 05	RUA CAMBORIÚ
CAM 06	CAMPO DO ABOBORA
CAM 07	RUA VIÚVA CLÁUDIO
CAM 08 - LPR	RUA DO RIO - 15
CAM 09 - LPR	RUA DO RIO
CAM 10	RUA ESPERANÇA
CAM 11	RUA ÁLVARES AZEVEDO
CAM 12	RUA MIGUEL ÂNGELO
CAM 13 - LPR	TRAVESSA JERUSALÉM
CAM 14 - FACIAL	AV. D. HELDER CÂMARA, EM FRENTE A CABINA DO BURACO DO LACERDA
CAM 15	AV. D. HELDER CÂMARA, EM FRENTE A PRAÇA DE MARIA DA GRAÇA
CAM 16 - FACIAL	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DO JACAREZINHO
CAM 17 - LPR	TÚNEL NOEL ROSA (SENTIDO JACARÉ)
CAM 18	RUA PAIM PAMPLONA (NA ALTURA DO ACESSO PARA A COMUNIDADE DO RATO)
CAM 19	RUA LINO TEIXEIRA C/ RUA BRÁULIO CORDEIRO
CAM 20	RUA LINO TEIXEIRA C/ RUA VIÚVA CLÁUDIO
CAM 21 - LPR	RUA MAL RONDON, SUBIDA PARA O VIADUTO (SENTIDO JACARÉ)
CAM 22 - LPR	RUA 24 DE MAIO, SUBIDA DO VIADUTO (SENTIDO JACARÉ)

Fonte: Estudo Técnico Preliminar do Sistema de Videomonitoramento em vias públicas no Jacarezinho, 2022

Figura 37 - Mapa da localização aproximada das câmeras



Fonte: Elaborador pelo autor, 2024

Constatou-se que a última atualização da licitação do monitoramento com TRF foi no mês janeiro de 2022 com a autorização da Diretoria Geral de Apoio Logístico da Polícia Militar para seguir com o processo de implementação das câmeras. Contudo, o decorrer da pesquisa mostrou que as câmeras não foram efetivamente instaladas.

Segundo entrevista realizada com Thallita Lima, coordenadora de pesquisa do CESEC, as câmeras não foram implementadas efetivamente, sobretudo devido a pressões políticas contra hegemônicas preocupadas com a eficácia da tecnologia e seu potencial para agravar disparidades sociais. Apesar da alocação inicial de recursos e da ampla divulgação governamental, houveram também atrasos e contratempos na obtenção da infraestrutura necessária e na articulação do apoio político para sua efetivação. A ausência de diretrizes claras e a falta de transparência, um padrão já observado em outras iniciativas de segurança baseadas em tecnologia, são constatados nos documentos do programa evidenciando uma diversidade de lacunas e questionamentos sem resposta, o que contribuiu diretamente para o arquivamento do caso pelas autoridades estaduais.

Embora as câmeras não tenham sido efetivamente implementadas no Jacarezinho, observa-se que a narrativa governamental e policial manteve-se inalterada, sustentando um discurso determinista e solucionista sobre o uso da tecnologia na segurança pública. A própria formulação discursiva em torno técnica como solucionadora de problemas urbanos, reforça a adoção cada vez maior dessas tecnologias como parte essencial de políticas públicas e de segurança pública, porém acaba mascarando os interesses que o mobilizam e os mecanismos de controle que é capaz de acionar” (KRAUS, 2022 p. 93).

Além disso, o legado de vigilância estabelecido no período pós-megaeventos consolidou e expandiu o uso de tecnologias de monitoramento como instrumentos de controle no campo da segurança pública, evidenciando que, mesmo antes do anúncio do programa, a cidade já dispunha de uma infraestrutura de vigilância tecnológica robusta articulada ao contexto de militarização urbana. Apesar dos testes anteriores demonstrarem a ineficácia da tecnologia na redução da criminalidade, reforçando as dúvidas sobre sua implementação, as estratégias de policiamento continuaram a ser articuladas com essa agenda tecnológica.

Lembramos que os objetivos principais expressos no Cidade Integrada foram a “redução das desigualdades”, e a integração socioespacial da favela com o restante da cidade. O estudo técnico não indica de que forma as TRF poderiam contribuir para tais objetivos, ao contrário ele apresenta muitas lacunas e não responde de maneira satisfatória algumas das perguntas básicas e fundamentais para a execução de projetos como esse. O público seria avisado de que estará sob vigilância do Estado? A polícia irá elaborar relatórios de impacto de proteção de dados e de eficiência dos algoritmos? Os bancos de dados produzidos serão compartilhados para fins secundários? Qual é a real finalidade do uso de câmeras de reconhecimento facial no Jacarezinho? (NUNES E tal, 2022). Assim a falta de transparência na construção de uma política imposta de cima para baixo persiste, reproduzindo um padrão já observado em outras iniciativas de segurança baseadas em tecnologia.

Para compreender ainda mais o Programa Cidade Integrada como uma expressão de tecnopolítica de controle, é necessário analisar o anúncio destas tecnologias de vigilância, não a partir dos discursos que é capaz de apresentá-los como ideal e de sucesso enfatizando sua falsa eficiência e inovação. Essas “soluções” tecnológicas infiltradas no tecido urbano e aliadas ao policiamento não apenas refletem escolhas técnicas, mas também decisões políticas que moldam e repercutem no território. Assim as estratégias de inovação tecnológicas no Programa Cidade Integrada, embora sustentadas por um discurso que deposita na eficiência a marca da cidade neoliberal inteligente, também podem ser compreendidas para além da soma de instrumentos e técnicas, mas sim na totalidade das relações sociais que se estabelecem a partir da utilização e do desenvolvimento de tais técnicas (SANTOS, 2000) e nos desdobramentos sociais e políticos inerentes a elas.

Refletir sobre questões como quem é observado, quais interesses são protegidos ou invadidos, a quem servem essas práticas de vigilância e quem são seus alvos nos conduz a uma análise mais aprofundada dos desdobramentos sociopolíticos do uso dessas tecnologias. No contexto da favela do Jacarezinho, essas práticas revelam implicações que ultrapassam a alegada eficiência técnica frequentemente atribuída a elas. É essencial reconhecer que esses sistemas de vigilância não podem ser implementados de forma indiscriminada, sem considerar as especificidades socioespaciais do território. Reduzir o território a um mero receptáculo para soluções tecnológicas glamourosas desconsidera as complexas dinâmicas sociais e políticas

presentes no local (KRAUS et al., 2022). Diante disso, os próximos tópicos problematizam o uso dessas tecnologias em um território como o Jacarezinho.

A primeira diz respeito à problemática da privacidade e transparência na utilização destes dados tratando ainda dos custos sociais envolvidos, com ênfase nos vieses discriminatórios associados ao chamado racismo algorítmico e na alta taxa de erros que essas ferramentas têm apresentado na identificação de falsos positivos. A segunda destaca os riscos de tal vigilância excessiva no possível comprometimento do espaço público marcados por práticas de controle em uma cidade que tende a ser cada vez mais amplamente monitorada por governantes e forças de segurança através de novas tecnologias.

3.2.2.1 A Face algorítmica da militarização

No entanto, no momento de aprendizagem de máquina, os dados inseridos são definidos por humanos que estão configurando este dispositivo. Portanto, há o entendimento de que a inteligência artificial não é neutra, já que ela aprende e reproduz os comandos inseridos a partir de determinado viés, colocando em risco pessoas já marginalizadas na sociedade

Podemos pensar que o Estado tem se manifestado através da violação de direitos fundamentais dos moradores por meio das forças policiais. Porém o mesmo ocorre quando pensamos na articulação do policiamento com sistemas de videomonitoramento com TRF, sobretudo do ponto de vista da privacidade, transparência e tratamento do uso de dados dos moradores da favela.

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) do Rio de Janeiro, dado seu caráter de central de monitoramento e gestão de segurança pública, também comportaria uma relação direta com a política tecnológica do Programa Cidade Integrada, principalmente no que diz respeito à gestão integrada dos dados, respostas, e ações do monitoramento na favela. Funcionando da mesma forma que o Plano piloto de reconhecimento facial implementado em 2019, as câmeras no Jacarezinho enviariam as imagens e informações que, ao chegarem ao CICC, seriam integradas a outras fontes, como radares, leitores de placas veiculares e bancos de

dados de segurança pública onde os dados seriam processados e algoritmizados, ampliando a capacidade de monitoramento e controle urbano.

No que diz respeito ao armazenamento destas imagens coletadas pelo sistema de videomonitoramento, o estudo técnico elaborado pela PMERJ apenas menciona o fato de que o conteúdo ficaria armazenado por no mínimo 60 dias, sem explicitar qual tratamento receberia, as formas de eliminação desse conteúdo ou ainda se haveria compartilhamento de dados com outras bases de dados públicas ou privadas (NUNES, e tal, 2022).

Esse cenário sugere que o modelo de captação de dados reflete um profundo processo de centralização do poder pela polícia e pelo governo do Rio de Janeiro. Ao concentrar a administração dessas imagens exclusivamente nas mãos da polícia militar, estabelece-se um complexo de gestão urbana fechado e restrito. Essa centralização do processamento de dados nesses centros não apenas reforça uma integração hierárquica e um controle centralizado, como também intensifica a assimetria de poder. Isso ocorre porque essas práticas, mediadas por tecnologia, têm a capacidade de incorporar formas específicas de poder e autoridade (1980 WINNER, apud KRAUS, 2022).

Como consequência um aspecto crucial é a presença de "caixas pretas" onde o controle e a supervisão das tecnologias e dos seus dados ficam restritos a poucos atores, enquanto a maioria das pessoas permanece sujeita e inerte a essas dinâmicas de monitoramento. Isso é apresentado quase como uma dicotomia: os moradores devem aceitar a política de segurança pública que lhes é imposta ou escolher proteger seus dados pessoais coletados, uma escolha que não deveria ser necessária em uma sociedade democrática (FILHO, 2022).

Essa falta de transparência não apenas dificulta a responsabilização, mas também alimenta preocupações éticas e políticas sobre o uso dessas tecnologias no âmbito da segurança pública, levantando questões sobre a democratização e o controle social das infraestruturas tecnológicas a partir de um processo que se assemelha mais a um grande sistema de hipervigilância do que uma instituição de serviço público. Sobre isso Klauser (2010) afirma:

Esse sistema de dados representa uma “esfera de segurança hermeticamente fechada e purificada”, uma vez que não é acessível ou aberta à população. Isso contrasta com a ideia de uma cidade inteligente, transparente e participativa. Em vez disso, reflete a ‘tirania da informação’ cujo controle por um número limitado de atores permite novas formas de poder despótico. Essa esfera urbana de “segurança” é construída, seguindo o discurso oficial, para garantir a segurança pública e proteger a população. A esfera emocional do medo legitima a construção de espaços fortificados materiais ou imateriais na cidade fortaleza contemporânea (KLAUSER, 2010).

Ambos os documentos analisados referentes à política tecnológica envolvida no Programa, sugerem que seguiram a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Nunes et al. (2022), a menção à LGPD no estudo técnico revela uma contradição, pois os princípios fundamentais da lei, como o da finalidade e da necessidade, não são aplicados na prática. Embora os documentos explicitem os objetivos solucionadores com a instalação de câmeras com TRF, eles não detalham a finalidade do tratamento dos dados pessoais em si. A falta de transparência no uso desses dados e a ausência de salvaguardas robustas, como estipula a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tornam a implementação controversa e ainda mais abusiva.

Além disso, a maioria da população, de modo geral, desconhece tanto a coleta de seus dados quanto a forma como eles são tratados e utilizados, o que abre espaço para abusos e usos desproporcionais das ferramentas por forças policiais. Essa falta de transparência impede, ainda, que a população questione os mecanismos por trás dessas tecnologias.

Assim, esse tipo de vigilância quase imperceptível traz um perigo oculto aos moradores, especialmente porque, diferentemente das operações policiais visíveis, ele se infiltra no cotidiano sem ser imediatamente percebido. Nunes (2022) aponta que a sofisticação das interfaces de reconhecimento facial, embora promova benefícios e entusiasmo no setor privado, pode, na esfera pública, transformar-se em um instrumento de crueldade direcionado a alvos específicos, reforçando ainda mais desigualdades e o racismo estrutural pela aura da objetividade técnica.

O chamado racismo algorítmico diz respeito a vieses discriminatórios (sobretudo raciais) incorporados no uso destas tecnologias em espaços públicos ao passo que tais escolhas técnicas em políticas de segurança aparentam um teor de desumanização de pessoas negras (BROWNE, 2015). Nas periferias, esse sistema de tecnologia pode confirmar e potencializar de forma ainda mais direta os

preconceitos e vieses já existentes nestes territórios através de uma vigilância seletiva. Nunes (2022) aponta que a sofisticação das interfaces de reconhecimento facial, embora promova benefícios e entusiasmo no setor privado, pode, na esfera pública, transformar-se em um instrumento de crueldade direcionado a alvos específicos, o que tem ampliado cada vez mais práticas de controle hostis e racistas em territórios marcados pela desigualdade e pelo racismo estrutural.

Estudos mostram que as tecnologias de reconhecimento facial têm maior dificuldade em identificar corretamente pessoas com características faciais diferentes das de uma pessoa branca. Isso significa que as pessoas negras são mais propensas a serem identificadas de forma errada ou até mesmo serem acusadas injustamente de crimes, o que acaba por reproduzir uma cultura do punitivismo e do encarceramento. Browne recupera o lugar do navio negreiro como estrutura arquitetônica que inspirou o modelo do panóptico para demonstrar que a história da vigilância algorítmica também não pode ser dissociada da história da escravização. Nesta metáfora da autora os ideais de eugenia e supremacia branca do século XIX são reproduzidos pelo conhecimento estatístico que informa os atuais sistemas algorítmicos de identificação biométrica. O apagamento dessas diferentes genealogias induz à reprodução acrítica de formas de segregação que se valem de uma imagem pública de avanço e progresso, quando, em muitos casos, não passam da atualização de formas racistas de controle, produzidas séculos atrás (DUARTE; NUNES; LIMA, 2023, p. 27).

Aponta-se ainda os problemas de precisão e preconceitos através de erros significativos na identificação de pessoas negras moradoras de favelas como suspeitos com a produção de falsos positivos. Em estudos recentes do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) mostrou-se que negros estão mais expostos a erros cometidos por esses softwares, potencializando o risco de serem submetidos a violência policial e ao encarceramento devido a leituras equivocadas realizadas pelas câmeras de vigilância.

Ruha Benjamin, em seu livro *Race After Technology* (2019), destaca que, para entendermos “robôs racistas”, é mais importante olharmos para os seus resultados e não para a tecnologia em si. Não se espera tecnologias intencionalmente racistas,

mas precisamos focar naquilo que o uso da tecnologia gera mais do que para a intenção para a qual ela foi criada.

Nesse contexto, a apropriação governamental de tecnologias que apresentam racismo algorítmico e altas taxas de erro evidencia como esses sistemas, desenvolvidos predominantemente por pessoas brancas, tendem a identificar pessoas negras como suspeitas ou erradas. Desde a concepção do algoritmo até a interpretação dos dados em tempo real, há um processo inevitável de subjetividade. A apropriação tecnológica, portanto, deve ser entendida como um fenômeno vinculado às instituições e aos interesses que elas buscam defender. No âmbito da segurança pública, os efeitos dessas tecnologias são diretamente moldados pelos seus operadores e gestores, o que reforça a necessidade de um olhar crítico sobre sua implementação.

Na prática, essas ferramentas tecnológicas vêm sendo utilizadas para informar policiais militares sobre a existência de supostos mandados de prisão, induzindo-os a tratar abordagens como se fossem capturas obrigatórias. No entanto, inúmeras falhas de identificação resultam na prisão de pessoas sem qualquer histórico criminal, como se fossem procuradas pela justiça. Conforme apontado por Rodrigues et al. (2024), os indivíduos erroneamente identificados geralmente pertencem ao mesmo perfil sistematicamente visado pelas forças policiais: negros, pobres e moradores de periferias. Assim, a tecnologia, em vez de atuar como instrumento neutro, tem servido como mecanismo de ampliação do poder policial, reforçando práticas de encarceramento e criminalização seletiva. Esse fenômeno se insere em uma lógica de desumanização e produção de inimigos, regida pelos pressupostos militares que estruturam os sistemas de controle urbano

A tecnologia não são, em si mesmas, tecnopolítica. Em vez disso, a prática de usá-las em processos políticos e/ou em direção a objetivos políticos constitui tecnopolítica (Edwards e Hecht, 2010, p. 256-7). Assim as posições e motivações de atores governamentais desempenham um papel importante na constituição e transformação do poder político atrelado ao uso de TRF. Apesar do fato de que a grande taxa de erros nos leva a pensarmos o racismo algorítmico que essa tecnologia pode produzir, sobretudo em um território como o jacarezinho, acreditamos que o

problema não está apenas na técnica e no erro, mas sim o contexto sociotécnico que ela está inserida que nos faz compreendê-la enquanto tecnopolítica de controle.

3.2.2.2 Espaço público em risco

A dimensão pública e o uso do espaço público têm sido progressivamente comprometidos por políticas de segurança que impõem controle e restrições à vida cotidiana através de forças policiais. Essa articulação entre militarização urbana e tecnologia não apenas profunda a lógica repressiva, resultando na criminalização dos moradores e na perpetuação da violência policial, que vitimiza, sobretudo, jovens negros moradores das favelas, mas também transforma o espaço público em um ambiente altamente controlado e vigiado.

O policiamento ostensivo, intensificado no âmbito do Programa Cidade Integrada, não apenas restringe a liberdade de circulação dos moradores que afeta seu exercício básico de cidadania sob o pretexto de segurança pública, além das violências exercidas por essas forças policiais contra moradores de forma generalizada na favela, como vimos através dos dados do Observatório Cidade Integrada, mas também resulta em graves violações de direitos, como demonstra a violência sistemática exercida por forças policiais. Mas agora, para os moradores de favelas, o Estado se manifesta, através da violação de seus direitos por meio de sistemas de videomonitoramento. Isso é apresentado quase como uma dicotomia: você deve aceitar a política de segurança pública que estamos impondo ou escolher proteger seus dados pessoais, o que não deveria ser necessário em uma sociedade democrática ⁴⁹.

Nas favelas, a configuração urbana desempenha um papel central na definição da dimensão pública desses territórios, influenciando diretamente as formas de sociabilidade e uso do espaço. Pizarro (2014) destaca a importância da forma urbana na constituição desses espaços, ressaltando que elementos como vielas e interstícios urbanos são fundamentais para a dinâmica cotidiana das comunidades. Essas vielas não apenas conectam diferentes partes do território, mas também funcionam como

⁴⁹ <https://rioonwatch.org.br/?p=60425> (Acesso em 15 de fevereiro de 2025)

locais de encontro, circulação e interação social, assumindo uma função essencial na vida pública das favelas.

A valorização dos espaços comuns nesses territórios se dá diante das condições de precarização e controle impostas pelo Estado. Nos interstícios urbanos das favelas, emergem práticas de resistência e construção de cidadania, configurando esses espaços como territórios de sociabilidade e reivindicação. Para Queiroga (2012), a vida pública depende da existência de espaços livres e acessíveis, que favoreçam a diversidade, a pluralidade e a espontaneidade, aspectos essenciais para uma esfera pública dinâmica e participativa. Assim, as vielas e demais interstícios urbanos das favelas tornam-se locais fundamentais para a expressão da vida coletiva, abrigando atividades essenciais como comércio, lazer e circulação, e reafirmando a centralidade desses espaços na construção das relações sociais dentro das comunidades.

Esse aparato técnico não apenas amplia a presença do Estado nos espaços comuns da favela, mas também institui um modelo de cidade vigiada, no qual a exposição constante compromete a privacidade, o anonimato e a liberdade dos sujeitos. Na perspectiva de Tovi Fenster (1999), uma das formas de violência mais cruéis e brutais de violação dos direitos humanos está diretamente atrelada ao cerceamento da fruição e deslocamento livre no espaço urbano gerando, dessa forma, a condição de prisão domiciliar. Seja através da coerção física ou psicológica mediante a instilação do medo ou ameaças, seja através da imposição de normas, valores e significados socioculturais reverberados sobre os espaços públicos urbanos (1999 FENSTER apud VERÍSSIMO, 2012).

A implementação de tecnologias de vigilância na favela adicionou uma nova camada de controle sobre o território, restringindo ainda mais o uso comum do espaço público, essencial para esses territórios. No contexto do Programa Cidade Integrada, a imposição dessas tecnologias, especialmente o reconhecimento facial em massa, levanta preocupações sobre violações de direitos civis, privacidade e erosão de valores democráticos, como diversidade e anonimato nos espaços urbanos (FONTES; LÜTGE, 2021).

Além disso, essa vigilância tecnológica reforça uma lógica de controle seletivo, ampliando os vieses racistas e preconceituosos dos algoritmos (FIRMINO, 2017) e configurando políticas incompatíveis com sociedades democráticas e antidiscriminatórias. Ao criar uma sensação de onipresença da vigilância e uma exposição constante dos moradores, essas tecnologias não apenas intensificam o controle social direcionado, mas também representam uma ameaça à dimensão pública dos espaços urbanos e à própria noção de direitos democráticos nos territórios periféricos.

A estrutura de cidade vigiada não garante segurança e, ao contrário, denuncia outras formas pela qual as populações vulneráveis estão sendo governadas, onde seus movimentos e interações são constantemente observados, tendo seus dados capturados, muitas vezes sem seu consentimento ou plena consciência e seus corpos submetidos a formas de violência e mesmo de detenção (NUNES, e tal, 2022). Assim, dispositivos técnicos de vigilância não apenas se tornaram onipresentes no espaço público, mas também tem influenciado nos mecanismos tradicionais de controle, agora ancorados em redes eletrônicas, memórias virtuais e acesso remoto a dados distribuídos onde a vigilância ocorre de forma mediada e amplificada por tecnologias digitais (GANDY, p.23, 1993).

Argumentamos que o uso de reconhecimento facial nos remete a uma nova dimensão de controle socioespacial mediado por tecnologias da informação e comunicação no contexto das cidades contemporâneas. O programa exemplifica uma continuidade de uma política tecnológica profundamente entrelaçada com a militarização urbana no contexto das favelas. A militarização urbana e as modificações espaciais de controle do espaço a partir do avanço de discursos, políticas e sistemas tecnológicos de monitoramento e vigilância é apontada por Graham (2016), que entende a violência e conflito urbano expresso pela securitização e adesão de sistemas tecnológicos, como capazes de reconfigurar os processos espaciais, especialmente sobre áreas de pobreza por meio de estratégias de policiamento e também novas tecnologias de segurança.

A securitização do conflito urbano se expressa também nessa adesão maciça de técnicas de controle mais ostensivo sobre zonas de pobreza por meio de novas tecnologias de segurança e estratégias de policiamento. Assim, observa-se que a

militarização tem andando junto com a inovação tecnológica, sobretudo nas políticas de segurança do Rio de Janeiro. Com isso, o racismo na sociedade contemporânea encontra formas de se atualizar. As pessoas negras são alvos na mira dessas câmeras que cada vez mais fazem parte da paisagem urbana.

Observa-se que o mercado global de TRF, impulsionado pela emergência das smart cities, tem projeção de alcançar US\$13,87 bilhões até 2028, destacando sua crescente relevância nos contextos urbano e de segurança pública (BEIGUELMAN, p.94. 2021).

Por outro lado, no ano de 2018 a China já havia proposto restrições ao uso do reconhecimento facial, reconhecendo tais riscos. (DI LORENZO, 2018). Em Hong Kong manifestantes adotaram o uso de camisetas que confundem os sistemas de reconhecimento facial, dificultando a identificação automatizada e protestando contra a vigilância estatal⁵⁰. No Brasil diversas campanhas e ações judiciais têm sido realizadas para contestar a implementação do reconhecimento facial, destaca-se a Campanha "Tire Meu Rosto da Sua Mira"⁵¹, promovida pela Coalizão de Direitos na Rede, que visa conscientizar sobre os riscos dessa tecnologia e defender a privacidade dos cidadãos.

Assim, esse processo evidencia como o uso de tecnologias de vigilância ultrapassam meras escolhas técnicas e se consolidam como instrumentos de poder. Pensar estes aspectos de controle da política tecnológica do programa enquanto nos leva de encontro aos discursos de atores governamentais e hegemônicos que planejam o território de forma transcendente (de cima para baixo) implementado políticas articuladas ao marketing eleitoral, ao determinismo tecnológico e sobretudo sem a participação da população local o respaldo de dados técnicos que justificassem as práticas adotadas.

Devemos evitar usos autoritários e antidemocráticos da tecnologia, especialmente pela polícia militar, em um contexto de violência histórica. A cidade deve assumir o protagonismo na definição do uso da tecnologia, transformando-a em

⁵⁰https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/o-reconhecimento-facial-nao-resolve-os-problemas-de-ordem-social/?utm_source=chatgpt.com> (Acesso em 5 de fevereiro de 2025)

⁵¹<https://tiremeurostodasuamira.org.br/>> (Acesso em 5 de fevereiro de 2025)

um instrumento para criar espaços urbanos mais justos e igualitários, e não apenas uma ferramenta de controle e vigilância.

O regime de controle que se estabelece no espaço urbano promove uma inversão na lógica da cidade como um ambiente de liberdade e encontro. O que deveria ser um espaço de convivência e diversidade transforma-se em um território marcado pelo medo e pela vigilância. Diante desse cenário, torna-se fundamental preservar e garantir a fruição do espaço público, assegurando seu uso comum com base em princípios que não estejam fundamentados na vigilância e no policiamento, mas sim na promoção dos direitos humanos e na democratização do acesso à cidade.

A tecnologia, longe de ser neutra, está imbuída de intencionalidades que se materializam em sua apropriação e aplicação no espaço urbano. Seu uso não pode ser analisado de maneira isolada, uma vez que é determinado pelas estruturas de poder que a controlam. Não se trata de rejeitar a inovação tecnológica, mas de questionar os impactos de sua implementação enquanto política pública, especialmente quando seus efeitos resultam na intensificação de práticas discriminatórias e no aprofundamento das desigualdades urbanas. O problema não reside na tecnologia em si, mas na forma como ela é instrumentalizada por atores governamentais para reforçar dinâmicas de vigilância e segregação.

Nesse sentido, a incorporação de tecnologias de monitoramento na gestão da cidade não pode ser analisada sem considerar suas implicações sociais e políticas. A criminalização da população negra e periférica, amplificada por dispositivos de vigilância como o reconhecimento facial, evidencia que tais ferramentas não operam de maneira neutra. Ao contrário, elas são direcionadas a determinados grupos, perpetuando seletivamente a lógica do controle e da repressão.

No contexto do planejamento urbano e das políticas de segurança pública, é imperativo reconhecer que a segurança e o combate à criminalidade não podem ser abordados exclusivamente por meio de experimentações de novas tecnologias duvidosas, securitização do espaço e intervenção policial. O futuro deve ser construído em diálogo com as comunidades para compreender seus anseios, com inteligência nas ações policiais que busquem reduzir as mortes de moradores de

favelas e colocar no centro das preocupações repensar própria polícia, que deveria ser reduzida — e não expandida (NUNES, e tal, 2021).

Neste capítulo investigamos os discursos e práticas tecnocráticas promovidos por atores hegemônicos no âmbito do Programa, identificando suas capacidades em criar e promulgar objetivos políticos vinculados ao controle sobre grupos específicos, sobretudo por meio da articulação entre policiamento e novas tecnologias. Questionamos o real interesse de políticas dessa envergadura no oferecimento de soluções “inovadoras” para as cidades que atribuem ainda caráter neoliberal a essa política urbana. O programa na favela do Jacarezinho é parte dessa nova onda de idealismo tecnocrático que emerge da interação entre sistemas técnicos e práticas políticas, que, por sua vez, reproduzem formas de poder e dominação.

Portanto, é imprescindível superar uma visão tecnocrática que reduz a tecnologia a uma ferramenta de inteligência, sustentabilidade e eficiência. É necessário deslocar o debate para os impactos concretos dessas inovações na vida cotidiana, questionando seu papel na produção do espaço urbano. Somente se repensarmos o uso e funcionalidade da tecnologia será possível construir cidades mais justas, inclusivas e orientadas para o bem comum

4 A TECNOPOLÍTICA DE RESISTÊNCIA

Neste capítulo, buscamos realizar uma análise tecnopolítica do programa que parte não das narrativas hegemônicas e governamentais, mas sim de narrativas de atores sociais que se manifestaram contra as estratégias do Programa Cidade Integrada. Essa perspectiva permite observar como a mediação por outro tipo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), especialmente por meio do uso das plataformas digitais, como o X (antigo Twitter), tem se destacado neste contexto como práticas de enunciação de um contrapoder.

O objetivo deste capítulo é, portanto, adicionar uma nova camada de análise ao Programa, destacando a tecnopolítica em uma perspectiva de resistência. Essa resistência se manifesta particularmente em atores emergentes do próprio território, bem como daqueles que se mobilizam para defender perspectivas alternativas à narrativa governamental.

Na primeira parte do capítulo, abordamos alguns desafios e limites enfrentados nos usos das plataformas digitais, impostos por uma camada de controle inerente a essas plataformas, exercida por grandes corporações, como as *Big Techs*. A problemática reside na concentração de poder nas mãos de poucas corporações que determinam o fluxo de informações, moldam opiniões e influenciam decisões políticas e sociais, o que acaba por impactar, muitas vezes de forma invisível, a agência dos atores e usuários. Dada a ampla difusão destas tecnologias no cotidiano da sociedade contemporânea queremos mostrar que grandes corporações e donos dessas empresas de tecnologia (*Big Techs*) também impõem aspectos de controle e vigilância sobre os usuários destas tecnologias de comunicação. Isso traz um panorama importante que mostra como essas plataformas também são permeadas por controle.

Na segunda parte do capítulo argumenta-se que embora as plataformas digitais sejam moldadas por interfaces de controle elas também possibilitam a existência daquilo que chamamos de tecnopolítica de resistência. Neste contexto, buscamos evidenciar as narrativas emergentes mediadas pela tecnologia, destacando como moradores, ativistas, figuras públicas e pesquisadores utilizam suas redes sociais para expor as lacunas e contradições do programa. Estes atores sociais envolvidos se mostram preocupados de fato com o território e impacto do programa sendo capazes de dar significado a suas perspectivas e sentidos de justiça no sentido de

fazer reverbera-las por meio de redes sociais mostrando a verdadeira realidade do território. O espaço digital se mostra importante para a amplificação e articulação destas opiniões públicas que focam nos questionamentos da tecnopolítica de controle que estrutura o Programa Cidade Integrada permitindo através do uso da tecnologia por estes determinados atores um ambiente digital mais justo e inclusivo. Trata-se de valorizar o poder imanente das redes sociais em benefício do bem comum (EGLER e PEREIRA, 2024).

4.1 Redes digitais como interface de controle

Na sociedade contemporânea, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão profundamente integradas ao cotidiano e as cidades influenciando interações sociais e políticas. No contexto capitalista e neoliberal em que vivemos, tanto os dispositivos técnicos — como as câmeras de reconhecimento facial (TRF) mencionadas no capítulo anterior — quanto as plataformas digitais podem ser compreendidas como produtos de um setor tecnológico orientado por interesses econômicos e políticos. Ambas TICs são criadas e geridas por grandes corporações ou empresas de tecnologia (*Big Techs*) que por sua vez orientam-se segundo lógicas de controle e exploração.

As plataformas de comunicação digital ampliam as possibilidades de enunciação, permitindo uma comunicação mais horizontal, de “todos para todos”. No entanto, muitas das ações da vida cotidiana agora são tecnicamente mediadas por complexos sistemas de comunicação e informação, que interligam tecnologia e práticas sociais de maneira cada vez mais intensa (KALLINIKOS, 2011).

É importante mencionar neste momento que as plataformas digitais, enquanto redes de informação e comunicação, também carregam intencionalidades capazes de moldar práticas sociais refletindo lógicas de poder, controle e vigilância inerentes a elas, onde os interesses dos diferentes atores envolvidos nos processos econômicos, sociais e políticos são assim atravessados pelas redes sociais (FONTENELLE, 2017). Essa possibilidade de monitoramento irrestrito fomenta um estado de controle e vigilância sem precedentes que vem sendo engenhosamente apropriado pelo Estado e pelas corporações, a fim de traçar, cada vez mais detalhadamente, os perfis de seus cidadãos e usuários, ainda que isso não esteja claro para estes usuários

caracterizando processos de vigilância que ocorrem de forma imperceptível, opaca e quase invisível.

Estamos tão acostumados a essas plataformas e à ideia de que elas são necessárias ou até inofensivas, que muitas vezes não conseguimos perceber o quanto somos monitorados e influenciados em nossas ações. A nossa intuição começa a fazer parte de um jogo político onde interesses das corporações ilustram exatamente essa dinâmica. Essa invisibilidade da vigilância é um dos pontos centrais do capitalismo de vigilância, onde o controle dos dados se destaca justamente porque ele não é imediatamente percebido como constituinte de uma rede global de controle.

No chamado capitalismo de vigilância os dados pessoais não são apenas acumulados pelas grandes empresas; eles são extraídos, analisados e utilizados para influenciar as decisões e comportamentos dos indivíduos (ZUBOFF, 2019). Assim, observa-se que cada ação de um indivíduo mediada pela internet gera dados que, ao serem analisados, revelam com acurada precisão os padrões de comportamento de seus usuários (FONTENELLE, 2017 p. 53). Esse novo e perturbador modelo econômico transforma essas informações em um recurso valioso que, por sua vez, se torna um mecanismo de poder onde os indivíduos se tornam, na prática, produtos de suas próprias ações e interações, sem muitas vezes estarem cientes disso. Dessa forma as grandes corporações na atualidade que dominam esse modelo, como as camadas “*Big Five*” (Google, Apple, Meta, Amazon e Microsoft), possuem uma quantidade massiva de dados que se tornam valor e mercadorias essenciais para as empresas, que os utilizam para vender produtos, serviços e até mesmo moldar ideias e opiniões.

O controle não está apenas naquilo que compramos ou como nos comportamos nas redes sociais, mas sobre como as macroestruturas econômicas, políticas e sociais se formam e se adaptam a partir de nossas ações e comportamentos. Isso nos leva a pensar que este monitoramento constante dos dados gerados que englobam, cliques, buscas, interações sociais e consumo de conteúdo possa ser entendido como a colonização das redes (SANTOS, 2003, p. 45).

Ou seja, as plataformas digitais atualmente não carregam apenas funções de entretenimento ou comunicação, mas se impõem como instrumentos de poder e

manipulação que moldam e influenciam as dinâmicas globais criando uma sociedade que é, em muitos aspectos, predestinada pelas interações que temos online (ZUBOFF, 2019) de acordo com os interesses econômicos das plataformas.

As plataformas de comunicação digital ampliam sujeitos da enunciação e permite uma comunicação de todos para todos onde muitas das ações da vida cotidiana são agora tecnicamente mediadas através de complexos sistemas de comunicação e informação que interagem fortemente a tecnologia e as práticas sociais (KALLINIKOS, 2011). O X (antigo Twitter) por exemplo constitui uma rede social que amplia as possibilidades de construção de narrativas, possibilitando a conexão entre diferentes agentes em distintas localidades no espaço global (EGLER e PEREIRA, 2024), ao se destacar enquanto uma importante rede de comunicação e disseminação de informações na atualidade. Assim a plataforma X se apresenta na sociedade contemporânea enquanto uma plataforma social de amplo uso caracterizada por ser um espaço de interação social, comunicação que veicula a troca de informações e a construção de redes mediadas por TICs.

Contudo, a agência de seus usuários também encontra limites nesses espaços digitais, à medida que a plataforma enfrenta desafios relacionados às dinâmicas de vigilância e controle que não afetam apenas grupos específicos, mas sim uma ampla massa de usuários que fazem uso da plataforma, consolidada como um meio de comunicação amplamente difundido. Neste caso Elon Musk, como ator social central, e a *X Corp*, parte de um conglomerado controlado por ele desde a compra do Twitter e sua renomeação para X em 2023, desempenham um papel fundamental na agência e no controle do conteúdo produzido e circulado nesse espaço digital.

No contexto brasileiro um caso atual chama a atenção entre essas dinâmicas de controle e o contexto político do país quando em 2024 Elon Musk teve um embate com o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, mais especificamente com o ministro Alexandre de Moraes. Esse confronto se concentrou na recusa da X em cumprir ordens judiciais para bloquear contas que estavam sendo investigadas por disseminação de desinformação, principalmente ligadas a redes de extrema direita e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. O STF também exigiu que a empresa

nomeasse um representante legal no Brasil, algo que a plataforma inicialmente resistiu a fazer⁵².

Elon Musk, defensor declarado da liberdade de expressão, classificou essas ações como censura, chegando a chamar o ministro Alexandre de Moraes de inimigo da liberdade de expressão. No entanto, após meses de resistência, em agosto de 2024, a plataforma foi temporariamente bloqueada no Brasil. Fato este que inclusive limitou o trabalho de campo virtual apresentado mais adiante nesta pesquisa durante alguns meses. Esta reversão por parte de Musk pode ter sido influenciada por uma perda significativa de usuários no Brasil para plataformas concorrentes, como *Threads* e *BlueSky*. Sob pressão, a X acabou por ceder, bloqueando as contas solicitadas, nomeando um representante legal e pagando multas acumuladas.

Este fato reflete uma dinâmica mais ampla em sua perspectiva de controle agora através da plataforma X enquanto palco de uma organização política em rede no Brasil, criando um ambiente em que as decisões privadas influenciam diretamente a esfera pública e o debate político. Ao pensarmos este processo enquanto uma rede tecnopolítica da extrema direita nos aproximamos da ideia do controle pois na prática é uma ação que transcende, que vem de cima para baixo, oriunda dos donos das redes e atores hegemônicos para impor sua dominação sobre grupos sociais tido como mais ignorantes, fatos que mostram seu caráter opressor na restrição do potencial das mídias digitais em promover um debate público verdadeiro e igualitário (EGLER e PEREIRA, 2024).

Segundo Egler, Kraus e Costa (2020) a acessibilidade e a conectividade à informação e a comunicação ampliaram a possibilidade de participação política, abrindo espaço para que grupos sociais viessem a constituir o objeto privilegiado da desinformação (EGLER E et al. ,2020). Elon, com todo o poder político que tem exercido atualmente, representa um ator social representante de um movimento perigoso ao expressar e endossar uma ideologia fundamentada na violência contra grupos específicos e totalmente contrária aos direitos humanos. Isso fortalece o discurso de ódio e o poder das *big techs* nas narrativas sociais, pois a forma como os conteúdos e a desinformação circulam nas redes têm impactado o imaginário social.

⁵² <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyed1zpxlwo>. Acesso em 19 de janeiro de 2025.

O espaço digital neste contexto digitaliza as relações sociais, o que redefine a hegemonia do poder que os grupos dominantes exercem sobre a sociedade, onde interesses voltados para a implantação de uma estrutura de valores de extrema direita a sua ação política na ampliação do seu poder transcende os estados e nações passando a atuar nele com intuito de estabelecer seu poder em escala global (EGLER E et al. ,2020), caracterizando a concentração de poder nas mãos de poucas corporações que determinam o fluxo de informações, moldam opiniões e influenciam decisões políticas e sociais.

Isso nos permite analisar mais uma vez o quanto este tipo de TIC também não é neutra pois também apresentam interfaces de controle regidas a partir do seu uso e finalidade. Neste contexto que emerge da divisão global do trabalho e da tecnologia, países do centro acumulam o monopólio dos avanços técnicos enquanto relega às periferias o papel de meros receptores (PINTO, 2005). A globalização é vendida como fábula, mas sua prática é perversa, pois beneficia poucos e prejudica muitos.

Atualmente vivemos a globalização 4.0 tida como uma expressão avançada desse meio técnico-científico-informacional, com a digitalização e a inteligência artificial acelerando a circulação de informações e o controle dos fluxos econômicos. A informação e a técnica reorganizam o espaço geográfico na era da globalização, onde a instantaneidade das comunicações e a interconectividade global moldam novas formas de produção e consumo e também redefinem as relações de poder e aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais (SANTOS, 1996).

No contexto do Brasil, movimentos que começam a aparecer de baixo para cima em uma natureza imanente (EGLER e PEREIRA, 2024) apontam para um cenário em que as Big Techs estão tentando sabotar iniciativas brasileiras que buscam desenvolver uma infraestrutura digital própria. Assim a *descolonização* das redes aponta caminhos de reestruturação das plataformas digitais na redução do

controle das grandes corporações e do Estado, promovendo um espaço digital mais aberto e democrático (FUCHS, 2016)⁵³.

Esta seção compõe um plano de fundo para a articulação política democrática via redes sociais na sociedade contemporânea na concentração do poder de decisão em algumas poucas corporações, que podem determinar as regras do discurso público. Compreender esse contexto é, portanto, fundamental para situar e perceber limites, mas possibilidades para a existência de uma tecnopolítica de resistência de atores abordados na última seção desta dissertação.

4.2 Ora controle ora democracia

Assim como a importância de entendermos os limites e desafios encontrados com o uso dessas plataformas na contemporaneidade, como apresentado na seção anterior, é necessário perceber a capacidade como a sociedade tem se apropriado delas, especialmente no que diz respeito ao seu uso enquanto meios de reivindicação política e resistência a poderes hegemônicos.

Preciado (2014) ao desafiar a ideia de que as tecnologias são apenas instrumentos de controle e opressão, demonstra que a articulação entre tecnologia e resistência é desenvolvida a partir da noção de que toda tecnologia repressiva carrega um potencial latente de subversão e reapropriação. Isso significa que as mesmas ferramentas usadas para impor normas e exercer controle por determinados atores podem ser reconfiguradas para desafiar essas estruturas de poder, criando novas formas de identidade e resistência política (PRECIADO, 2014). Em outras palavras, em uma sociedade digital e da informação *“pau que dá em chico dá em Francisco”*, ora controle e ora democracia.

⁵³ Especialistas assinaram uma carta onde defendem que o Brasil deve ter autonomia para criar suas próprias políticas digitais, sem interferência dessas grandes corporações. Essas iniciativas são importantes porque, ao depender dessas empresas estrangeiras, o Brasil perde controle sobre dados sensíveis e a forma como esses serviços são geridos. Em carta eles também pedem que a ONU e outros países apoiem o Brasil em sua busca por soberania dos direitos digitais, argumentando que é um problema global e que outros países podem enfrentar situações semelhantes se as Big Techs continuarem a expandir seu poder.

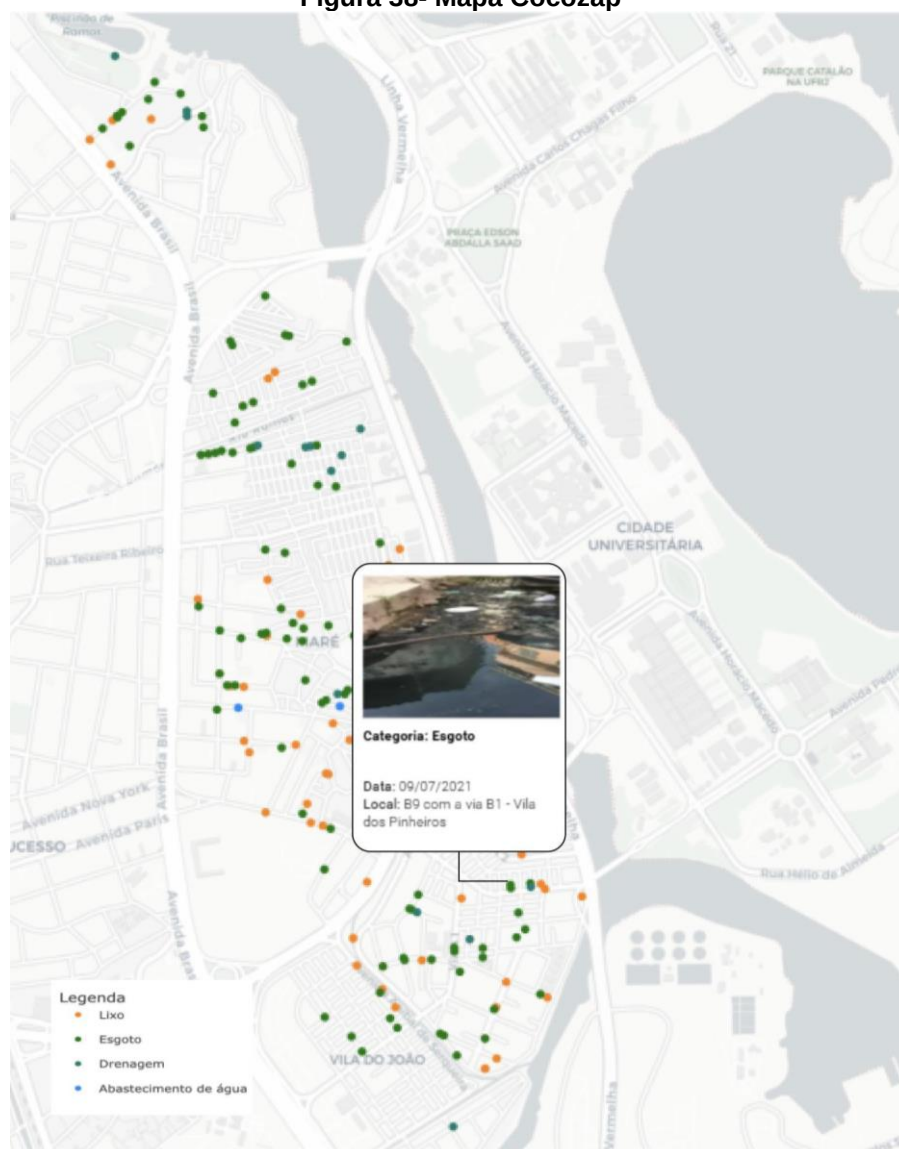
Nesse contexto, o Cocôzap⁵⁴, desenvolvido pelo Data_Labe, oferece um relevante exemplo para o enquadramento deste capítulo, ao demonstrar como a mediação tecnológica pode ser mobilizada como ferramenta de articulação política, especialmente por moradores de favelas no contexto do Rio de Janeiro.

Partindo da criação de um número de celular responsável por receber fotos, vídeos e narrativas, o projeto possibilita que moradores das favelas da Maré possam denunciar problemas de saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo por meio do WhatsApp. Com o material recebido pelo canal de denúncia é possível construir diagnósticos complementares aos indicadores utilizados como oficiais se traduzindo em mapas que geram uma espacialização de pontos que ilustram os desafios de um cotidiano de desigualdades em termos de acesso a serviços públicos. Na figura 38 podemos observar uma denúncia da categoria esgoto realizada em 9 de julho de 2021 na vila dos pinheiros que faz parte da divisão conhecida como Maré da Linha, que agrupa as comunidades localizadas ao longo da Linha Vermelha.

No âmbito da produção de dados sobre a realidade das favelas, o Cocôzap não apenas visibiliza reivindicações historicamente negligenciadas, como também abre possibilidades de engajamento para grupos marginalizados. O uso de TICs oferece um diálogo em rede que fortalece a voz coletiva nestes territórios e “resguardam uma potência para o surgimento do que seria uma dimensão digitalizada da esfera pública” (FONTENELLE, 2017 p. 59).

⁵⁴ O Cocôzap é um projeto de mapeamento, incidência e participação cidadã sobre saneamento básico em favelas que funciona desde 2018. A equipe do projeto (dataLab), em parceria com a Casa Fluminense e a Redes de Desenvolvimento da Maré, trabalha diretamente com as favelas da Maré, um bairro com 140 mil habitantes da Zona Norte da capital fluminense. A expectativa é de que o debate impulsionado pelo CocôZap sirva como pressão por políticas e soluções mais legítimas, baseadas em evidências fornecidas por quem vive os dados mais extremos no dia-a-dia do próprio território. Fonte: <https://datalabe.org/cocozap/> (Acesso em 20 de fevereiro de 2025)

Figura 38- Mapa Cocôzap



Fonte: Cocôzap, 2020

Disponível em: <https://datalabe.org/mapas/>

Ao argumentar que as TICs oferecem um espaço alternativo de aparição que tem o potencial de subverter as limitações espaciais e estruturais impostas a grupos sociais excluídos do debate público, Fontenelle (2016) estabelece uma relação com o conceito de “espaços de aparição” proposto por Hannah Arendt (2005). Segundo Arendt (2005), esses espaços não se limitam a um lugar físico, mas constituem um fenômeno que ocorre sempre que as pessoas se reúnem e interagem de maneira livre e igualitária, possibilitando a ação coletiva e o debate público. Para Arendt, os espaços de aparição são fundamentais para a prática da liberdade e para a construção de uma esfera pública genuína, pois é neles que o poder político é criado por meio da ação e da fala conjunta (2005 ARENDT, apud FONTENELE, 2016, p. 60).

Embora os contextos históricos sejam distintos, Fontenelle (2016) reinterpreta a relação das TICs com a sociedade contemporânea ao resgatar a noção de espaços de aparição argumentando as TICs criam modalidades de articulação política que emergem a partir de uma esfera pública digital desestabilizando a conformação tradicional da esfera pública proposta por Arendt (FONTENELE, 2016, p. 59). Essa abordagem permite compreender como os ambientes digitais têm relevância nas formas de participação política, ampliando as possibilidades de aparição pública para aqueles muitas vezes invisibilizados nos espaços hegemônicos de debate.

Com base nisso, busca-se expandir a compreensão sobre a esfera pública digital, analisando-a sob a perspectiva da tecnopolítica. Conforme discutido no capítulo anterior, a tecnopolítica entende o potencial da tecnologia como dependente de sua relação com um sistema composto por objetos, atores e usos. Nesse sentido, a tecnologia, por si só, não define a tecnopolítica; ao contrário, é sua função, determinada pelos usos sociais, que orienta a criação de práticas e subjetividades por atores envolvidos. Essa abordagem evita uma visão da tecnologia como exclusivamente opressiva, mas sim olhando para as práticas e efeitos. Com essa fundamentação, este capítulo tem como objetivo final realizar uma análise tecnopolítica olhando para práticas de resistência. Isso nos apresenta um cenário que tem elucidado um contraponto às lógicas e os circuitos desse modo de planejar que o Programa Cidade Integrada nos revelou no Capítulo 3.

4.3 Nas margens do controle, há resistência!

A crítica ao caráter impositivo do Programa Cidade Integrada na favela do Jacarezinho — fundamentada na ausência de participação popular e na predominância de uma perspectiva governamental e hegemônica, marcada por discursos e práticas militarizadas, bem como pela articulação entre militarização e políticas tecnológicas de vigilância — motivou, neste capítulo, uma investigação mais aprofundada sobre como o programa foi visto por atores que emergiram do próprio território.

Ao longo do processo de pesquisa, observou-se a articulação de diversos atores que se posicionavam contra o Programa Cidade Integrada, criticando suas estratégias de segurança. Entre esses atores, destacam-se os próprios moradores da

favela ou ainda atores que, de alguma forma, estiveram envolvidos na mobilização para defender perspectivas alternativas à narrativa governamental.

Assim a o X, anteriormente conhecido como Twitter, destacou-se como uma rede social usada por estes atores que se mobilizaram através de postagens nos próprios perfis para construir discursos alternativos e mobilizar resistências. Essa rede contra-hegemônica foi se consolidando, configurando um contraponto significativo às redes de atores governamentais e evidenciando disputas em torno do controle e da representação do território. Dessa forma, busca-se compreender como a emergência dessas interações e postagens na esfera pública digitalizada se aproxima de uma articulação política de contrapoder mediada por tecnologias e de que maneira esse fenômeno pode ser interpretado como uma tecnopolítica de resistência ao programa.

No Brasil, o X figura entre as redes sociais mais utilizadas, com mais de 21 milhões de usuários, reforçando seu papel como ferramenta essencial para comunicação e interação sobre assuntos atuais⁵⁵. Uma característica própria desta rede social é a de permitir a troca de informações e mobilização de ações coletivas de maneira instantânea com interações em tempo real.

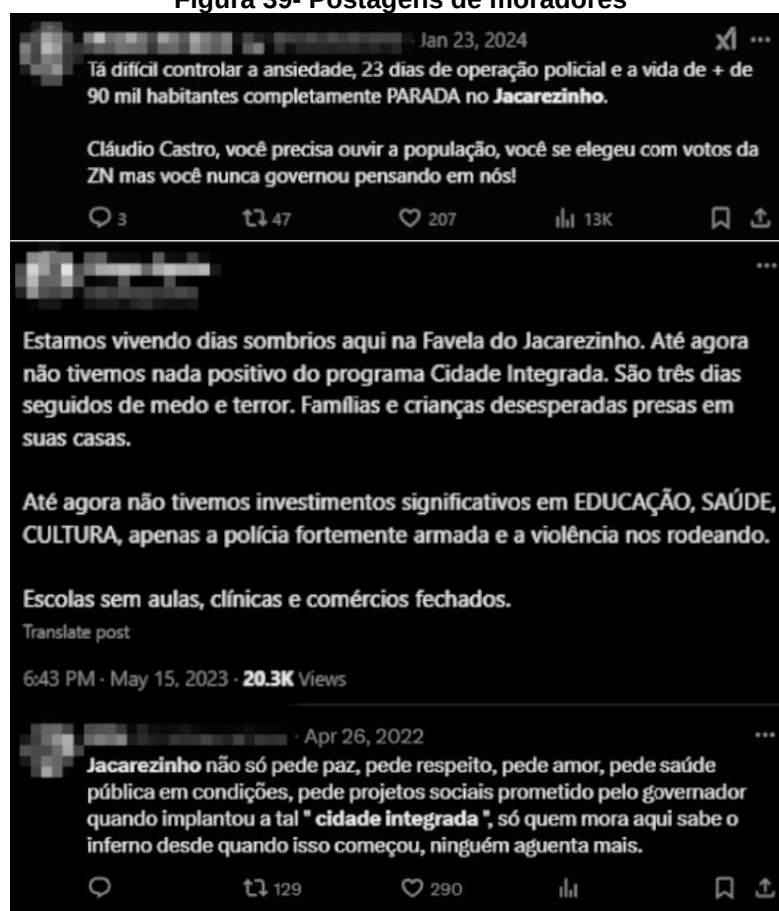
Estabelecemos alguns critérios fundamentais de escolha para a coleta de dados. Primeiramente focamos em postagens feitas no período de tempo de anúncio e implementação do programa (2021 e 2022). Algumas postagens subsequentes ao ano de 2021 e 2022 nos mantiveram atualizados após implementação do programa. O encontro dessas postagens se deu com o uso de filtros de data como também o uso de hashtags e palavras chave. Foram selecionados atores que possuíam alguma relação com o programa, seja a partir de uma perspectiva de resistência, seja por sua própria vivência na favela, contribuindo para a construção de um cenário mais próximo da realidade daqueles que não foram ouvidos durante a construção do programa. Além disso, foram considerados ativistas e figuras públicas que se mobilizaram em defesa do território diante das estratégias do programa. Com alguns desses atores, estabeleceu-se uma aproximação mais direta por meio de entrevistas, visando

⁵⁵ https://www.revistaeste.com/tecnologia/21-milhoes-de-brasileiros-usam-o-twitter/?utm_source=chatgpt.com (Acesso em 10 de fevereiro de 2025)

compreender de forma mais aprofundada seus processos reivindicatórios mediados pela rede social.

As postagens apresentadas na figura 39 representam discursos e narrativas de moradores da favela. Em contraste com a narrativa governamental, que enfatizava a segurança e o desenvolvimento, os relatos destacam a militarização do território, a paralisação da vida cotidiana e a ausência de investimentos em áreas fundamentais, como saúde, educação e cultura. Expressões como “23 dias de operação policial e a vida de + de 90 mil habitantes completamente PARADA” e “São três dias seguidos de medo e terror” revelam o impacto direto das ações policiais na favela, enquanto a reivindicação por serviços e infraestrutura básicos reforça a crítica à falta de melhorias prometidas pelo programa.

Figura 39- Postagens de moradores





Fonte: <https://x.com/Autores omitidos para preservar anonimato>

Foi realizada entrevista com um dos moradores que mais apresentou postagens envolvendo a realidade conflituosa do Jacarezinho e a atuação do programa. O morador, que pediu para ter seu nome resguardado, se identifica como “do Jacarezinho e ativista social na favela”, representando uma importante liderança ligada à associação de moradores do bairro. Ele fala que a articulação no X, sobretudo durante o programa (momento em que se exacerbou a violência), foi importante para trazer as narrativas dos moradores através da associação, em que ele pôde se colocar como figura que representava boa parte dos moradores. Além disso, ele observou que suas postagens também chegavam a vários outros atores e perfis, que republicavam e ampliavam a repercussão através de compartilhamentos.

Ao compreender meu envolvimento com o tema da tecnologia, ele não hesitou em trazer a importância de um aplicativo que mostra os tiroteios na favela, informando os moradores sobre situações de risco que, muitas vezes, os pegavam de surpresa. O aplicativo OTT (Onde Tem Tiroteio)⁵⁶ informava os locais a serem evitados e

⁵⁶ <https://mittechreview.com.br/os-aplicativos-que-protegem-os-residentes-do-rio-de-janeiro-de-balas-perdidas/> (Acesso em 19 de fevereiro de 2025)

também colocava pressão política sobre as autoridades. O Jacarezinho já esteve muitas vezes anunciado no aplicativo, alertando qual local da favela deveria ser evitado pelos moradores devido ao perigo de mortes de inocentes.

Na figura 40 observa-se uma forte narrativa de cobrança direta ao governador Cláudio Castro. A interrogação direta ao governador, questiona o propósito do programa e cobra respostas, reforçando o caráter contestatório dessas publicações.

Figura 40- Moradores cobram respostas de atores governamentais como Claudio Castro através das postagens



Fonte: <https://x.com/>

Autores omitidos para preservar anonimato

A figura 41 nos aproxima ainda mais dos problemas do território através do uso de vídeos que representam o protagonismo dos moradores em manifestações públicas contra o aumento dos conflitos pós cidade integrada. Houveram algumas mobilizações e protestos na própria favela contra a invasão do programa.

Figura 41 - Postagens de moradores com utilização de fotos e vídeos



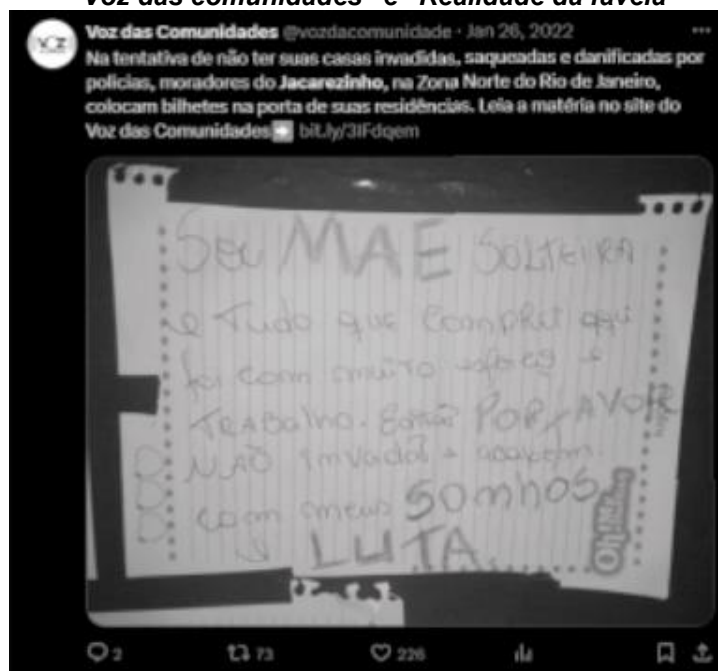
Fonte: <https://x.com/>
Autores omitidos para preservar anonimato

Na esteira de preocupação com as repercussões do programa no território, grupos articulados e suas páginas no X surgem também como importantes atores na enunciação de narrativas que ecoam os processos invasivos e incoerentes do Programa Cidade Integrada. O Voz das Comunidades é uma ONG fundada em 2009 que atua nas áreas de impacto social e jornalismo comunitário. A iniciativa surgiu com o propósito de dar visibilidade às favelas, rompendo com a narrativa estigmatizada frequentemente associada a esses territórios. Sua atuação na plataforma X tem sido fundamental para ampliar a visibilidade da realidade das favelas, especialmente no

contexto do Jacarezinho após a implementação do Programa Cidade Integrada, sendo um aspecto relevante para esta investigação.

Na figura 42 observamos uma postagem do perfil Voz das comunidades (@vozdacomunidade) que compartilha uma foto em que uma moradora, ao aplicar cartazes na porta da sua casa, revela sua própria realidade e experiência: “Sou mãe solteira e tudo que comprei aqui foi com muito esforço e trabalho, então por favor não invada e acaba com meus sonhos e luta”. Esta postagem nos mostra como muitos inocentes foram frequentemente atingidos por práticas repressivas durante a atuação do programa.

**Figura 42 - Apoio de páginas de movimentos sociais
“Voz das comunidades” e “Realidade da favela”**



Fonte: <https://x.com/>

Autor: Voz das comunidades (@vozdacomunidade)

A página do Voz das comunidades (@vozdacomunidade) também se destacou como um importante meio de divulgação via X referente a manifestações contra a violência no Jacarezinho, mobilizadas pelos próprios moradores, que passaram a acontecer no espaço público da favela contra (figura 43).

**Figura 43 - Apoio de páginas de movimentos sociais
“Voz das comunidades” e “Realidade da favela”**



Fonte: <https://x.com/>

Autores: Voz das comunidades (@vozdacomunidade)
Realidade da favela (@realidadedafvll)

Estas postagens revelam uma relação intrínseca entre as experiências vividas no território do Jacarezinho e as formas de enunciação e articulação digital dos moradores diante das intervenções promovidas pelo Programa Cidade Integrada. O teor das publicações evidencia que as redes sociais ao documentar as experiências vividas e reivindicações políticas da favela também apresentam uma relação direta com as experiências materializadas no próprio território, como as manifestações de rua. Essa dinâmica reforça a perspectiva de Egler e Pereira (2024, p. 3), ao demonstrar como a esfera digital não está dissociada do espaço físico. A configuração de um espaço híbrido digital articula o espaço construído, vital, ao espaço digital, virtual e condensa vitalidades e virtualidades (EGLER e PEREIRA, 2024 p. 3) em um processo contínuo na produção de sentidos e resistência.

Podemos observar como essas plataformas possibilitam a atuação de atores externos, que, sensibilizados pela realidade do Jacarezinho, começam a se manifestar e interagir com os acontecimentos no território (figura 44). Exemplos de figuras

importantes nesse contexto são Tainá de Paula, arquiteta, urbanista e ativista urbana, reeleita vereadora pelo PT na cidade do Rio de Janeiro, e Cecília Oliveira, jornalista investigativa brasileira especializada em segurança pública. Ambas podem ser compreendidas como figuras-chave através de suas postagens de denúncia e enfrentamento das estruturas de poder associadas ao Programa Cidade Integrada.

Por meio de imagens divulgadas pelos próprios moradores, elas expõem o impacto das invasões policiais em residências, evidenciando a destruição e o desrespeito aos direitos dos moradores. As fotografias mostram cenas de casas reviradas e bens pessoais violados, reforçando o caráter violento do Programa Cidade Integrada. Enquanto Tainá de Paula enfatiza a política de medo imposta pelo governo estadual, Cecília Oliveira critica a repetição de estratégias fracassadas, como as UPPs. Assim, essas figuras públicas que não necessariamente se apresentam como moradores também mobilizam discursos de resistência e contestação, utilizando as redes sociais para amplificar as vozes dos moradores e questionar a estrutura de poder subjacente às operações policiais no território.

Figura 44- Apoio de ativistas e figuras públicas





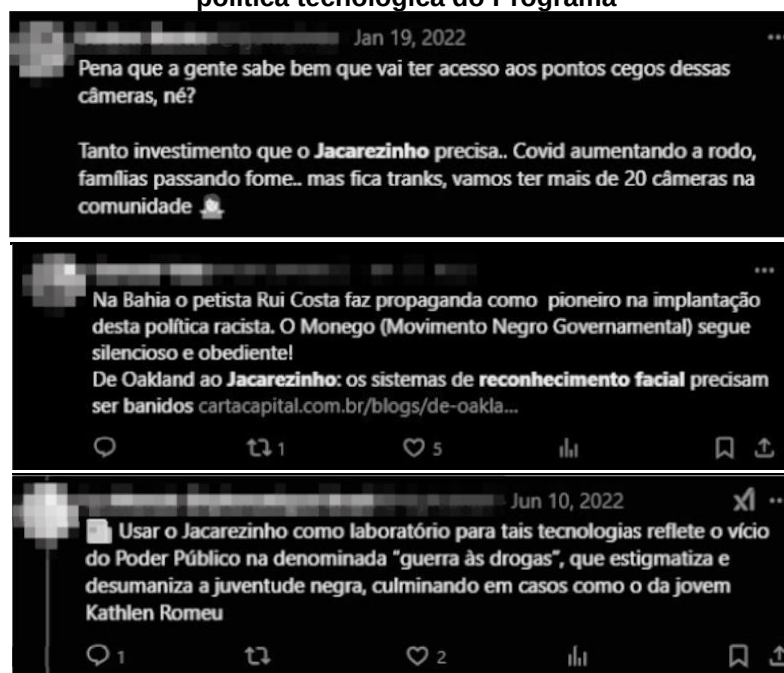
Fonte: <https://x.com/>
Autores: Tainá de Paula (@tainadepaula.arj),
Cecilia Oliveira (@cecillia)
Voz das comunidades (@vozdacomunidade)

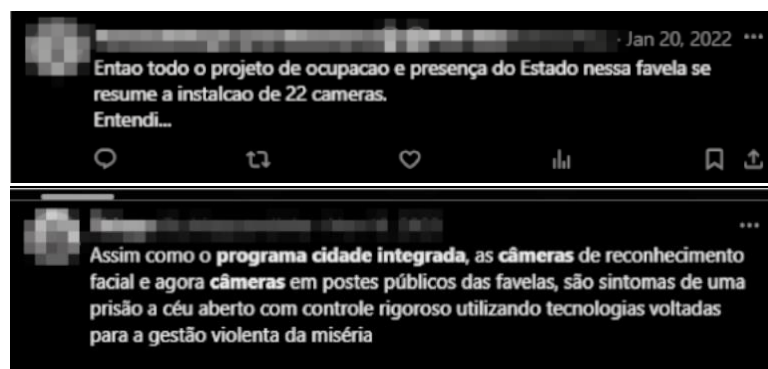
Ao mesmo tempo, a política tecnológica também foi criticada por atores que se mostram insatisfeitos com a estratégia proposta pelo programa através do uso de TRF. Na figura 45, as postagens evidenciam a insatisfação e a crítica de moradores em relação à proposta do uso de tecnologias de vigilância no Jacarezinho na época do seu anúncio. A instalação de câmeras e sistemas de reconhecimento facial é interpretada como um mecanismo de controle estatal sobre a favela, reforçando desigualdades e práticas de repressão. Um dos tweets destaca que "usar o Jacarezinho como laboratório para tais tecnologias" perpetua a criminalização da juventude negra, enquanto outro ironiza o fato de que, diante das urgências sociais

da comunidade, o investimento estatal se resume à instalação de câmeras. Assim, essas narrativas apontam para um cenário que resiste a uma política tecnológica que não se traduziria em melhorias efetivas para a população, mas sim em um reforço ainda maior da vigilância e do controle do estado por agentes policiais, afetando a população como um todo.

Ao mesmo tempo, outra narrativa diz *“Então o projeto de ocupação e presença do Estado na favela se resume à instalação de 22 câmeras”*. Este trecho demonstra que a insatisfação expressa no comentário reflete tanto o caráter impositivo da medida – anunciada sem participação popular – quanto a ausência de transparência sobre sua efetividade. A surpresa gerada pelo anúncio das câmeras evidencia como a comunidade não foi consultada, reforçando a ideia de que essas tecnologias são impostas de cima para baixo, sem diálogo com quem vive no território. Além disso, a falta de documentos e dados concretos que comprovem a eficácia desses sistemas na redução da criminalidade ou na melhoria da segurança pública contribui para a desconfiança popular. Esse cenário revela não apenas uma resistência ao monitoramento, mas também a incerteza sobre seus verdadeiros impactos, reforçando a noção de que essas tecnologias não atendem às necessidades reais da favela.

Figura 45- Críticas quanto às TRF enquanto política tecnológica do Programa





Fonte: <https://x.com/>
Autores omitidos para preservar anonimato

Por fim, destaca-se a presença de movimentos contrários ao uso do reconhecimento facial (TRF) em espaços públicos, que também possuem perfis na plataforma X. Esses movimentos foram identificados por meio de postagens localizadas através da busca por hashtags como *#reconhecimentofacial* e *#Jacarezinho*. O uso dessas hashtags não apenas permitiu encontrar essas postagens, mas também evidenciou uma relação algorítmica importante, na medida em que os próprios mecanismos da plataforma conectaram debates sobre o reconhecimento facial ao contexto do Jacarezinho. Essa conexão algorítmica revela como o que vinha acontecendo no Jacarezinho não apenas ampliou o debate, mas também articulou atores do campo científico também em oposição ao uso dessa tecnologia no território.

Na figura 46 o movimento intitulado *“Tire o rosto da sua mira”*, uma mobilização da sociedade civil pelo banimento total do uso das tecnologias digitais de Reconhecimento Facial na Segurança Pública no Brasil, sugere avanços significativos no combate aos abusos provocados por essas tecnologias. Na figura 27 o perfil do projeto O Panóptico, vinculado ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec) divulga seu estudo envolvendo o Cidade Integrada.

**Figura 46- Resistência às TRF nas redes
(Perfil “Tire meu rosto da sua mira”)**



Fonte: <https://x.com/>

Autores: Movimento Tire meu rosto da sua mira (@meurostonaobr)

**Figura 46- Resistência às TRF nas redes
(Perfil “O panótico”)**



Fonte: <https://x.com/>

Autor:

Perfil o Panótico: monitor do reconhecimento facial no Brasil (@opanoticobr)

Diversos países do mundo já têm levantado movimentos de banimentos do uso de TRF em espaços públicos⁵⁷ dado os movimentos sociais se e dados eficazes que não colocam essa tecnologia como eficiente na segurança dos espaços mas sim como propagadora de discriminação racial. O Brasil se mostra na contramão do movimento internacional, fazendo propostas e investimentos robustos em projetos de reconhecimento facial. O banimento desse tipo de tecnologia garante a não-utilização de um recurso que atualiza o viés racista do Estado, especialmente da segurança pública, baseado em prerrogativas falsas de evolução tecnológica ou de ampliação da segurança, mas que, em verdade, corresponde a um sistema repleto de falhas e

⁵⁷ São Francisco foi a primeira cidade estadunidense a banir o uso de reconhecimento facial por agentes de segurança pública e policiais, em maio de 2019. Segundo os legisladores, o reconhecimento facial poderia exacerbar a injustiça social e ameaçar a possibilidade de uma vida sem vigilância governamental. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/de-oakland-ao-jacarezinho-os-sistemas-de-reconhecimento-facial-precisam-ser-banidos/> Acesso em 10 de janeiro de 2025

incoerências. Por isso salienta-se o necessário o fomento ao debate sobre os diversos problemas causados pelo reconhecimento, a fim de estabelecer uma consciência na população acerca do caráter perigoso, racista e vigilantista desses sistemas.

O estágio final desta investigação iluminou dados que revelam como a apropriação tecnológica da plataforma X por determinados atores envolvidos no debate sobre o Programa Cidade Integrada pode ser vista como uma ferramenta estratégica de articulação política em oposição às práticas adotadas pelo programa.

Esse movimento configura uma esfera pública digitalizada, na qual questões coletivas do território são discutidas e ressignificadas, consolidando-se como um elemento fundamental da vida política desses atores. Através de narrativas de denúncia mediadas por tecnologia, essa dinâmica não apenas amplia a visibilidade das reivindicações locais, mas também fomenta a construção de um espaço público e democrático, no qual a defesa do bem comum e a contestação das estruturas de poder ocorrem por meio da mediação tecnológica.

O poder na sociedade em rede está ligado à capacidade de programar e conectar redes, ou seja, aqueles que controlam a estrutura das redes digitais (como governos e grandes corporações) exercem um papel fundamental na definição dos discursos e das interações sociais. No entanto, esse poder não é absoluto, pois há a possibilidade de resistência através do que ele chama de *contrapoder*, que busca reprogramar essas redes e alterar sua configuração simbólica, ou até mesmo romper conexões que sustentam o poder dominante (CASTELLS, 2015).

Dessa forma, buscamos demonstrar que, embora esses atores estejam submetidos a lógicas de controle externas e altamente distribuídas pelas plataformas – afetando qualquer usuário em escala global e limitando seu domínio total sobre a rede social –, eles ainda assim existem e utilizam esse espaço digital como ferramentas em torno do bem comum. Esse processo amplia as vozes comunitárias, fomenta a opinião pública e questiona as estratégias estatais de vigilância e controle. Nesse sentido, a plataforma em si não pode ser considerada uma tecnopolítica de resistência, mas seu uso e apropriação por determinados atores sociais possibilitam a compreensão desse fenômeno sob a ótica de uma tecnopolítica de resistência.

A plataforma X aproximou atores dos reais fatos que estavam acontecendo na favela dando visibilidade ao caráter invasivo do programa. Enquanto o espaço público físico da favela era impactado pelo cenário violento pela ocupação do programa, a esfera pública digitalizada permitia que atores encontrassem novas maneiras de exercer seus direitos e resistir ao poder estatal, apresentando iniciativas que têm contestado a militarização urbana. Esse argumento fica especificamente claro ao se levar em consideração as postagens no X em paralelo com as marcas que o programa deixou no território a partir daqueles que sentiram na pele e ficaram nas margens do controle e que antes não foram ouvidos, e que tiveram poucos espaços de participação com o programa.

Estas postagens e interações passam a nos apresentar um grupo de atores que não apenas se distanciam daquela narrativa governamental própria da tecnopolítica de controle, mas também como a percebem, respondem e a denunciam, evidenciando a disputa tecnopolítica entre controle e resistência no território. A contra-narrativa configura-se então como uma resposta direta à visão governamental onde a valorização da vontade coletiva e do bem comum está em detrimento da vontade individual (EGLER e PEREIRA, 2024, p. 12).

Assim a tecnopolítica nos mostra como determinados atores se envolvem nos processos políticos também através da rede social. Por meio do X, as críticas ao controle estatal se disseminaram, permitindo que as reivindicações locais ultrapassassem os limites da comunidade e ganhassem um público mais amplo. Essas práticas digitais não só ampliaram a visibilidade das lutas locais, mas também ajudaram a criar espaços de contestação, onde vozes que antes eram silenciadas pelo controle sobre o território passaram a se articular de maneira mais ativa e livre.

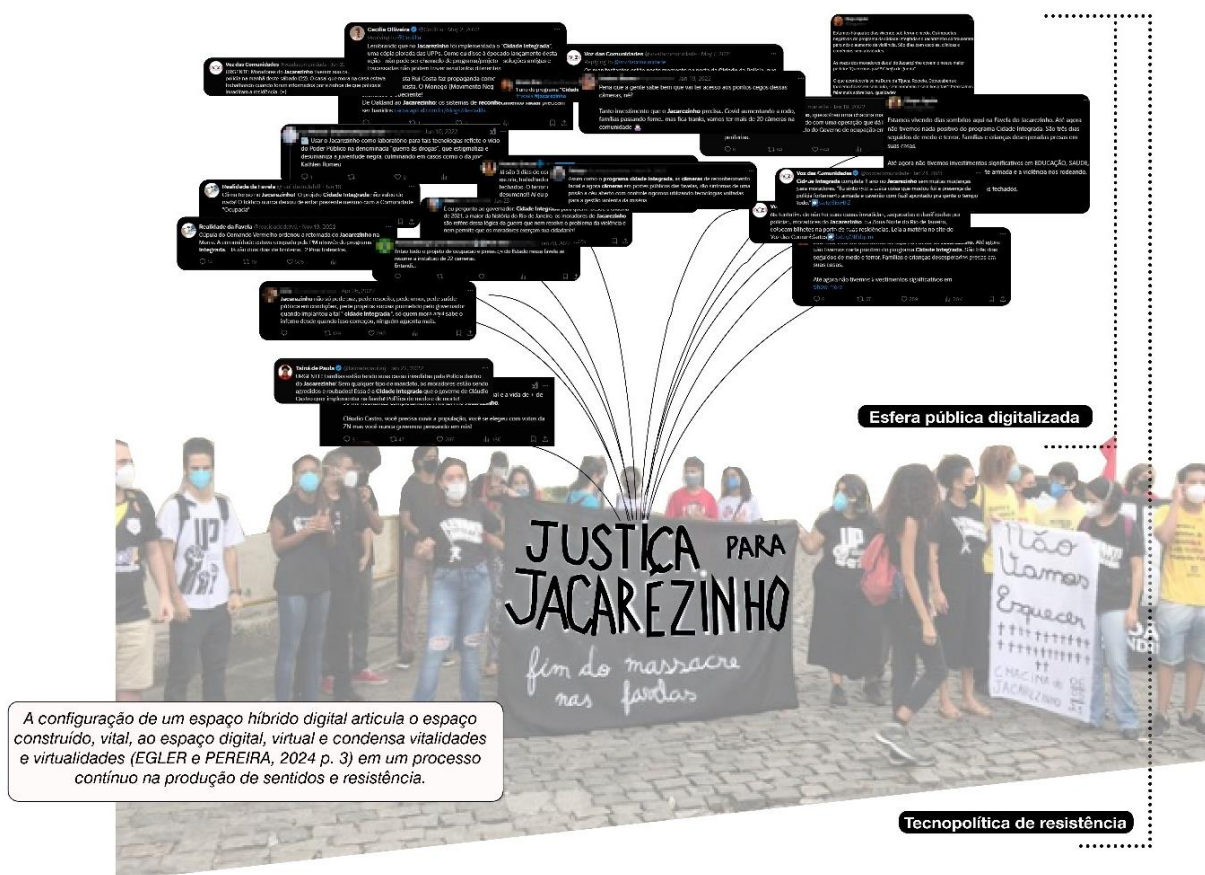
A apropriação tecnológica transforma o uso da plataforma, que passa a desempenhar um papel central na articulação e enunciação de atores contrários às estratégias do programa, permitindo a interação em rede entre agentes resistentes. Assim é possível identificar um potencial transformador da plataforma X que passa a se manifestar por meio do uso e apropriação desta plataforma na enunciação de narrativas que ecoam os processos invasivos e incoerentes frente as práticas da tecnopolítica de controle e da ação do Programa Cidade Integrada. A tecnopolítica de resistência emerge quando direcionamos nosso olhar para os discursos de

contrapoder, os quais se configuram como formas de expressão e de ação democrática (EGLER e PEREIRA, 2024), transformando o X em um canal de resistência e oposição. A existência dessas narrativas na esfera pública digitalizada transcende um campo de interações meramente sociais de comunicação contribuindo para reivindicações políticas que adentram um campo de decisões sobre a vida coletiva contribuindo para uma expressão tecnopolítica de resistência.

Dessa forma, neste capítulo, a tecnopolítica é compreendida sobretudo como um movimento de resistência em torno do programa, e não como uma iniciativa com alto poder de subversão da própria tecnologia enquanto rede social. As narrativas de resistência evidenciam como a realidade de precariedade, conflitos e a presença restritiva do Estado – manifestada quase exclusivamente por meio da atuação policial – é enunciada nas postagens feitas por atores resistentes. Apesar desse cenário adverso, emergem narrativas de resistência que enfatizam a importância de reconhecer o poder imanente das redes sociais em benefício do bem comum (EGLER e PEREIRA, 2024). Ou seja, o poder das narrativas que surgem de baixo para cima e que, mesmo diante das limitações estruturais, conseguem mobilizar e impactar o território.

O Cidade integrada no Jacarezinho, epicentro das recentes intervenções, ilustra de forma paradigmática um importante embate: de um lado, a ocupação ostensiva e a imposição de controle estatal através de técnicas de controle; de outro, observa-se resistência e mobilização de moradores e ativistas que passam a contestar o programa (Figura 47). Pensar o tema da tecnologia e do controle a partir da América Latina naturalmente implica pensar desde a margem, entendida menos como região periférica do que como região limiar, ora dentro e ora fora dos agenciamentos que constituem os grandes vetores (BRUNO, Fernanda, et.al, 2018). Ou seja, ora em consonância ora em desacordo com a agenda crítica.

Figura 46- Diagrama Tecnopolítica de resistência no Jacarezinho



Fonte: Autor, 2025

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação analisou o Programa Cidade Integrada no Jacarezinho como uma expressão da tecnopolítica de controle sobre o território e, simultaneamente, como um catalisador para o surgimento de uma tecnopolítica de resistência. A implementação do programa revela como as técnicas de vigilância e controle promovidas pelo Estado, justificadas pelo discurso de segurança pública, interagem de forma complexa com as manifestações de resistência territorial. O estudo demonstra que as práticas de monitoramento e policiamento, longe de constituírem um fenômeno isolado, inserem-se em um histórico de violência e marginalização das favelas cariocas, consolidando a lógica de controle e repressão estatal.

A pesquisa evidenciou que o Programa Cidade Integrada reforça uma dinâmica de militarização urbana, combinando a presença ostensiva de forças policiais com o uso de tecnologias de vigilância, como o reconhecimento facial e sistemas de videomonitoramento. A adoção dessas tecnologias insere-se em um contexto político mais amplo, no qual a inovação tecnológica é instrumentalizada para fortalecer práticas de controle estatal sobre territórios marginalizados através do discurso determinista que vê a partir da objetividade da técnica um potencial para vencer os problemas de segurança pública. Nesse sentido, a tecnopolítica de controle se manifesta através da apropriação das tecnologias por atores governamentais para implementar estratégias de policiamento que longe de oferecerem pontos positivos ao território nos mostram diversos desdobramento sociais e políticos que vão além da visão inovadora e técnica.

Ao adotar a tecnopolítica como referencial analítico, a dissertação argumenta que as tecnologias não são neutras, mas constituem ferramentas políticas que moldam relações de poder e consolidam uma governamentalidade autoritária. O estudo evidencia que não é a tecnologia em si que define o caráter da tecnopolítica, mas sim os atores que a mobilizam e os discursos que legitimam sua aplicação. Assim, a tecnopolítica de controle se sustenta na articulação entre inovação digital e militarização, embasada em discursos deterministas que propagam a ideia de eficiência e modernização da segurança pública, mas não olham para os custos sociais envolvidos.

Contudo, a pesquisa também demonstrou que esse modelo de segurança imposto de cima para baixo e sem participação popular gera contradições e resistências. A resposta que emerge a partir do território evidencia a existência de uma tecnopolítica de resistência, na qual atores, através da mediação tecnológica de redes sociais, denunciam abusos e amplificam as vozes ao criar narrativas alternativas e disputarem o controle simbólico e material do território. As TICs por sua vez não são de um modo geral exclusivamente vetores de controle, mas também demonstram um processo tecnopolítico de contrapoder quando apropriadas por outros atores em torno do bem comum.

A análise tecnopolítica do Programa Cidade Integrada revela, assim, uma dinâmica de tensão e conflito, na qual as estratégias de vigilância estatal coexistem e interagem com as manifestações de resistência territorial. Esse processo não é linear, mas sim um fenômeno complexo que envolve disputas políticas, sociais e tecnológicas na configuração do espaço urbano. Ao compreender os diversos agenciamentos sociotécnicos que visam ora criar e reforçar ora reverter essas lógicas de controle (BRUNO et al., 2018), esta dissertação apresentou uma perspectiva dual da abordagem tecnopolítica do programa ao identificarmos uma tecnopolítica de resistência que dialoga diretamente com a tecnopolítica de controle em uma contraposição de atores.

Como contribuição para os campos da tecnopolítica, segurança pública e planejamento urbano, este estudo demonstra como a articulação de inovação tecnológica e segurança pública tem o potencial de aprofundar dinâmicas de discriminação e controle sobre o território, ao mesmo tempo em que oferece uma visão sobre outros atores envolvidos no programa que nos mostra uma abertura de espaço para formas de resistência e disputa também por meio de TICs. Isso nos mostra como atores se apropriam da tecnologia conforme interesse e vontade política. Assim, esta dissertação não apenas contribui para a compreensão do papel da tecnologia na segurança pública e planejamento urbano, mas também amplia a discussão sobre as relações entre Estado, tecnologia e territórios marginalizados no contexto urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jonas. **A invenção da favela industrial: pistas da história, memória e identidade do Jacarezinho**. Revista Ambivalências, v. 8, n. 15, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. R.J.: Bertrand, 1998.
- BRIA, Francesca; MOROZOV, Evgeny. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. Ubu Editora, 2020.
- BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignácio (Orgs.). **Os Donos do Morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.
- BROWNE, Simone. **Dark Matters: On the Surveillance of Blackness**, 2015.
- BRUNO, Fernanda. **Visões maquinicas da cidade maravilhosa: do centro de operações do Rio à Vila Autódromo**. In: Fernanda Bruno; Bruno Cardoso; Marta Kanashiro; Luciana Albuquerque; Lucas Melgaço. (Org.). *Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1, p. 239-257.
- BRUM, Mario. **Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos**. In: Rosemere Santos Maia. (Org.). *Rio REvisto de suas margens*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. , p. 108-135.
- CARDOSO, Bruno. **Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública**. Horizontes Antropológicos, 19(40), 2013.
- CARDOSO, Adauto. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. Cadernos MetrÓpole, n. 17, pp. 219-240, 10 sem. 2007.
- CARDOSO, Bruno. **“Estado, tecnologias de segurança e normatividade neoliberal”**. In: Fernanda Bruno; Bruno Cardoso; Marta Kanashiro; Luciana Albuquerque; Lucas Melgaço. (Org.). *Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1, p. 239-257.
- CASTELLS, Manuell. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTELLS, Manuell. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- CERTEAU, Michell de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- CUFF, Danna. **Immanent Domain: Pervasive Computing and the Public Realm**, 2016.
- DA MATA, João. **Jacarezinho: favela palco de massacre nasceu como quilombo, lutou contra a ditadura e hoje é refém da violência**. BBC news. 22 de

maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57208131>
Acesso em: 10 de setembro de 2022.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DUARTE, Daniel, NUNES, Pablo, LIMA, Thallita. **Estudos de vigilância [livro eletrônico]**. Coleção Panorama. Rio de Janeiro: CECSec, 2023.

EGLER, Tamara Tania Cohen. **Ciberpólis: redes no governo da cidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

EGLER, Tamara Tania Cohen; KRAUS, Lalita; COSTA, Aldenilson Vitorino. Apresentação. In: EGLER, Tamara Tania Cohen; KRAUS, Lalita; COSTA, Aldenilson Vitorino (Orgs.). **Marcas da Inovação no Território. Vol. I**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 7-19.

EGLER, TamaraTania Cohen; COSTA PEREIRA, Thiago. **Rede tecnopolítica de extrema direita e democracia no Brasil**. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 47, p. e2024110, 2024. DOI: 10.1590/1809-58442024110pt. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4818>. Acesso em: 17 fev. 2025.

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO(EMOP). **Complexo do Jacarezinho, diagnóstico** – relatório. Rio de Janeiro, 2013.

FARIA, Debora. **Sem descanso: arquitetura hostil e controle do espaço público no centro de Curitiba**, 2020.

FIRMINO, R. e DUARTE, F. **Do espaço ampliado ao mundo codificado**. In P. A. Rheingantz & R. Pedro (orgs.), *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos* (pp. 69-80). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)/ Programa de Pós Graduação em Arquitetura (proarq), 2012.

FIRMINO, Rodrigo. **Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal**. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), 15(1), 23-35. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v15i1p23-35>, 2017.

FRAZÃO, Cintia Maria. **"NÃO MEXE QUE EU NÃO ANDO SÓ: análise da influência do Programa Cidade Integrada na atuação das milícias na Muzema**. Dissertação de mestrado, 2024.

FONTES, Ana, LÜTGE, Christoph. **O Uso de Tecnologias de Reconhecimento Facial e Identificação Biométrica à Distância em Espaço Público e Impactos na Vida Pública**, 2021(13) BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. Ubu Editora, 2021.

FONTENELE, Camila . **Corpos (in)visíveis: a materialidade dos ativismos urbanos digitais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-AKMQAV>. Acesso em: [10 de fevereiro de 2025].

FOUCAULT, Michell. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FUCHS, Christian. **Social Media and the Public Sphere. tripleC: Capitalism, Communication & Critique**, Londres, nº1, v.12, pp. 57-101, 2014. Disponível em: <<http://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/552/668#48>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2025

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Boitempo, 2017.

GRAHAM, Stephen; WOOD, David. **Digitizing Surveillance: Categorization, Space, Inequality**. *Política Social Crítica*, Londres, v. 23, n. 2, p. 227-248, maio 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240690644_Digitizing_Surveillance_Categorization_Space_Inequality. Acesso em: 15 dez. 2024.

GOULART, F; FLORENTINO, G (2021, 1 de março). **Reconhecimento facial: a nova política de controle de corpos negros**. IDMJR. <https://dmjracial.com/2021/03/01/reconhecimento-facial-a-nova-politica-de-controle-de-corpos-negros/>.

GUSSO, Luana, et al. **Cidades ocupadas: Securitização, biopolítica e controle social no contexto da cidade globalizada na sociedade brasileira**, 2020.

KITCHIN, Robin et al. **Data and the city**, 2017 (p. 44 a 57)

KLAUSER, Francisco. **Surveillance and Space (Society and Space)**, 2016

KLEIN, Natalia. (2021, setembro 31). **Boletim (anti) segurança: Inteligência artificial, policiamento preditivo e fronteiras biométricas: vinte anos do atentado às torres gêmeas e os legados planetários do Ato Patriota**, (18). <https://lasintec.milharal.org>

KRAUS, Lalita. **Contra o fetiche tecnológico: repensar o planejar no contexto das cidades inteligentes**. In: XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional., 2022.

KRAUS, Lalita; FARIAS, Tainá. **A política dos artefatos smart**. In: EGLER, T.; COSTA, A.; KRAUS, L. (org.). **Marcas da inovação no território. 2**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020

KRAUS, Lalita; NEVES, Fabiola; COSTA, Adenilson. **Unequal smart spaces: the Command and Control Centre of Rio de Janeiro**. *ESPAÇO E ECONOMIA*, v. XI, p. 1, 2022

KRIVÝ, Maroš. **Towards a critique of cybernetic urbanism: The smart city and the society of control**. *Planning Theory*, 2018, Vol. 17(1), 2016.

LYON, David. **“Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital”**. In: Fernanda Bruno; Bruno Cardoso; Marta Kanashiro; Luciana Albuquerque; Lucas Melgaço. (Org.). *Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1, p. 151-181.

MARZULO, Edson. **Sobre a constituição do espaço dos pobres como territórios violentos** In Santos, José Vicente Tavares dos et al. (Orgs.). *Violência, segurança e política : processos e figurações*. Porto Alegre : Tomo Editorial, 2019. p. 105-116

MENDES, Gil. **“Nova” UPP de Claudio Castro é moeda de troca política, diz pesquisador**. *Ponte*. 19 de janeiro de 2022. Disponível em <https://ponte.org/nova-upp-de-claudio-castro-e-moeda-de-troca-politica-diz-pesquisador/> Acesso em: 10 de Setembro de 2023.

MENDES, Ana. **Reconhecimento facial e espaço público: desafios para a segurança pública**. *Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*, v. 5, 2023. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/388>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MENEZES, Palloma. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas**. 2015. 467 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MUSUMECI, Leonarda. **UPP: Última chamada. Visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CECSec, 2017.

NUNES, Pablo. **Das planícies ao Planalto: como Goiás influenciou a expansão do reconhecimento facial na segurança pública brasileira**. Rio de Janeiro: CECSec, 2023.

NUNES, Pablo; SILVA, Mariah Rafaela; OLIVEIRA, Samuel R. de. **Um Rio de câmeras com olhos seletivos: uso de reconhecimento facial pela polícia fluminense**. Rio de Janeiro: CECSec, 2022.

NUNES, Pablo ; **“Novas ferramentas, velhas práticas: reconhecimento facial e policiamento no Brasil”**: Capítulo do relatório “Retratos da violência: cinco meses de monitoramento, análise e descobertas – Junho a outubro – 2019” (Rede de Observatórios de Segurança)”

NUNES, Pablo; LIMA, Thallita; CRUZ, Thais. **O sertão vai virar mar: expansão do reconhecimento facial na Bahia** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: CECSec, 2023.

PAULINO, Lucas. **O processo de urbanização da favela do Jacarezinho, cidade do Rio de Janeiro: periferia, verticalização e território de risco**. 2017. 104 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Geografia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PETTY, James. **The London Spikes Controversy: Homelessness, Urban Securitisation and the Question of ‘Hostile Architecture’**, International Journal for Crime, Justice and Social Democracy, 5(1), pp. 67-81, 2016.

PIZARRO, Eduardo. **Interstícios e interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAMOS, Silvia. **Intervenção Federal no Rio de Janeiro cinco anos depois: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios/CESec, fev. 2023.

RAMOS, S et al. **Pele-alvo: a cor da violência policial**. Rio de Janeiro: CESec, dezembro

RAMOS, S et al. **Pele alvo: a cor que a polícia apaga**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESec, 2022.

RODRIGUES, Yasmin et al. **ESPETACULARIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA: SUSPEIÇÃO POLICIAL E RECONHECIMENTO FACIAL EM GRANDES EVENTOS**. Rio de Janeiro: CESec, 2024.

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA. **Relatório de pesquisa do observatório cidade integrada. (2022)**. Observatório Cidade Integrada, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriocidadeintegrada.org>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

ROCHA, Lia; CARVALHO, Monique. **Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro** in Cadernos Metrôpole nº61: Illegalismos e a produção da cidade | Illegalisms and the production of the city | Los ilegalismos y la producción de la ciudad, 2021.

ROLNIK, Raquel; FOLLETO, Leonardo. **Câmeras de reconhecimento facial no espaço público usam dados sem nossa autorização**. Labcidade. 22 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/cameras-de-reconhecimento-facial-no-espaco-publico-usam-dados-sem-nossa-autorizacao/>. Acesso em: 17 de Setembro de 2023.

ROLNIK, Raquel. **Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano**. Revista Indisciplinar, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41955452/Paisagens_para_renda_paisagens_para_vida. Acesso em: 10 setembro. 2023.

SANTOS, Julio. **“Cidade Integrada”?! Ano Novo, Velha Política**. *Rio on Watch* .8 de setembro de 2023. Disponível em :<https://rioonwatch.org.br/?p=60425>. Acesso em: 10 de Setembro de 2023.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. Acesso em: 29 out. 2024.

SILVA, Tarcísio; RODRIGUES, Fernanda (orgs.). **Lentes Antirracistas sobre Regulação de Inteligência Artificial**. 2023. Disponível em: <https://desvelar.org/2023/12/12/lentes-antirracistassobre-regulacao-de-inteligencia-artificial>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

SCHWEDE, Mateus et al. **O impacto das novas tecnologias no espaço urbano e as cidades inteligentes frente aos riscos do neoliberalismo**. Salão do Conhecimento, 7(7), 2021.

SENNETT Richard. **Construir e habitar**. Rio de Janeiro: Record, 2018 (Capítulo 6: Tocqueville em tecnópolis, página 167 – 193).

SPANIOL, Marlêne. **Avanços e desafios da Segurança Pública brasileira pós-redemocratização** In Santos, José Vicente Tavares dos et al. (Orgs.). *Violência, segurança e política: processos e figurações*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019. p. 607-624.

VERISSIMO, Raffael. **Espaço público e segurança pública: duas abordagens teóricas de prevenção do crime e da violência**, 2012.

WINNER, Langdon. **Artefatos têm política? “Do artifacts have politics?”** *Daedalus*, 109(1), 121–136. Chicago: University of Chicago Press, 1986.